Diário de Lisboa

ANO 56.º/19 240 . 6$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

NA SUA MENSAGEM AO POVO PORTUGUES

C.R. apela para reconstrução do País

«Assumindo a sua função constitucional de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, de garante do cumprimento da Constituição da República e da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, o Conselho da Revolução congratula-se, neste findar do ano de 1976, com a institucionalização do Estado Democrático e de Direito que a Constituição prevê e que a vontade do Povo Português tornou realidade. Nele __ os portugueses puderam e souberam __ em consciência __ decidir do que ainda faltava completar ao quadro institucional da Democracia» __ lê-se na mensagem ontem dirigida pelo Conselho da Revolução ao País.

O texto prossegue: «Objectivo fundamental do Movimento das Forças Armadas, que em Abril de 1974 rasgou para o Povo Português novos horizontes de esperança e de engrandecimento, propondo-lhe e propondo-se garantir uma filosofia nova e um código novo de relações entre os homens __ a democratização do Estado continua a ser, para as Forças Armadas, a conquista maior deste tempo novo. A ela continuarão as Forças Armadas a dar, como até aqui, o seu braço forte, a sua esperança e o seu empenhamento.

«Aos portugueses de novo reconduzidos à direcção dos seus próprios destinos humanos e cívicos, cabe agora verter em realidade concreta os objectivos que, de um ponto de vista formal, foram já integralmente alcançados __ todos e cada um __ pelo seu papel na sociedade e mobilizar-se em torno de um projecto de reconstrução __ cultural e económica __ do País, vencendo a crise e colmatando às rupturas de tecido social que uma revolução não poderia deixar de ter-lhe provocado.

«Muita coisa, em 1976, ficou por realizar, algumas esperanças foram frustradas: erros foram cometidos. O saldo deste tempo, porém, é positivo.

«Meditemos naquilo que se não fez __ e, com coragem, com doação, com tolerância e com fraternidade, façamo-lo.

Pensemos no que foi realizado: orgulhemo-nos de nós e desta Pátria antiga __ e busquemos aí a força para construir um presente e um futuro em que a vida coincida com o sentido integral da existência humana.»

Entretanto o pedido de demissão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Morais e Silva, dominou as atenções na reunião de ontem. Pensava-se que o assunto teria finalmente um desfecho, após a reunião anteriormente havida entre o general Ramalho Eanes e oficiais-generais da Força Aérea. No comunicado final emitido pelo C. R., em relação a esta matéria afirma-se apenas que «na sequência do pedido de exoneração do general Morais e Sil-

Continua na pág. 20

LEMOS FERREIRA PROVÁVEL SUBSTITUTO DE MORAIS E SILVA NO E.M.F.A.

O eng.º Lopes Cardoso autografando exemplares da obra

Centenas de pessoas no lançamento do livro de Lopes Cardoso

Largas centenas de pessoas, muitas personalidades políticas e literárias, quadros técnicos, militantes políticos e sindicais, acorreram ontem ao fim da tarde à livraria da Diabril Editora, em Campo de Ourique, a fim de manifestarem a sua simpatia ao eng.º António Lopes Cardoso, que naquela ocasião procedeu ao lançamento do seu livro «Luta pela Reforma Agrária».

Membros do Conselho da Revolução, impedidos de ali se deslocarem por estarem reunidos no Restelo, deram a conhecer a razão da sua ausência.

No decorrer desta sessão de lançamento e autógrafos, que, iniciada por volta das 17 horas se prolongaria até às 20 horas, Lopes Cardoso assinou várias centenas de exemplares do seu livro e respondeu a muitas questões postas pelos jornalistas, tendo então declarado, nomeadamente, que considerava «positivas» as propostas de alteração ao Plano aceites pelo Governo no sector da Reforma Agrária.

O livro «Luta pela Reforma Agrária», de que assumiu a responsabilidade da coordenação e das notas o nosso camarada de Redacção J. Cândido de Azevedo, faz o ponto da situação do sector agrícola desde o 25 de Abril de 1974, enquadrado numa análise da questão agrária em Portugal nas últimas décadas. Na segunda parte, Lopes Cardoso explica as razões da sua demissão e expõe as grandes linhas da política agrária que procurou fazer e projectava prosseguir.

Na terceira parte, há, nomeadamente, o texto integral de um anteprojecto de lei sobre o Estatuto das Unidades Cooperativas de Produção, texto que se encontrava para ser discutido pelo Conselho de Ministros no momento da demissão de Lopes Cardoso, e do qual nunca mais se ouviu falar. Trata-se de um documento de grande importância, não só pelo que representa como projecto de organização e funcionamento das Unidades de Produção, mas ainda porque vai permitir comparar __ ou já o está a permitir __ o que o Governo vai (e está) a fazer neste domínio.

O livro contém ainda vários quadros estatísticos de grande interesse.

Carrillo vai ser libertado sob fiança

Um juiz do Tribunal da Ordem Pública de Madrid, decidiu esta manhã libertar, sob fiança, os dirigentes comunistas presos. Santiago Carrillo, o secretário-geral do P. C. E. será libertado com os seus outros sete camaradas, segundo informa a agência espanhola CIFRA. Carrillo e os demais dirigentes do P. C. E. estão presos desde o passado dia 22 e foram incriminados por «as-

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

Incêndio no Chiado

Um fogo violento, com origem ainda não localizada, destruiu parte de um prédio sito na esquina da rua Garrett com a Calçada do Sacramento, causando alarme na zona do Chiado. O incêndio, que não causou vítimas, irrompeu pela meia-noite, e teria começado junto à porta principal de entrada, tendo as chamas alastrado facilmente devido à própria construção do edifício, que é à base de madeira.

Três companhias de sapadores bombeiros participaram no combate ao fogo, tendo iniciado o rescaldo cerca de uma hora depois. Ao princípio da manhã ainda se encontravam no local alguns bombeiros ocupados com a operação.

No prédio em chamas apenas se encontrava um casal, inquilino do primeiro andar, que foi retirado através de uma escada lançada pelos bombeiros. No edifício situam-se vários escritórios, consultórios médicos e armazéns do estabelecimento comercial «Novo Figurino». Um sócio desta firma afirmou que à primeira vista calculava os prejuízos em 20 mil contos.

Como balanço do sinistro, e para além dos prejuízos materiais ainda não definitivamente calculados, o prédio apresenta a entrada, as escadas e os dois últimos andares consumidos pelas chamas e danificados pela operação-rescaldo.

Na imagem, a entrada do edifício onde se admite tenha começado o fogo.

Aumento da gasolina decide-se hoje? (PAG. 20)

Vítor Bento escreve sobre quadros técnicos (PAG. 3)

Nacional

Política de A a Z

SALDO POSITIVO

Na sua última reunião deste ano de 1976, o Conselho da Revolução produziu um comunicado no qual além de ser assinalado o que poderá ser considerado de rotina e de expediente (a análise da situação política e militar; a reestruturação da carreira dos sargentos do quadro permanente; a autorização ao major Vítor Alves para visitar Cuba; o pedido de exoneração do CEMFA; promoções na Armada), se fazem considerações genéricas mas politicamente significativas sobre o desempenho da função constitucional ao Conselho da Revolução atribuida e sobre os resultados alcançados neste período de transição entre um «regime fascista» (na força militar apoiado) e um «regime democrático» (que continua a carecer de um braço armado).

Sabemos, e até de comunicados anteriores, que o Conselho da Revolução tem apreciado as manifestações da vontade popular eleitoralmente expressas e que tem tirado dos resultados das votações as respectivas consequências políticas. Verificamos, agora, que o Conselho da Revolução se congratula com os passos dados no sentido da «institucionalização do Estado democrático e de direito que a Constituição prevê e que a vontade do Povo Português tornou realidade».

O comunicado do Conselho da Revolução refere claramente e afirmativamente que o: «Objectivo fundamental do Movimento das Forças Armadas, que em Abril de 1974 rasgou para o Povo Português novos horizontes de esperança e de engrandecimento, propondo-lhe e propondo-se garantir uma filosofia nova e um código novo de relações entre os homens — a democratização do Estado continua a ser para as Forças Armadas, a conquista maior deste tempo novo. A ela continuarão as Forças Armadas a dar, como até aqui, o seu braço forte, a sua esperança e o seu empenhamento».

Reafirma-se que aos cidadãos cumpre tomarem em suas mãos os destinos nacionais, e, reconhecendo-se que houve «esperanças frustradas», conclui-se que o «saldo deste tempo, porém, é positivo», e que «erros foram cometidos».

Se nos reportarmos aos anos de opressão e de silêncio, aos anos de mentira e de repressão, não poderemos deixar de celebrar o muito que foi feito, a longa jornada contraditória mas livre, deste ano de 1976. Mas não poderemos deixar de reconhecer que a sementeira das desilusões foi além do necessário para converter numa passagem fria, o que poderia ser o exaltante trânsito de um «ano de Revolução» para um «ano de Trabalho», de um «ano de contradições» para um «ano de consolidação e de avanço».

Fixemos, todavia, o compromisso do Conselho da Revolução. E não sejamos apenas críticos. Apoiemos os elementos «abrilistas» do Conselho da Revolução na determinação de prestarem um braço forte à luta pela institucionalização democrática da «ordem constitucional».

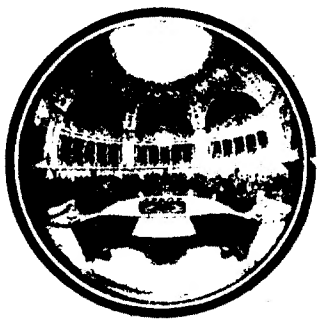
PONTO DE REFERÊNCIA

Releve-se no comunicado do Conselho da Revolução a esperançosa referência ao «espírito da Revolução Portuguesa do 25 de Abril de 1974». Há nesta referência uma manifesta coerência e, também, tem flagrante oportunidade. Quando, no próprio seio das Forças Armadas, aos valores da «acção militar de Abril», valores de iniciativa patriótica, de mérito cívico e de capacidade militar, se pretendem opor os valores da hierarquia, as classificações no Curso do Estado-Maior, o carreirismo no R.D.M. abonado, a referência do Conselho da Revolução ao «espírito da Revolução Portuguesa do 25 de Abril de 1974» repõe as coisas no seu devido lugar. O «25 de Abril» terá que ser, mesmo para as promoções militares e a ascensão às chefias decisivas, um critério obrigatório, um «ponto de referência».

Não basta afirmar, como afirmou o general Vasco Lourenço, que: «Não vale a pena insistir no mesmo assunto. Se as mesmas forças continuam a insistir, é deixá-las insistir. Eu já defini a minha posição há muito tempo e não a altero por isso». Não basta declarar, como declarou o general Ramalho Eanes, que poderão ser criados outros critérios de promoção e estabelecidas outras condições regulamentarmente. Torna-se urgente declarar com a maior firmeza que o «25 de Abril de 1974» é um «ponto de referência», que a fidelidade à «ordem constitucional» é uma condição, que a sinceridade democrática é necessária, e que, mesmo nos casos que importe esquecer, a cumplicidade com o «antigamente», as responsabilidades no «regime fascista», o aproveitamento das situações de corrupção e de negocismo é motivo de degradação.

A CAMPANHA PROSSEGUE

Visivelmente cansado e com os seus deputados desobedientes, irritado, Mário Soares veio explicar-se e explicar-nos na Televisão que só o Partido Socialista pode ser Governo. Outros vieram dizer as razões dos seus votos: ouvimos os representantes do PSD/PPD, do CDS, do PCP, da UDP. Mas não teremos a paz sobre a prova de exame, mal classificada, de um Plano (precário) e de um Orçamento (deficitário). O deputado Sérvulo Correia, do PSD/PPD, saudoso do grande Marcelo Caetano seu mestre, saudoso da velha ordem e da velha prosperidade (da sua classe), já veio denunciar para nosso espanto e público temor, que o Governo Socialista fizera ao PCP graves concessões. O dr. Diogo Freitas do Amaral, não é homem de segredos para com o bom eleitor, e na Televisão, para que constasse, referiu com o seu ar certinho e ponderado que recebera garantias. E, antecipando-se a estas afirmações, um jornal da tarde que é «a voz do patrão», atestou que o Governo Socialista sofrera «mais uma derrota» dado que: «o Plano foi aprovado e simultaneamente reprovado». O fidelíssimo servidor não mentia. Essa é, de facto, a situação de «crise» que persiste. E, além disso, a C.I.P. também não se considera satisfeita com o Plano. Nem com o Governo. Nem com o «25 de Abril de 1974».



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

O Plano já pode funcionar

O C. D. S. pela boca de Amaro da Costa quis-nos ontem fazer acreditar que se tinha abstido sem «receber qualquer coisa em troca». Sem o Governo ter tido de «pagar um preço» «Nós não votamos em função de promessas (...) e nao pretendemos retirar dividendos particulares com a nossa votação».

Justificaria a sua votação pelo interesse nacional, etc. E salientou: «Se o Governo esteve de acordo como esteve em aceitar várias das nossas sugestões importantes (por ex, em matéria de Reforma Agrária, reforço das finanças locais, etc.), nem por isso proclamamos vitórias ou exibimos qualquer triunfalismo». Sá Carneiro mostrava um ar enigmático às palavras de Amaro da Costa. Arrependido, talvez, de não ter conseguido sabido ou querido fazer impor «algumas das sugestões». Quem tudo quer...

Aliás, o P. P. D. / P. S. D. mostrava-se ontem bastante confundido. Pediram a interrupção dos trabalhos por dez minutos. Tentavam remediar a precipitação da sua votação na generalidade. Nem todos os deputados sociais-democratas defenderam dentro do seu grupo o voto contra o Plano. E estiveram, ontem, na votação na especialdade quase sempre sozinhos. Perdão, acompanhados pelo deputado da U. D. P.

No entanto, algumas disposições contaram apenas com o voto favorável dos socialistas. Como o que diz respeito aos empréstimos públicos. «O Governo — prevê o artigo — fica autorizado a contrair empréstimos internos e externos para fazer face ao défice do Orçamento Geral do Estado, até o montante máximo de 60 milhões de contos». Verificaram-se também abstenções dos três partidos da Oposição no que toca aos artigos que regulamentam a aprovação do orçamento a respectiva elaboração e o que prevê a elaboração e execução da Previdência Social.

Na aprovação do Plano foram consideradas propostas que contemplam «de facto», o Partido Comunista Português e o Centro Democrático Social. Coube ao ministro sem pasta, Jorge Campinos, dirigir as conversações com os partidos. Com êxito. O Governo tem agora instrumentos para governar. Mas como alguns dirigentes partidários alertaram, «esta nova oportunidade concedida ao Governo tem limites, que não coincidem necessariamente com os da legislatura».

FÉRIAS DOS DEPUTADOS

Os deputados entrarão, no final da sessão de hoje, de férias. Regressarão ao hemiciclo, no próximo dia 18, enquanto as comissões começarão a trabalhar no próximo dia 11.

Na sessão desta tarde será votado, na especialidade, o pedido de ratificação do decreto-lei do Governo sobre a amnistia, e um projecto de lei apresentado pelo grupo parlamentar do P. S., que prevê «alterações do Decreto-Lei n.º 349/76 de 13 de Maio (incriminação e julgamento dos agentes e responsáveis da P. I. D. E. / D. G. S:.)».

M.A.P. decide entregar terras a seareiros de Coruche

Os trabalhadores da unidade colectiva de produção «Avante 25 de Abril», do Couço, foram notificados no sentido de entregaram 35 hecates de terra negada a três rendeiros do concelho de Coruche.

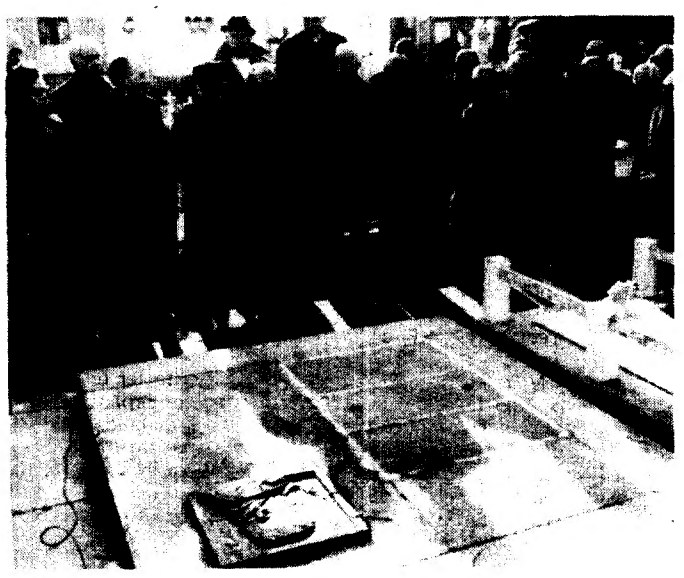
Esta disposição do MAP afecta a viabilidade económica da UCP, que já tinha programado fazer culturas rotativas e agora se vê a braços com mão-de-obra excedente.

Este inquietante ultimato foi dirigido à unidade colectiva em questão pela nova Comissão de Gestão Transitória do Perímetro de Rega do Vale do Sorraia que, ao tomar posse do cargo para o qual fora destacada (anteontem) despediu 24 dos 28 trabalhadores que desempenhavam funções naquele organismo. Dos elementos que esta nova comissão integra destaca-se o sr. Jorge Brás de Oliveira Dias, cabeça de lista do P.S.D. nas eleições para a Câmara Municipal de Coruche.

Mais uma vez os trabalhadores não foram ouvidos, violoando-se assim o conteúdo das alterações e aditamentos à proposta de lei do plano aprovado pela Assembleia da República. Entretanto, na zona de Coruche, o Governo ainda não se preocupou com regularizar a situação das terras expropriadas que permanecem nas mãos dos agrários, terras essas que somam cerca de 5 mil hectares. Há também algumas terras nacionalizadas que estão nas mesmas condições: continuam os agrários a explorá-las. Esta atitude do Governo contradiz, de facto, as afirmações feitas na Assembleia da República.

Os trabalhadores da unidade colectiva «25 de Abril» decidiram, em reunião, não entregar quaisquer terras sem que se proceda previamente a conversações. Aliás, estão convencidos de que os rendeiros Francisco Neves, José Boiça e António Nunes não têm direito às terras da cooperativa.

Também a unidade colectiva de Barbas foi notificada para o mesmo fim. Aqui a situação ainda se complica mais na medida em que, se forem atendidas as pretensões dos 4 seareiros que exigem 24 dos 62 hectares de regadio que a cooperativa possui, esta fica praticamente liquidada.



A assinalar a passagem do 30.º aniversário da morte de Abel Salazar, um grupo de democratas do Porto, e elementos da Comissão Instaladora do Instituto de Ciências Biomédicas que tem o nome daquele cientista, deslocaram-se ao fim da manhã de ontem ao cemitério do Prado do Repouso onde se encontram os restos mortais daquela figura da resistência antifascista. No uso da palavra, o prof. Ruy Luís Gomes evocou a figura daquele cientista, ensaista, pintor, escultor, e democrata, que foi expulso da antiga Faculdade de Medicina pelas forças do fascismo. No mesmo dia, foi aberta ao público a casa onde viveu Abel Salazar, agora adaptada a museu. Na imagem, um momento da romagem ao cemitério.

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Concurso Público para adjudicação da empreitada de Construção Civil da Central Elevatória de Telheiras

Faz-se público que o concurso em epígrafe, primitivamente marcado para as 15 horas do dia 4/1/977 foi adiado para o próximo dia 18/1/977, pelas 15 horas, devendo a entrega das propostas ser feita até às 17 horas do dia 17/1/977.

Lisboa, 29 de Dezembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

post-scriptum

Que raio de justiça é esta?

Sou funcionário público, contínuo de uma escola secundária e tomo a responsabilidade sobre tudo o que aqui escrevo. Se algum pluralista deste cantinho da «Europa connosco» e o ouro com eles quiser sanear-me ou incluir-me na ficha dos «subversivos» (talvez na dos comunistas) que aproveite aquela que a PIDE de mim possuia.

Quero manifestar por intermédio do v/jornal a minha revolta (e por que não a de toda uma classe?) pelo miserável aumento de 15 por cento que vão atribuir-nos.

Então não será revoltante um aumento uniforme de 15 por cento tanto para os que ganham 18500$00 por mês (letra A) como para os que ganham 5200$00 (letra T, como eu? E para os das letras U e V que ganham 5000$00 e 4000$00 miseráveis escudos? Mas então que raio de justiça é esta? Que raio de socialismo é este? Por que teima em dizer-se socialista este Governo? Por quanto tempo pensam que irão ainda intrujar grande parte deste povo que ao votar no socialismo pensava na justiça para os mais desfavorecidos? Grande Vasco Gonçalves, tu disseste: Socialismo ou fáscismo. Os explorados politicamente conscientes compreenderam-te, grande amigo. Os outros, os menos politizados, já te perceberam menos. Oxalá não seja demasiado tarde. Mas será alguma vez demasiado tarde quando cada vez é maior o número daqueles que vão explicando aos filhos por que têm uns tudo e outros nada? Mas será alguma vez tarde quando cada vez é maior o número dos explorados que vão explicando aos filhos por que habitam em barracas, vestem mal e alimentam-se pior? Não, nunca será tarde. Se nós falharmos, eles continuarão. E tomarão em conta os futuros kerenskys portugueses.

Miguel Pereira Leonardo
OLHAO

O mal maior

Pluralismo, tendências, desanexações — eis a tríade que a classe governamental dominante tem utilizado para combater a unidade dos trabalhadores, começando a fazê-lo logo a partir de fins de 74, quando os srs drs. sentiram que a unicidade lhes iria pôr em causa os privilégios e provavelmente bulir com os seus altos rendimentos.

Promovem-se então reuniões dos trabalhadores socialistas dos seguros, dos CTT, da TAP, da função pública, da banca (até aí uma seta apontada ao fascismo), a que certamente se irão seguir as autarquias locais. Apesar desta partidarização, de que acusam os outros, os resultados não são animadores, porque os trabalhadores lêem nas entrelinhas da «Carta Aberta», obrigando algumas direcções, vergonhosamente autodesignadas de «democratas», como se a democracia fosse um exclusivo seu, a retirar as assinaturas abusiva e antidemocraticamente apostas na «carta».

O último revés surge na função pública, e logo o órgão oficioso dos divisionistas, em artigo de fundo, se mostra preocupado com os 47 por cento de abstenções. Mas o abstencionismo verificado nos referendos — esse novo processo de manter os trabalhadores no obscurantismo — não mereceu aos escribas da folha amarela quaisquer considerações: 75 por cento nos Escritórios de Lisboa, 79 por cento nos de Faro, 63 por cento nos Seguros do Sul, 74 por cento nos Telefonistas do Norte, 92 por cento nos Escritórios de Braga, 67 por cento nos Bancários do Sul.

Mas os golpes e as martingalas não ficam por aqui: é necessário desunir os trabalhadores agrícolas do Alentejo e então surgem as desanexações. Nova golpada: um grupo de trabalhadores, embora minoritário, por motivos ideológicos ou outros, separa-se dos camaradas, e logo o responsável governamental corre prazenteiro a abençoar a separação com uma fatia de terra de proporcionalidade duvidosa. Dividir para reinar, é o lema.

Por este andar, ainda teremos as empresas divididas, os transportes selectivos, e a discriminação ideológica transformada em norma, em nome do «socialismo em liberdade», para mal deste País depauperado, mas de novo próspero para oportunistas e certas classes sociais, sempre prontas a não perder pitada dos lautos banquetes pagos pelo povo trabalhador.

Já sei: também sou simpatizante do tal partido, mas ao contrário, penso que estes factos e outros que se avizinham começam a ser um mal maior deste Governo.

Luís Alves
MOSCAVIDE

Onde começa a direita?

Diz-se muito por aí que o nosso povo votou esquerda e quer o socialismo. Não vejo.

O senhor Barreto é esquerda? Será esquerda o senhor Cardia? E o professor Campinos, que esquerda será? Quanto ao senhor Manuel Alegre, que considera a Suécia e a Alemanha Federal os modelos mais avançados de socialismo, é assim tão esquerda que se distinga, já não digo do centro, mas da direita? Então as palavras já não valem nada?

É um facto: vocábulos como «esquerda», «socialismo», «democracia», «povo», foram tocados pela vaga inflacionista que nos vai tornando leve o dinheiro nos bolsos. Circulam desacreditados, sem qualquer cobertura em ouro que lhes devolva o esplendor antigo. E assim pergunto, vendo abater-se de novo sobre a nossa terra as trevas do obscurantismo e o peso terrível de um mundo inerme: onde é que começa a direita?

João Clara
AVEIRO

"QUADROS TECNICOS": MAIS UM CASO DE "POEIRA"

«Se governar fosse tão fácil
Não havia necessidade de espíritos tão esclarecidos como o do Führer.
Se o operário soubesse usar a sua máquina
E se o camponês soubesse distinguir um campo de uma forma para tortas
Não haveria necessidade de patrões nem de proprietários.
É só porque toda a gente é estúpida
Que há necessidade de alguns tão inteligentes.
Ou será que
Governar só é assim tão difícil porque a exploração e a mentira
São coisas que custam a aprender?
de «Dificuldade de Governar de Bertolt Brecht

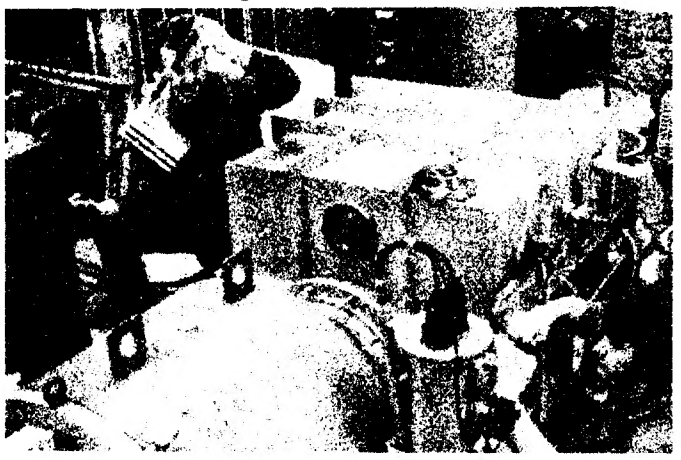
VITOR BENTO

Em nossa opinião, a facilidade de expressão e o à-vontade da resposta pronta e subtil são qualidades especiais do nosso actual Primeiro-Ministro. Pena é que não estejamos a viver numa dessas ricas sociais-democracias nórdicas, onde para além de uma princesa ou de um príncipe casadoiros, pode a vida política ser levada em tom aparentemente fácil, nesse «charme discreto para a burguesia» (que também aqui, não obstante as nossas dificuldades, é vivido por governantes e «revolucionários» mais as respectivas cortes).

Quis a História que esta viragem da nossa economia débil e doente exija, não só o conhecimento profundo dos seus mecanismos e estruturas, mas também a predominância de decisões definitivas — e até dolorosas — sobre a prática das figuras de retórica. Surpreendem-nos, por isso, certas afirmações do Primeiro-Ministro. Umas, ressuscitando ideias do tempo da «outra senhora», louvadas e incensadas por certa informação (tal qual como no tempo da «outra senhora»); outras, inventando conceitos cuja viabilidade prática não se descortina (ou, mais grave, cujos resultados são desoladores). O enaltecer, como se fossem do «novo Estado», de certos projectos herdados do período marcelista (alguns deles manifestamente ruinosos), o apelo insistente a uma iniciativa privada (que, se já foram insensível à «primavera tecnocrática» dos governos marcelistas, que fará agora?...), o anátema sistemático lançado sobre os trabalhadores e suas organizações (à maneira salazarista «por nós, ou contra nós»), são exemplos das primeiras. A figura designada por «coexistência concorrencial» entre os sectores público e privado (que deveriam ter vocações diferentes, logo não «concorrenciais»), a miragem da importância das «ajudas», empréstimos e integrações em áreas económicas, com países «amigos» (cuja opinião sobre o assunto é, como se compreende, diferente da expressa pelos nossos governantes) e, por fim, neste retorno ao já antigo e enferrujado «diálogo» luso-brasileiro (pretenso suporte de manobras de política internacional), pretender o regresso dos «quadros técnicos» (a «colónia nova» do Brasil), são exemplos das segundas. Ocupar-nos-emos deste último aspecto, pois pensamos que também aqui o clima de indefinição sugere «mal-entendidos».

OS «QUADROS TÉCNICOS» ANTES DO 25 DE ABRIL

A importação de tecnologia em Portugal, a partir da Segunda Guerra Mundial e em particular da década de 60, não se afastou do normal nos países



subdesenvolvidos, em função do seu nível de desenvolvimento industrial.

No caso português, onde não existia uma política de desenvolvimento global, onde os investimentos se submetiam ao mecanismo das actividades periféricas na organização capitalista internacional, instaladas perto do consumo, a situação estará, talvez mais agravada. Uma análise do tipo de importações tecnológicas mais frequentes mostra a predominância de contratos de aquisição de conhecimentos técnicos, patentes, marcas e formação de pessoal, deixados ao critério das empresas, com vista a benefícios imediatos e directos, e não a desenvolvimentos básicos de interesse social. A investigação oficial e universitária, apoiada em ensino e estruturas do chamado estilo «napoleónico-coimbrão», não estava virada para a aplicação prática, para uma estratégia global de desenvolvimento (as excepções apenas confirmam a regra. (Mesmo depois do 25 de Abril, algumas tentativas que têm sido feitas no sentido de racionalizar e dar coerência às actividades de investigação têm emperrado, pela indefinição da máquina do Estado). Pode, pois, duvidar-se do valor das tecnologias desenvolvidas inteiramente por portugueses ou aqui elaboradas dentro de um objectivo lógico de desenvolvimento.

No campo particular da gestão de empresas, os seus agentes mais representativos esta-

Continua na pág. 4

"CASO CARRILLO"

E SE O TIRO SAI PELA CULATRA?

MANUEL FLORES

MADRID, — (IPS) — Nesta capital prevalece a ideia de que a prisão que agora sofre o secretário do Partido Comu-Espanhol (PCE), Santiago Carrillo, teve origem nas pressões fortes e eficazes que a direita exerceu sobre as forças policiais, mas que, no entanto, o Governo pode sair fortalecido, dado que não é de pôr de lado a hipótese de que Carrillo saia da prisão com documentos, a curto prazo.

O caso Carrillo, que se encontra na prisão de Madrid de Carabanchel com outros membros da direcção do PCE, entre eles o número dois, Simón Sánchez Montero, converter-se-á no caso PCE, uma vez que os detidos são acusados de serem dirigentes de uma organização política ilegal.

Mas depois da reforma do Código Penal, efectuada no Verão passado, as organizações ilegais são aquelas que, «obedecendo a uma organização internacional, se propõem instaurar um regime totalitário».

Na actualidade, o único grupo político que pode ser condenado em função deste texto legal é o partido franquista, a Falange, porque o seu ideário se baseia na negação da democracia e no unipartidarismo, ou seja, ninguém dúvida, muito menos os seus militantes, de que a Falange é um partido totalitário.

O PCE, pelo contrário, é activo protagonista desse movimento de partidos comunistas da Europa Ocidental, conhecido pelo nome de eurocomunismo, que se caracteriza por negar a existência de um centro do qual emanariam as decisões políticas desses partidos e por dar prioridade à luta em favor do pluralismo nos seus respectivos países.

Carrillo, que entrou ilegalmente no país em Fevereiro passado, não tem qualquer tipo de contas a ajustar com a justiça, de modo que a única acusação que se lhe poderia fazer — aparte ter entrado ilegalmente em Espanha, se lhe fizessem tal acusação, a única solução seria dar-lhe o passaporte e deixá-lo em liberdade — era de dirigir um partido ainda não reconhecido legalmente.

Na opinião dos observadores colocar-se-á um silogismo jurídico, formalmente simples e politicamente complicado.

Se o delito de Carrillo consiste em dirigir uma organização catalogada como ilegal pelo Governo, bastará aos seus defensores provar que ela se situa dentro dos limites legais para que caia por terra a acusação.

Mas, neste último caso, não só Carrilo sairia em liberdade, com documentos espanhóis na mão, mas a sua organização, o PCE teria à sua disposição um elemento jurídico a partir do qual seria impossível ao Ministério do Interior negar-lhe a inclusão nos registos oficiais das organizações políticas.

Tem-se entendido que o Governo, pelo menos o primeiro-ministro Adolfo Suárez, chefe da ala moderada do regime, não foi consultado pela polícia antes de prender os dirigentes comunistas.

Teria sido um «golpe baixo» da extrema-direita, ainda muito bem instalada em importantes sectores do poder, contra os projectos de democratização mas a direita não se sente agora muito satisfeita: o tiro poderia sair-lhe pela culatra

Suárez felicitou a Polícia pelas prisões, mas três horas mais tarde exonerou os comandantes da Guarda Civil, da Polícia Armada e de Segurança Pública.

No dia seguinte, recebeu o socialista Tierno Galván e o liberal Castalán Pujol, que se encontraram com o primeiro-ministro em nome da Comissão de Oposição, com o objectivo de discutir o tema liberdades públicas e tentar chegar a acordo sobre a campanha eleitoral para as eleições legislativas da Primavera próxima.

Fazem parte dessa Comissão, entre outros, o comunista Sánchez Montero e o democrata-cristão, Joaquín Ruiz Giménez, advogado, este último, dos comunistas presos.

Em tais condições é de admitir que a justiça de atenha à letra — já que não ao espírito, franquista — do Código Penal e liberte os dirigentes comunistas, o que proporcionaria maior espaço de actuação política a essa organização e ao Governo dado que este poderia então tratar com um partido a que, de facto, a justiça de Espanha teria devolvido a legalidade.

As delegações da Itália, da França, da Bélgica e da Holanda que chegaram a Madrid para pedir a liberdade de Carrillo — em todas elas os representantes de maior envergadura são os dos partidos democratas-cristãos socialistas e comunistas — outorgaram a Suárez, se é que realmente quer aceitá-la, uma importante carta no torneio com a ultradireita: a Espanha necessita de entrar no Mercado Comum Europeu e na NATO, entidades que até agora lhe têm cerrado as portas devido à não concessão de liberdades democráticas pelo regime.

Nacional

Roménia: os 29 anos de uma República Socialista

Hoje, o povo romeno festeja o 29.º aniversário da proclamação da sua República Socialista da Roménia.

A abolição da monarquia, a sua forma anterior de Governo, constituiu-se no acontecimento de maior importância na história contemporânea deste país. Foi o coroamento de uma luta secular do povo, e das suas forças mais avançadas, pela libertação nacional e social, pela independência e pelo progresso.

Ao longo da sua história, o povo romeno sempre aspirou a um Estado democrático, que lhe assegurasse aquilo que tanto procurava: liberdade, justiça social, independência política e expansão económica, tudo isto enquadrado dentro do sagrado direito de ser o verdadeiro dono do seu destino.

Entretanto, a proclamação da República não foi apenas possível somente pelas novas condições socio políticas criadas após a libertação do país, mas também graças às profundas transformações revolucionárias que se foram produzindo na sociedade romena.

A abolição realizou-se sem violência nem agitação na vida política. A monarquia apenas se viu obrigada a assinar a acta apresentada pelo dr. Petru Groza, chefe do primeiro Governo democrático instaurado a 6 de Março de 1945, diante de um facto consumado que o estado de coisas no país lhe colocara à frente. Na noite de 30 de Dezembro de 1947, a Assembleia dos Deputados, presidida pelo escritor Mihail Sadoveanu consagrou, por uma lei adoptada por unanimidade, a abolição da monarquia e a instauração da República.

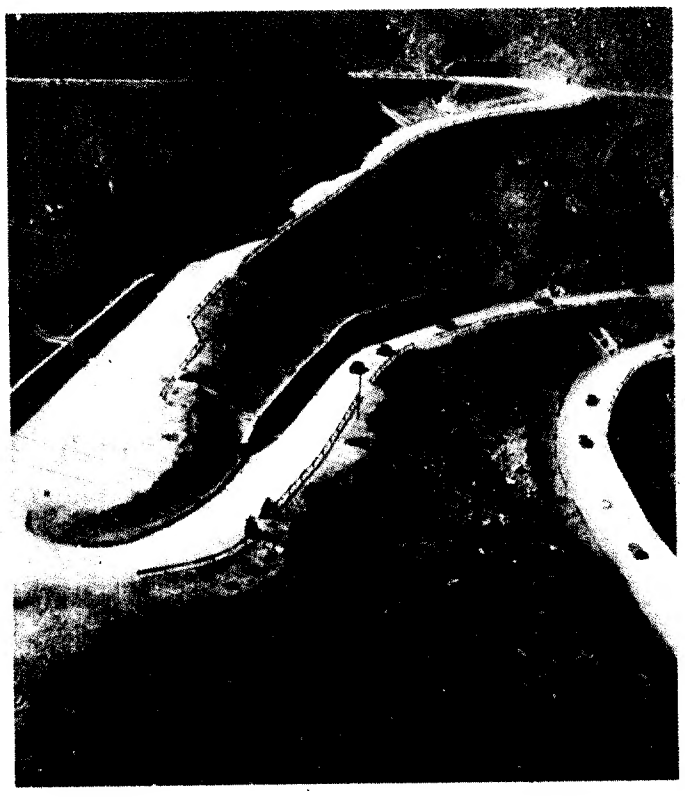
Até à reunião da Assembleia Constituinte, o poder legislativo foi exercido pela Assembleia dos Deputados e o poder executivo por um «praesidium» composto por cinco pessoas. Este, encarregou o dr. Petru Groza de formar novo Governo, composto por representantes do Partido Comunista, do Partido Social-Democrata, dos sindicalistas e da Frente dos Trabalhadores. Estava iniciada uma nova etapa no desenvolvimento do país.

A 11 de Junho de 1948 era decretada a nacionalização dos principais meios de produção, facto que permitiu a liquidação do poder económico da grande burguesia industrial e financeira e a agricultura passou a funcionar sob as novas bases socialistas. No centro de toda a actividade do Estado foi realçada a industrialização, como factor determinante da liquidação, pelas forças progressistas, do atraso económico em que a Roménia vivia, e em busca de um desenvolvimento harmonioso de toda a economia, com elevação dos níveis de vida do povo e com o reforço da soberania e da independência nacional.

Depois da proclamação da República, a produção global industrial do país cresceu 30 vezes. Hoje, a indústria é o ramo principal da economia romena e participa com 60 por cento no rendimento nacional (em 1938, contribuia com apenas 31 por cento). Toda a produção da indústria pesada que era alcançada em 1938, é obtida, em 1976, em apenas 4 dias enquanto o valor da indústria química do mesmo ano de 1938 é realizada hoje em somente dois dias.

No último quinquénio (1971-1975) foram postas em funcionamento 2300 novas unidades de produção e milhares de outras empresas foram readaptadas. A industrialização socialista permitiu o aumento de, aproximadamente, 1,5 milhão de postos de trabalho.

A agricultura ocupa um lugar particularmente importante dentro do conjunto da economia romena, desenvolvendo-se em bases científicas e modernas, dispondo de numerosos implementos e máquinas (mais de 125 000 tractores, em relação aos 4500 que existiam em 1938), com a produção atingindo o dobro da que era conseguido nos anos quarenta.



Uma estrada rasgada na zona montanhosa do país

O ensino básico, a ciência e a cultura tiveram também um desenvolvimento extraordinário, que permitiu a formação de 2 milhões de novos quadros que estarão a trabalhar na economia até ao final do quinquénio em curso (1976-1980). Actualmente existem mais de 22 000 bibliotecas, 23 000 formações artísticas de amadores com mais de 40 000 membros e mais de 8000 casas de cultura. O ensino básico e generalizado é obrigatório, e até 1980 o mesmo estatuto regerá o ensino liceal.

Até amanhã, dia em que acaba o ano, terão sido investidos, em 1977, 180 mil milhões de lei (moeda romena), estará concluída a construção de mais de 550 novas unidades de produção industrial e agro-zootécnica e o rendimento nacional terá aumentado em 11,3 por cento em relação a 1976.

No plano internacional, sob a presidência de Nicolai Ceausescu, que veio a Lisboa em 1975, e antes recebeu a visita do então presidente português general Francisco da Costa Gomes, a Roménia mantém uma política de independência nacional, de cooperação com todos os países do mundo, mesmo com regimes políticos e sociais diferentes do seu, política esta assente no respeito pelas regras do direito internacional, dos princípios de soberania, igualdade de direitos, não ingerência, não emprego da força e de ameaças, das vantagens recíprocas, respeito mútuo, integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras do Estado e do inalienável direito dos povos de gerirem os seus próprios destinos.

A política externa da Roménia e as acções que tem realizado no plano europeu e mundial fizeram com que a comunidade internacional a veja com estima e respeito. Nos seus propósitos está definida a manutenção dessas regras e a persistência na busca de uma nova ordem económica e política internacional, de relações igualitárias e respeitosas entre todos os Estados e, finalmente, pela instauração, numa via internacional, de um clima sólido de confiança, entendimento, colaboração, paz e segurança.

"Quadros técnicos": mais um caso de "poeira"

Continuação da pág. 3

vam ao serviço de objectivos de crescimento e lucro, poucas vezes consentâneos com as mais elementares regras de competência e concorrência, das sociedades capitalistas. Formou-se, assim, essa numerosa corte de pseudo-tecnocratas, vendidos aos bons níveis de remuneração e às delícias da sociedade de consumo, os princípios e as regras subordinados ao golpe e manobra dos senhores da finança e da política.

Estabeleceram-se, mesmo, diversos tipos de «vias de acesso» aos lugares mais bem pagos: Primeiro, a «via política», substituída, na expansão dos anos sessenta, pelas «vias» «sanguínea», destinada, obviamente, aos familiares; «conjugal», destinada aos maridos das várias herdeiras; «colegial», para velhos companheiros do colégio particular; «sacra», quando apareceram os cursilhos de cristandade; e «desportiva», quando os capitatalistas se tornaram «mecenas» dos clubes de futebol.

OS «QUADROS TÉCNICOS» APÓS O 25 DE ABRIL

As tensões e as rupturas verificadas em numerosas empresas ao longo do processo político levaram, por um lado, ao afastamento de um número talvez não tão elevado como se diz desses quadros e, por outro à chegada em número mais reduzido de outros que o regime fascista obrigara a ausentarem-se (e que continuam não aproveitados). Aqueles afastamentos foram, em certos casos, motivados por decisões injustas (e são, sob o ponto de vista humano, compreensíveis), mas outros resultaram da noção clara de que «a galinha de ovos de ouro» estava morta. Esta noção ainda existe e justifica o afastamento de empresários e de muitos desses técnicos. Não serão as palavras do dr. Mário Soares e dos seus governantes (de que nos diria, há tempos, um destacado empresário estrangeiro radicado entre nós: «homens que não têm experiência da vida de negócios»...) que vão modificar este estado de coisas (e a fria recepção da «nova colónia» do Brasil confirma-o...).

O capitalismo português e os seus executantes tinham regras elementares de actuação que foram alteradas. Não são as palavras, mas sim a reposição do sistema (se o puderem repor...) que vão introduzir a desejada «segurança» venham o capitalismo e os seus «benefícios», e eis voltarão!

Que se fez até agora da optimização das empresas nacionalizadas, de molde a libertar meios humanos e técnicos? Continuam ou não a funcionar os diversos centros de estudos e equipamentos de tratamento de dados, da Banca e de algumas empresas dos sectores básicos, como se ainda funcionassem em concorrência? Que segurança de emprego e política tem sido oferecida aos gestores públicos? Que definição de política empresarial do sector público já foi feita? Que reestruturação e subordinação da investigação oficial às aplicações e problemas concretos já foram feitas? Que trabalho técnico é possível realizar nos gabinetes, enquanto no campo há tanto para fazer? Que aproveitamento e garantias de carreira foram dados às centenas ou milhares de técnicos do Estado que ganham metade ou 1/3 dos seus colegas do sector privado? Quantos concursos para recrutamento de gestores foram efectuados, em vez do «compadrio» político?

Haveria um sem-número de perguntas a pôr. Só mais uma: pagando o sector público ordenados máximos na casa do 40 contos (não esperamos que o dr. Mário Soares ande a recrutar técnicos para o sector privado) onde estará o aliciante para os técnicos verdadeiramente bons e que serão excepção que se encontram a trabalhar no Brasil? Veja-se o que se passa, vergonhosamente, no «comércio» da Medicina. Por não se estabelecerem escalas salariais realistas 20, 30 ou 40 contos, nos serviços públicos anda-se a alimentar um mau «comércio», onde muitos ganham centenas de contos por mês.

Palavras do eng. Henrique de Barros (actual governante) no 2.º Encontro dos Quadros Técnicos, em Junho deste ano:

«Não será, portanto, de uma tecnoestrutura no sentido capitalista do termo que o nosso País mais carecido se encontra nesta fase histórica a sua secular existência, dado que ela, tecnoestrutura, se conseguir adquirir força, ou pelo menos readquirir parte da muita que começava a manifestar durante os últimos anos de ditadura, há-de fatalmente exercê-la em sentido bem diverso daquele que está implícito no programa de «transição para o socialismo», constitucional, volto a lembrá-lo.»

«Precisamos, sem a menor dúvida e com extrema urgência, de numerosos profissionais qualificados de grau médio e superior, com formação técnica adequada ao nosso nível actual de desenvolvimento económico, mas que se disponham abertamente, sem reservas nem segundas intenções, a colocar os seus méritos e esforços ao serviço dos interesses das grandes massas populares, ansiosas por alcançarem promoção nas escalas da prosperidade material e da dignidade humana.»

Correctas e judiciosas palavras estas, em contraste com a prática de um governo do qual faz parte quem as proferiu! São os «quadros técnicos» que estão no Brasil que convêm? Ou estamos, mais uma vez, perante demagogia? Os «quadros técnicos» que se encontram em Portugal aguardam que os governantes tomem as medidas que foram objecto das conclusões do referido encontro. Não é do seu lado, onde até existem bastantes desempregados e subempregados, que está a responsabilidade, mas sim na indefinição governativa.

Que os políticos têm, por vezes, de fabricar fantasias para «vender a sua mercadoria» é sabido. Mais grave é que eles próprios comecem a não distinguir as fantasias para consumo público, das realidades da *técnica* governativa. Assim, se criaram, na história recente deste País, as fantasias dos «ventos da história» de que estávamos «defendidos», dos «orgulhosamente sós», da «defesa da Fé, do Império e dos valores do Ocidente», da «multirracialidade», etc., etc. Outras fantasias servem agora de suporte à nova estratégia política.

Não basta a evidência de que o sistema económico herdado está falido. Há quem queira reforçá-lo com os mesmos executantes que não souberam prepará-lo para o futuro. Diz o povo «que o pior cego é aquele que não quer vêr». (Ou será que têm outros objectivos «em vista»?...).

CASA TESTA
RUA DO ARSENAL, 78—TELEFONE 32 18 92
LOTARIAS
TOTOBOLA
Cumprimenta e deseja a todos os seus Clientes e Amigos UM ANO NOVO MUITO FELIZ.

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO
— ABERTAS AS INSCRIÇÕES —
(das 17 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

RESTAURANTE «O CONVÉS»
ABERTO TODA A NOITE NA PASSAGEM DO ANO
SERVIÇO ESPECIAL DE CEIAS
AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO, 45

À CLASSE MÉDICA
Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

Geral

ONTEM NA TV

Partidos justificaram votação sobre Plano e Orçamento

Representantes dos cinco partidos com assento na Assembleia da República estiveram ontem num programa especial da RTP para tornarem públicas sucintamente as razões que assistiram às formações políticas a que pertencem para votarem como votaram o Plano e o Orçamento de anteontem para ontem no hemiciclo de S. Bento. Na mesma sequência falou também o Primeiro-Ministro, Mário Soares, em representação do Ministério que chefia.

Pondo de parte naturalmente as afirmações de Manuel Moura, representante do PS, que reflectiram a identificação entre esta organização e o Governo da sua responsabilidade, restam os depoimentos dos representantes do PSD, do CDS, do PCP e ainda da UDP. Naturalmente, também eles reeditaram as considerações largamente expendidas durante os debates e identificaram-se com as posições defendidas pelos diversos parlamentares durante os trabalhos.

SÉRVULO CORREIA (PSD)

«O PSD votou na generalidade contra a proposta de lei do Plano e absteve-se quanto à proposta de lei do Orçamento. O representante daquela organização, Sérvulo Correia afirmou que o voto «contra» do PSD em relação ao Plano foi, em primeiro lugar, «por discordarmos sobre a forma como esse Plano foi elaborado»: «no segredo dos gabinetes — disse — e apresentado repentinamente à Assembleia em 15 de Novembro e com restrições em documentação que levaram a que muitos deputados só muito tarde, e muitos deles nem isso, tivessem pleno acesso a toda essa documentação».

«Por outro lado — Sérvulo Correia ainda — não nos parece que se trate de um verdadeiro Plano Económico e Social: trata-se de uma sobreposição de dois programas de investimentos, ambos no sector público, compreendendo vários projectos que já estavam, muitos deles, em preparação antes do actual Governo entrar em funções, sem que se estabeleçam as regras de uma reorganização das empresas do sector público e sem que se estabeleça um plano de acção para sair da presente crise económica».

Quanto ao Orçamento — «não fazemos política de terra queimada» — disse o representante do PSD, justificando a abstenção deste partido: «uma não aprovação do orçamento significaria a paralisação da administração, e isso nós não o fazemos».

FREITAS DO AMARAL (CDS)

Falando da abstenção dos deputados do CDS nas duas votações, o dirigente centrista Diogo Freitas do Amaral disse: «Desde logo o CDS não poderia votar a favor do Orçamento e do Plano porque não os considera suficientemente bons para serem por nós aprovados». Falando das razões que levaram o grupo parlamentar do CDS a ter a atitude que teve, o mesmo dirigente apontou para as consequências que, em sua opinião, traria uma votação «contra» do seu partido. «A decisão de o CDS se abster deve-se a três razões principais — disse — porque uma votação «contra» neste momento poderia provocar a queda do Governo e interromper toda uma série de acções em curso nos domínios do Ensino, da Política Externa, da Agricultura, do Trabalho»; em segundo lugar, «o voto contrário e a possibilidade de queda do Governo neste momento iriam trazer uma situação política grave que poderia vir a ser aproveitada por forças extremistas radicais, não democráticas, e envolver maiores sofrimentos para o povo português»; finalmente, «porque nós conhecemos muito bem a experiência da I República, entre 1910 e 1926, onde os parlamentos, na sua ânsia de derrubar Governos, fizeram com que o poder executivo de dissolvesse numa fraqueza permanente, e essa situação acabou numa ditadura».

Noutro passo, Freitas do Amaral apontaria para uma possível consequência da votação «contra» por parte do CDS: isso iria «empurrar» o PS para os braços do PCP, se este votasse a favor juntamente com o PS.

CARLOS CARVALHAS (PCP)

O PCP absteve-se porque «o Governo vai comprometer-se para o próximo ano sobre questões fundamentais como as nacionalizações, a Reforma Agrária, a defesa dos interesses dos trabalhadores, a independência nacional, as liberdades» — disse Carlos Carvalhas, em representação daquele partido. A posição de abstenção do PCP ficou a dever-se, segundo Carlos Carvalhas, a dois factos fundamentais: «Por um lado, porque o Governo se mostrou aberto e acolheu muitas das nossas sugestões, em relação à Reforma Agrária, às nacionalizações, às empresas intervencionadas e em autogestão; por outro, porque nós não alinhamos nem damos cobertura a manobras reaccionárias que pretendem criar o vazio, criar uma desestabilização com vista a levar Portugal ao antes do 25 de Abril».

ACÁCIO BARREIROS (UDP)

O único representante da UDP com assento parlamentar, Acácio Barreiros, interveio a seguir. Quer no Plano, quer no Orçamento, a UDP votou «contra» porque «apoia outra alternativa» — disse Acácio Barreiros: «a de um Governo do 25 de Abril do Povo, de um Governo que defenda a independência nacional, saia da NATO e se alie ao Terceiro Mundo, combata o fascismo, bombistas e «pides», defenda os pobres contra os ricos, defenda os reformados, impeça a subida do custo de vida atacando os intermediários, defenda a Reforma Agrária e apoie os pequenos e médios agricultores, os rendeiros e os seareiros — e esse Governo é possível».

Se não todos, pelo menos um grande número de militantes do P. P. M. — vencendo o luto, em função da quadra — reuniram-se ontem na Casa de Trás-os-Montes para homenagear João Alves Pereira, presidente da Câmara de Ribeira de Pena, a quem coube a honra — para não dizer a sagrada missão —, de ser o único membro desse partido eleito para a presidência de uma câmara nas últimas eleições. Na foto, entre outros monárquicos, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, cujo sorriso parece estar a dizer aos seus correligionários: todos não seremos de mais

Dissidentes de Ian Smith criam novo partido político

Dois dos quatro ministros negros do Gabinete rodesiano pediram a demissão a fim de chefiarem um novo partido político: a Organização dos Povos Unidos da Zimbabwé (ZUPO).

Com efeito, Chirau e Ndeweni declararam num comunicado que, embora tivessem passado algum tempo junto do Governo minoritário branco, «havia limites sobre o que podiam fazer pelo seu povo nas actuais circunstâncias».

Os dois ex-ministros afirmaram estar profundamente preocupados com o bem estar do povo em geral e defenderam o princípio de que a Rodésia «se deve transformar no Zimbabwé». Por outras palavras: o Governo do território «deverá ser entregue à maioria negra».

Chirau e Ndeweni faziam parte do grupo de quatro ministros negros nomeados pelo primeiro-ministro Ian Smith no começo deste ano.

Um informador do novo partido declarou que este teria um papel vital na aproximação entre o Governo e as organizações nacionalistas negras do país.

«A ZUPO — disse — gozará do apoio da maioria dos seis milhões de negros do país através do sistema de chefes tribais tradicionais.»

O partido concentrar-se-ia no estabelecimento de um regime de maioria negra no mais curto espaço de tempo possível, cessando assim «esta estúpida perda de vidas». A nova organização política «é apoiada por cerca de 250 chefes tribais e 450 chefes de aldeia» — acentuou ainda o mesmo informador.

Conselhos de Disciplina da Armada

Por decreto do Conselho da Revolução ontem publicado no «Diário da República» foi alterado o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48.839, de 17 de Janeiro de 1969, relativo à constituição do Conselho Superior de Disciplina da Armada. De acordo com a nova redacção «quando o oficial submetido a julgamento for oficial-general, será nomeada para promotor «had hoc» um oficial-general, dos quadros do activo ou da reserva, se possível mais antigo do que aquele».

MOÇAMBIQUE ACUSA Rodésia atacou com "napalm"

MAPUTO, 30 (AIM) No dia 25 de Dezembro a zona de Chitanga, na província de Gaza, foi de novo invadida por tropas do exército racista de Ian Smith, que desta vez usaram bombas de napalm em seus aviões.

Chitanga, situada entre Chicualacuala e Mavue, fica situada a pouca distância da fronteira da colónia britânica da Rodésia do Sul. Os combates prosseguem ainda em toda aquela região, não se conhecendo até este momento o número de baixas.

As forças de Smith, encurraladas pelo povo do Zimbabwe, que de armas na mão se opõe ao regime ilegal e minoritário, tentam uma vez mais, e como último recurso, internacionalizar o conflito, invadindo Moçambique.

Recorde-se que no mês de Dezembro foram atacadas as Províncias de Manica (zona do Guro), Gaza (Chicualacuala, Pafuri e Chitanga) e Tete (Caponda).

E.U.A. estão "desejosos" de emprestar-nos dinheiro

Um telegrama da agência France Press, com origem em Washington, refere que «os Estados Unidos estão desejosos de satisfazerem os pedidos de auxílio financeiro a Portugal», citando afirmações de responsáveis pelo Departamento de Estado, que adiantam dever o empréstimo de 300 milhões de dólares, pedido por Lisboa e prometido por Washington, ser concedido no mais curto prazo.

Diz ainda o telegrama:

De fonte autorizada, acentua-se que os Estados Unidos não pensam, de forma alguma, voltar atrás com as suas promessas nem conceder apenas empréstimos de montante inferior aos 300 milhões de dólares.

Por outro lado, as mesmas fontes acrescentam que a conclusão das negociações entre os dois países apenas se encontram atrasadas por motivos técnicos, nomeadamente pela definição das modalidades de empréstimo, prosseguindo as negociações em Lisboa.

Nenhum motivo político, asseguram as mesmas fontes, está a atrasar o caso e não há qualquer motivo para crer que a próxima administração norte-americana venha a opor-se à concessão do empréstimo, sublinharam, por último, as mesmas fontes.

Angola e Itália ligadas por satélite

A Itália e Angola encontram-se ligadas telefonicamente por satélite desde hoje. Portugal era o único país da Europa que se encontrava ligado deste modo com Angola.

As comunicações (telefone, telégrafo e telex) efectuam-se por intermédio do satélite «Intersalt».

Caminhos de Ferro Portugueses

Nacional

Escudo português cotado na U.R.S.S.

O escudo português foi cotado na U. R. S. S., correspondente a cada cem escudos, 2,98 rublos, segundo informou um boletim do Banco Nacional daquele país, citado por um telegrama da A. P. N.

Segundo a informação, foram modificadas as cotações de 18 divisas internacionais, entre as quais se contam o dólar americano, canadiano, australiano e neozelandês, a libra síria e turca, o yen japonês, e ainda o peso argentino e mexicano.

Entre as divisas cotadas, além do escudo português, contam-se a libra esterlina inglesa (1 para 1,23 rublos), a peseta espanhola (100 para 1,12 rublos) a lira italiana (1000 para 0,86 rublos), o franco francês (100 para 15 rublos), o franco suíço (100 para 30,68 rublos) e a coroa sueca (100 para 17,79 rublos).

Boas Festas ao "DL"

Tiveram a gentileza, que vivamente agradecemos, de nos enviarem Boas-Festas as seguintes individualidades, entidades e empresas:

. Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social; embaixadores da República da Guiné-Bissau e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe; Alex Sterla, adido à Embaixada da Checoslováquia; Associação Portugal-Bulgária; prof. José Bacelar e Oliveira, reitor da Universidade Católica; Instituto Francês de Lisboa; Instituto de Formação Social e do Trabalho; director-geral do Centro Nacional de Estudos e Planeamento; Fundo de Fomento de Exportação; Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado; Correios, Telégrafos e Telefones; Imobiliária Aviz; Citroën; Sarrió Renoir; Cruz, Sousa e Barbosa, Lda.; Comissão de Trabalhadores da H. Parry e Son; Lufthansa; Mundet; Imavox; Matingrafe; Litografia Portugal; Estaleiros Navais de Setúbal (Setenave); Cooperativa de Embalagens União Operária; Tecnil Projectos; Bombeiros Voluntários de Almada; ANOP; Delegação da France Presse em Lisboa; Junta de Freguesia de Campolide; Grupo Excursionista «Os Correctos»; secção de Ténis de Mesa do Clube Philips; Associação de Basquetebol de Lisboa; Associação de Futebol de Aveiro; secção de Andebol do Almada Atlético Clube; Federação Portuguesa de Boxe; Associação de Andebol de Lisboa; Departamento Central de Arbitragem de Andebol; J. Couto Santos; Inácio da Costa; Maria Manuela Furtado; Anselmo Neves; eng. Mário Martins da Silva; Francisco Romãozinho; Gabriela Moreira Leitão Fernandes; Helena Rufinos; João Paulo Guerra; Santos Rodrigues; Manuel A. Pacheco; Polónio Basto; e J. Cartaxo.

"Vamos cumprir o Código da Estrada?"

«Vamos Cumprir o Código da Estrada» é o tema da campanha que o Ministério dos Transportes e Comunicações prosseguirá até final do próximo ano com o objectivo de reduzir os acidentes rodoviários que o ano passado foram responsáveis por cerca de 2500 mortos e 3500 feridos.

Da campanha fazem parte anúncios pedagógicos na Televisão, Rádio e Imprensa, intitulados «Circular é viver», e acções genéricas nas quais estão incluídas a publicação do novo código da estrada; fiscalização das condições técnicas dos veículos; criação de novos serviços e dinamização dos existentes; reestruturação do Conselho Nacional de Trânsito, intensificação, a partir do próximo dia 1 de Janeiro, das acções de fiscalização e punição por parte das autoridades competentes.

ENCERRAMENTO DO I.S.C.S.P.

M.E.I.C. argumenta com "degradação pedagógica e administrativa"

Na noite do passado dia 28 o M. E. I. C. decide encerrar o Instituto Supeiror de Ciências Sociais e Políticas. Uma força policial cerca o edifício e o porteiro que habita nas instalaçoes é levado á esquadra, onde lhe são exigidas as chaves do edifício. Razões do encerramento: uma pretensa degradação pedagógica e administrativa, que em nota oficiosa, sensivelmente 24 horas depois de consumado o act, o M.E.I.C.divulga. Hoje, às 18 horas, no I. S. E., a Direcção da Associação dará uma conferência de Imrensa de resposta ao M.E.I.C..

O encerramento é feito em plenas férias e, segundo informa um comunicado da Associação dos Estudantes do I. S. C. S. P. «a força policial que cerca e mantém encerrado o Instituto não sabe como e porque lá está».

Encerrado o edifício a ninguém foi permitida a entrada: trabalhadores, professores e estudantes. A Direcção da Associaçao é impdida de entrar nas instalações associativas que são no mesmo edifício. Entretanto, o comunicado da Associação de Estudantes informa do funcionamento do I. S. C. S. P., uma escola em que «O C. D. nunca se demitiu, estando homologado pelo M. E. I. C. e em plenitude de funções; tem uma direcção da Associação de Estudantes eleita — e nenhum destes órgãos recebeu qualquer informação ou comunicação sobre o que se iria passar».

Encerramento decidido no segredo dos gabinetes iniciam-se as «démarches» por parte da Direcção para tentar ser recebida pelo M.E.I.C. Lê-se no comunicado: «Depois de uma espera de seis horas juntamente com o Conselho Directivo, e apenas por diligência pessoal do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, ter uma entrevista com o dr. jorge Silva, subdirector geral do Ensino Superior. A conversa resume-se a pouco (explicações não as há), a escola foi encerrada por se encontrar em «degração pedagógica e administrativa»; que o C. D. está demitido; que vão nomear uma comissão para reestruturar que não sabem quanto tempo vai demorar, mas «será o mais rapidamente possível». Quanto ao resto nada sabia; pedidos factos para caracterizar esta degradação o M. E. I. C. não os tinha. Por ridículo que pareça, encerraram a escola porque está «em degradação» — e se está ou não realmente «degradada» será a tal comissão a nomear que o confirmará ou não. Nem sequer sabia (nem nós) o que é degradação administrativa...»

E prossegue o comunicado, relatando o encontro: «Foram-lhe postos vários problemas — o terem encerrado uma Associação (o que já não acontecia desde 1973); o de impedirem os estudantes de utilizarem a cantina; de impedirem trabalhadores de exercerem as suas funções — o de lançarem 1 400 pessoas para um futuro incerto e até desemprego».

CORTES ORÇAMENTAIS

A nota oficiosa do M. E. I. C. promete uma sindicância. Em contactos com elementos do Conselho Directivo, fomos informados que em princípios de Dezembro o M. E. I. C. retirou ao Instituto uma verba superior a mil contos para pagar a professores saneados (entre outros, Oscar Barata, José Júlio Gonçalves, H. Martins de Carvalho) e a docentes a quem foram rescindidos contratos. De tal modo foi o corte orçamental que não foi pago ainda o 13.º mês aos docentes do Instituto.

O encerramento do Instituto está consumado, e o Conselho Directivo da Escola demitido. O decreto-lei sobre gestão no Ensino Superior já não será aplicável no Instituto, sendo os órgãos a eleger até 15 de Fevereiro, substituidos por uma Comissão de Reestruturação com poderes iguais aos de uma Comissão Instaladora.

Regressando ao comunicado da Direcção da Associação dos Estudantes: «As consequências mais imediatas deste inqualificável acto são o efectivo anular do ano lectivo». E recorda o comunicado que o I. S. C. S. P. «é uma das pouquíssimas escolas de Ciências Sociais do País — tem cursos únicos como Gestão e Desenvolvimento Agrícola, Estudos Urbanos e Regionais. Funcionam regularmente, nunca teve classificações e formas de avaliação fora das regras prescritas pelo decreto-lei que regulou a avaliação de conhecimentos. É uma escola com uma elevada percentagem de trabalhadores-estudantes (mais de 60 por cento), uma escola de vida democrática normal e estável. Que recusou passagens administrativas, aptos e não aptos, saneamentos indiscriminados e sem razão».

Também um comunicado da comissão central da U. E. C. insurgindo contra a medida de Sottomayor Cardia, sublinha como tem sido altamente positivo o funcionamento do Instituto. Afirma a dado passo do comunicado: «Decidida e executada em pleno período de férias escolares, sem que se tenha verificado qualquer esclarecimento público prévio do Ministério sobre os motivos que a fundamentam, a medida agora tomada em relação ao I. S. C. S. P. é uma inqualificável ingerência do ministro Cardia na vida de uma escola superior que viveu e vive um clima de trabalho e estudo, intenso e criador, cujo normal funcionamento pedagógico era e é uma realidade incontestável e que dispõe de órgão de gestão com efectividade de funções, democraticamente eleitos. Ao encerrar o I. S. C. S. P., o ministro não encerra, como diz uma escola «degradada». Encerra uma das poucas escolas da Academia de Lisboa onde as passagens administrativas foram recusadas. Encerra uma escola que saneou após o 25 de Abril, os ex-ministros fascistas Adriano Moreira e Silva Cunha. Encerra uma das únicas, se ão a única escola de Ciências Sociais portuguesas, cujos cursos respondem a necessidades objectivas do País em especialistas e técnicos. Encerra uma escola que a par de profundas transformações de carácter progressista, foi sempre assegurado o normal funcionamento das actividades escolares».

NOTA OFICIOSA DO M. E. I. C.

Entretanto, o M.E.I.C. emitiu a seguinte nota oficiosa:

«A situação verdadeiramente caótica em que se encontrava o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e de que os serviços competentes do M.E.I.C. foram tendo conhecimento progressivo levou à decisão extrema, mas indispensável, do encerramento daquela escola, a partir de 28 do corrente.

Tendo-se confundido o espírito de autonomia científica e pedagógica com um verdadeiro estatuto de instituição independente, os responsáveis do ISCSP, para além de levarem ao extremo do inadmissível a politização de toda a actividade da escola, desconheceram as mais elementares regras de administração pública.

Assim se compreende, por exemplo, que, gastando mais do que lhe estava orçamentalmente atribuído, os órgãos de gestão do ISCSP tenham chegado ao mês de Dezembro sem verba para pagar integralmente ao pessoal ao serviço da escola.

Aliás, como «compensação» dos inúmeros saneamentos «selvagens» realizados, os responsáveis pela escola admitiram indiscriminadamente um excessivo número de docentes, sem terem em conta as disponibilidades financeiras necessárias e sem que as propostas de contratação tivessem sido aprovadas superiormente, tentando escudar na política do facto consumado».

Essa mesma indisciplina e anarquia administrativa comprova-se ainda pelo facto, de recentemente, e sem que para tal tivesse sido obtida a necessária autorização, os gestores do ISCSP terem vendido para o «ferro velho» publicações da sua biblioteca.

Os factos apontados, apenas a título de exemplo, impuseram, assim, que fosse determinado, por despacho ministerial, uma sindicância ao ISCSP, cujo início efectivo se prevê para breve.

Mas a verdade é que também no aspecto pedagógico e científico aquela escola caiu em manifesta degradação, com o funcionamento de cursos cujos planos de estudo não tinham merecido aprovação do M.E.I.C., não só por não estar comprovada a qualidade científica dos mesmos, mas igualmente porque não estava provada a necessidade efectiva dos mesmos cursos. Isto para além do manifesto sectarismo ideológico que caracterizava grande maioria das disciplinas, fruto, aliás, do ambiente que se vivia na escola. Nesta se gastava muito mais tempo em assembleias, «plenários» e actividades semelhantes do que em aproveitamento do tempo escolar para aprendizagem efectiva das matérias que deveriam ser leccionadas e integradas nos respectivos currículos.

Não pode permitir-se que qualquer escola do Ensino Superior seja ingovernável e desrespeite os objectivos que justificam a sua existência. Por isso determinou o ministro da Educação e Investigação Científica que se procedesse ao encerramento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Em breve, e nos termos legais, será nomeada uma Comissão à qual competirá apresentar um relatório sobre as medidas imediatas a adoptar tendo em vista a necessária e urgente reestruturação da escola.»

Lisboa com água reduzida

Verificaram-se ontem novas restrições no abastecimento de água em Lisboa devido a uma rotura numa das condutas, o que determinou uma redução de 30 por cento no abastecimento normal.

Segundo um comunicado da EPAL, além da rotura surgida na zona do Marquês de Pombal, a conduta voltou a romper-se perto da estação elevatória dos Olivais. A redução a que nos referimos foi causada por um furo na conduta de grande diâmetro que liga a estação de tratamento de Vale de Pedra ao aqueduto do Tejo. A estas roturas juntam-se outras, também importantes, que se encontram em reparação ou foram já reparadas e que não têm sido trazidas ao conhecimento do público por não afectarem sensivelmente o abastecimento.

De acordo com as previsões da EPAL, a regularização do abastecimento deverá verificar-se amanhã.

PUB

COMUNICADO

1. — Os níveis salariais e os benefícios de carácter social auferidos pelos trabalhadores da Administração Local situam-nos na cauda da quase totalidade dos trabalhadores portugueses.

O reconhecimento duma situação aviltante confirmada por órgãos do poder — Presidente da República e Primeiro-Ministro — nos seus discursos de fome e a recusa ao diálogo por parte do 1.º Governo constitucional, levou os trabalhadores a decidirem-se pela luta visando o reconhecimento dos seus legítimos direitos.

2. — Em 9 e 10 de Outubro, o Conselho de Secretariados do STAL, reunidos a nível nacional, com representações de todos os distritos incluindo Açores e Madeira, aprovou um calendário reivindicativo cujos pontos são:

a) — Publicação do decreto correcto das distorções salariais resultantes do despacho genérico e da última revisão salarial;

b) — Reclassificação de funções;

c) — Garantia de extensão simultânea a todos os trabalhadores das condições de que vinham a beneficiar os trabalhadores a integrar nas empresas públicas saídas da Administração Local.

3. — Posteriormente o Governo anunciou um aumento salarial da ordem dos 15 % para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1977.

Aqui convém lembrar que os Sindicatos da função Pública Central e Local receberam do Governo no primeiro semestre deste ano uma proposta de reclassificação que seria seguida da actualização da tabela salarial, tendo concordado com as etapas da sua concretização, ainda que lhe pusessem sérias reservas quanto aos critérios admitidos.

4. — Com a aprovação do calendário referido no ponto 2, os Trabalhadores da Administração Local reafirmaram a sua opção pela prioridade da reclassificação sobre a actualização da tabela salarial.

É na fidelidade a essa opção que o STAL, como representante desses trabalhadores, relembra ao Governo que a revisão salarial nos termos anunciados, apenas servirá para agravar as injustiças e disparidades nas remunerações praticadas e tornar mais difícil a reclassificação por que lutamos.

5. — Para além disso, é disposição dos T. A. L. de, com a actualização salarial ou sem ela levarem até final a luta pela defesa do programa reivindicativo aprovado.

Santarém, 23 de Dezembro de 1976

Pel'O Secretário-Geral do STAL

(Assin. ilegível)

PUB

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Metalo-Mecânicos do Distrito de Leiria

Sede em VIEIRA DE LEIRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 65.º dos n/ Estatutos, convocam-se todos os Trabalhadores metalúrgicos a assistir à Assembleia Geral Ordinária, que terá lugar na sede deste Organismo (VIEIRA DE LEIRIA) no próximo dia 8/1/77 pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO

APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL PARA O ANO DE 1977

Vieira de Leiria, 28 de Dezembro de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nacional

NAS MINAS DA PANASQUEIRA

Administração fará todos os esforços para reintegrar pessoal cabo-verdiano

A administração das minas da Panasqueira esteve ontem à tarde no Ministério do Trabalho onde foi recebida pelo titular da pasta, Marcelo Curto, a fim de se encontrarem as soluções mais adequadas para a reintegração dos trabalhadores cabo-verdianos afastados.

A administração das minas comprometeu-se a desenvolver todos os esforços no sentido de conseguir a completa reintegração dos trabalhadores cabo-verdianos, até porque, para além das implicações humanas e diplomáticas do conflito, há a considerar o aspecto estritamente laboral.

Em termos concretos, foi decidido nesta reunião que muito brevemente, talvez no início da próxima semana, se efectuará um encontro no Ministério do Trabalho entre a Comissão de Trabalhadores cabo-verdianos e a comissão sindical das minas, com vista a procurar uma plataforma de acordo que supere o impasse existente. Esta reunião precederá uma outra a realizar também no Ministério com dirigentes sindicais daquela actividade.

A terminar, foi referido que, contactado o Ministério da Administração Interna este se mostrou receptivo a prestar toda a colaboração que se torne necessária.

FERRO DE MONCORVO

Siderurgia Nacional vai comprar acções da Ferrominas

Por resolução do Conselho de Ministros, foi cometida à Siderurgia Nacional a tarefa de adquirir, no prazo máximo de oito dias, as acções da Ferrominas, SARL, detidas por particulares desde que a Siderurgia Nacional não despenda na transacção um montante superior a mil contos.

Esta resolução vem na sequência da necessidade da transformação da Ferrominas em empresa pública. Com efeito, reconhece o preâmbulo da resolução do Conselho de Ministros, «a entrada em funcionamento efectivo da empresa resultante são, neste momento, condições essenciais ao arranque, a muito curto prazo, do Plano Siderúrgico Nacional no âmbito específico da exploração do minério de ferro de Moncorco».

Recorda-se que apenas cinco por cento das acções dos jazigos de ferro de Moncorvo estão em mãos de particulares. As restantes acções são pertença já da Siderurgia e do Estado, por abandono por parte dos alemães da exploração dos jazigos da Moncorvo».

Auxílio U.S.A. aos Açores

Prioridade para saneamento

A Secretaria Regional para os Assuntos Sociais do Governo Autónomo dos Açores divulgou em Angra o teor de um ofício da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa: trata-se do relatório elaborado pelo grupo de técnicos norte-americanos especializados em assuntos ligados à Saúde Pública e que entre 18 e 21 de Outubro último esteve no arquipélago em cumprimento do programa de cooperação económica luso-americana sob os auspícios da AID.

Ao mesmo tempo que envia o relatório, a Embaixada norte-americana em Lisboa, «exprime o maior reconhecimento pela excelente organização e hospitalidade manifestada» no decurso da visita. Isto de acordo com a notícia dada pelo gabinete de Imprensa do Governo dos Açores.

Ainda segundo esta fonte, do relatório consta a reiteração, «sem qualquer reticência», da «máxima prioridade no desenvolvimento do projecto relacionado com o saneamento básico islenho — tratamento de águas, esgotos e lixos, assim, como, é óbvio, a higienização das habitações rurais».

Desanexação em Portel reduziu cooperativa a dezanove hectares

O dr. António Barreto mandou fazer mais uma «desanexação», desta vez na Cooperativa «Trabalhadores de Santana», em Portel, no distrito de Évora. À semelhança do que tem acontecido noutras herdades onde o MAP decidiu aplicar medidas lesivas à consolidação da Reforma Agrária, a ordem do Governo fez-se impor através de um imponente aparato bélico. Não entrou em diálogo com os trabalhadores, tendo antes preferido seguir uma táctica política que lembra, de certa maneira, os velhos métodos.

A Comissão de Trabalhadores da cooperativa já tinha sido chamada ao C.R.R. A. de Évora onde tomara conhecimento da decisão do MAP em entregar 199,5 hectares (cerca de 34 mil pontos) ao seareiro Manuel Gonçalves das melhores terras da herdade dos Jejuns.

Com esta partilha a cooperativa fica apenas com 19 hectares. Viram no entanto os trabalhadores o que significava, na prática, o despacho do eng. Carlos Portas, secretário de Estado da Estruturação Agrária a quem haviam solicitado há pouco uma entrevista quando depararam, na madrugada de ontem, com um contingente de forças da GNR a cercar as terras da cooperativa. É assim que o secretário de Estado fala! Entretanto os trabalhadores da cooperativa foram também informados através da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura de Santana de Portel que o Crédito Agrícola lhe tinha sido cortado. Esta determinação começa a funcionar a partir de 1 de Janeiro de 1977 até 31 de Dezembro do mesmo ano. Estranham os trabalhadores que o telegrama recebido pela Comissão Liquidatária trouxesse uma assinatura que não «se percebia nada».

Assim, sem consultar os trabalhadores o eng.º Portas promove um seareiro a tendeiro e comete mais uma vez um atropelo à lei. De facto é muito difícil ao sr. Manuel Gonçalves que tem perto de 80 anos, ir trabalhar directamente a terra. Por outro lado este homem nunca foi rendeiro dos Jejuns que pertencia ao agrário Francisco Garcia Esteves, Era seareiro e encarregado da propriedade, cultivando, todavia uns bocados de terra assim como outros indivíduos da região.

Os trabalhadores também acham estranho o comportamento do CRRA de Évora que na altura da ocupação da herdade marcou extremos da herdade e decidindo atribuir ao seareiro Manuel Gonçalves 60 hectares de terra para cultivo. Tudo isso ficou lavrado numa acta que, «por acaso», desapareceu misteriosamente. Segundo os trabalhadores o CRRA dá o dito por não dito.

PARA ESTÍMULO AO VINHO DO PORTO

Produtores exigem legalização das vinhas clandestinas

A questão das plantações clandestinas de cepas produtorea de vinho do Porto volta a colocar-se, como aconteceu em tempos, com interesse e acuidade. Segundo os vinicultores de Ervedosa do Douro, na área abrangida pela produção daquele vinho, se os proprietários não tivessem insistido em plantar clandestinamente vinhas «teria já desparecido uma boa parte da melhor qualidade de vinho do Porto».

Estas e outras revelações foram feitas no decorrer de um plenário de produtores de vinho do Porto em Ervedosa do Douro, os quais discutiram «o problema crucial das plantações da vinha» que há muito se vem arrastando sem solução.

No plenário foi afirmado por um dos intervenientes que «o Douro tem procurado colaborar com o Governo no aspecto da produção», e que, para tal, uma das medidas imediatas a tomar no sentido de ambas as partes — produtores e Governo — saírem beneficiadas do impasse, será a de legalizar com moderação e limites a plantação de vinhas.

Além daquela medida, os agricultores e produtores reunidos em Ervedosa do Douro aprovaram um caderno reivindicativo que farão chegar às autoridades competentes, no qual se solicita a revogação imediata do decreto-lei que prevê a aplicação de multas às vinhas plantadas clandestinamente, a publicação de nova regulamentação sobre plantação da vinha e legalização da que foi plantada clandestinamente, a reforma das vinhas velhas e a incentivação da produção de vinho do Porto com legislação adequada, tendo em conta que se a mesma não decresceu nem se deteriorou nos últimos anos isso se fica a dever às referidas plantações clandestinas.

Cooperativas do Algarve importam vacas por via aérea

Seiscentas novilhas de raça leiteira de Roterdão e Mastrich, na Holanda, e de áreas agrícolas da Alemanha Federal e da Dinamarca, começarão amanhã a ser desembarcadas no aeroporto de Faro. A primeira remessa vem directamente do aeroporto de Schipoll (Amesterdão), continuando a operação nos dias seguintes. Os animais são transportados em cargueiros aéreos especialmente fretados para o efeito.

Para a aquisição a que meteu ombros, a União de Cooperativas de Produtores de Leite do Algarve obteve um crédito de uma agência bancária, pagável em cinco anos e com juro de operação preferencial.

As 600 novilhas leiteiras vêm já em adiantado estado de gravidez, podendo produzir de imediato cerca de seis mil litros de leite no seu conjunto, e mais do dobro (quase o triplo em condições normais) após a paridela, o que representa um considerável aumento na produção normal que entra na União das Cooperativas de Leite do Algarve.

Inicialmente, os produtores da cooperativa a quem as vacas se destinam adiantarão cinco mil escudos por cada cabeça, como espécie de sinal ou abonamento, começando a amortizar a dívida por cada rês comprada dois meses depois da recepção de cada animal e em prestações quinzenais. É facultada a possibilidade dos produtores pagarem essa dívida com leite entregue nas cooperativas.

Das 600 vacas que chegaram ao Algarve, 417 são holandesas, e as restantes da Dinamarca e da RFA.

Rendeiros da Cova da Beira exigem que seja cumprida a Lei

Através de uma moção enviada aos grupos parlamentares do PCP e do PS a Comissão de Rendeiros da Cova da Beira manifesta-se apreensiva sobre as possíveis alterações que o ministro da Agricultura e Pescas tenciona introduzir na Lei do Arrendamento Rural.

Considera a Comissão de Rendeiros da Cova da Beira, em nome de cerca de 700 rendeiros, que toda e qualquer alteração dos benefícios concedidos pela Lei aos rendeiros seria uma profunda injustiça. Se essa modificação que o ministro prevê se traduzir numa tomada de medidas que levem os senhorios a cumprir a lei, está perfeitamente correcto. De outra forma, os rendeiros contestarão, as disposições que venham contemplar os senhorios como acontecia anteriormente.

Fusão de bancos decidida pelo Governo

Uma informação dimanada da Secretaria de Estado do Tesouro, refere que, por decisão do Conselho de Ministros, os bancos Agrícola e Industrial Viseense, do Algarve, do Alentejo e Fernandes Magalhães, vão ser integrados, a partir do próximo dia 1 de Janeiro, respectivamente, no Crédito Predial Português e Banco Português do Atlântico, com a incorporação do activo e passivo e demais direitos e obrigações.

Face a esta determinação, cessam, a partir da mesma data, os mandatos dos conselhos de gestão das instituições integradas.

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo

Copaz.
o Azeite.

Restaurante TARRO

O ponto verdadeiramente forte para uma boa alimentação

Av. D. Afonso Henriques 16-B
ALMADA

GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

AVISO-CONVOCATÓRIA

AOS EXMOS. PRESIDENTES E VEREADORES ELEITOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO DISTRITO

A fim de se dar cumprimento ao disposto no art.º 35.º, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do art.º 23.º, todos do decreto-lei n.º 701-A/76, de 29 de Setembro — instalação das Câmaras Municipais eleitas pelo Povo em 12 de Dezembro de 1976 — são convocados os Exmos. Presidentes e Vereadores eleitos das Câmaras Municipais de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, para comparecerem neste Governo Civil (Rua Capelo — Lisboa), pelas 16 horas, do dia 3 de Janeiro de 1977.

Mais se solicita e agradece que todos os Exmos. Presidentes e Vereadores convocados s façam acompanhar do respectivo Bilhete de Identidade ou outro documento oficial de identificação.

Lisboa, 29 de Dezembro de 1976

O GOVERNADOR CIVIL

a) Dr. José Manuel Duarte

Trabalho

Legislação "antioperária" objecto de contestação sindical

. Os protestos contra diversos diplomas considerados como anti-operários pelos trabalhadores e sindicatos, continuam a surgir. Desta vez as moções incidem sobre os Decretos 841-B/76 e 841-C/76 e foram aprovadas pela Comissão de Trabalhadores da Sociedade Comercial Amadeu Gaudêncio, em Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria do Sul e, no caso doutra, em reunião distrital dos empregados em sindicatos de Setúbal.

Neste último caso, após a discussão no que representa para o movimento sindical o Decreto 841-B/76, foi decidido criar um grupo de trabalho em que se integra um representante de cada um dos 17 sindicatos presentes na reunião com vista ao estabelecimento de contactos com os trabalhadores que nela não participaram, para realização de um plenário:

. Na moção aprovada salienta-se que «a revogação da Lei Sindical, (quotização sindical) com a publicação do Decreto-Lei 841-B/76, vem pôr em perigo» os postos de trabalho dos funcionários dos sindicatos, e que o mesmo decreto «visa afundar economicamente os sindicatos e o movimento sindical unitário».

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal tomou, entretanto posição sobre o mesmo diploma que, afirma, resulta da pretensão do «Governo asfixiar economicamente os sindicatos e consequentemente a Confederação Geral dos Trabalhadores — a Intersindical Nacional».

«Prova disso», afirma-se no comunicado distribuido, «são as declarações do sr. secretário de Estado do Trabalho, dr. Gonelha, ao afirmar que esta medida tem em vista «quebrar a espinha» à Intersindical».

No documento afirma-se depois que «medida semelhante se preparava para tomar o ex-ministro das Corporações, Silva Pinto, pouco tempo antes do 25 de Abril de 1974». Mas, a U. S. S. salienta que tem confiança em que o Governo não atingirá os seus objectivos, uma vez que o ministro marcelista o não conseguiu.

Aquela União Sindical apela depois para que os trabalhadores obriguem a entidade patronal ao cumprimento dos C. C. T.'s, que em muitos casos obrigam ao desconto sobre os ordenados da quotização sindical a enviar aos sindicatos.

«No caso em que os C. C. T. não obrigam o patronato a tal devemos nós trabalhadores, através das mais variadas formas, reivindicar essa medida em defesa dos nossos sindicatos que têm sido um grande obstáculo ao avanço da recuperação capitalista e da reacção» — acrescenta-se.

Por seu turno, a Comissão de Trabalhadores da «Amadeu Gaudêncio» considera inconstitucional aquele decreto «visto que nem os trabalhadores nem os representantes sindicais, legalmente eleitos segundo a Constituição, nem a própria Assembleia da República, legalmente eleita pelo Povo Português, foram consultados para a formulação do citado Decreto-Lei».

HOTELARIA PRONUNCIA-SE

Os trabalhadores da hotelaria do Sul, em Assembleia Geral realizada no dia 22, também analisaram aquele diploma, tendo decido promover uma ampla campanha de informação e esclarecimento dos trabalhadores «no sentido da divulgação do teor da alínea d) da cláusula 16.ª, do C. C. T. em vigor».

Por esse motivo, exigem que as entidades patronais continuem a efectuar os descontos para os sindicatos. Outra exigência visa que o M. T. e o ministro «assumam publicamente posição quanto ao valor das disposições sobre esta matéria, inscritas nos Contratos Colectivos de Trabalho».

O Decreto-Lei 841-C/76, considerado numa moção aprovada nesta mesma Assembleia, como um instrumento que «anula ou reduz conquistas e garantias dos trabalhadores, concretamente quanto ao direito ao trabalho e à segurança no emprego», é repudiado «energicamente».

Além disso, foi decidido «exigir ao Governo que revogue o Decreto-Lei 841-C/76 e o substitua por outro, depois de ouvidas as Associações de classe dos trabalhadores».

COVINA EXIGE DESCONTO

Os trabalhadores da Covina reunidos em plenário, exigiram à administração que continue a processar os descontos das quotas sindicais e a remeter a respectiva importância aos respectivos sindicatos.

Na moção aprovada por unanimidade, os trabalhadores consideram o decreto 841B/76 uma ingerência do Governo na vida sindical, que visa desmantelar o Movimento Sindical, retirando independência económica às organizações dos trabalhadores.

A comissão de trabalhadores da Covina comunicou já a administração a decisão dos trabalhadores e enviou aos órgãos do Governo, grupos parlamentares do P.C.P. e do P.S. e aos órgãos de Informação escrita e falada, uma moção de repúdio pelo referido decreto, que considera um aaque aos organismos dos trabalhadores e uma violação da Constituição.

BANCÁRIOS DO NORTE
Assembleia interrompida

. Reunidos em plenário, ontem, no Pavilhão do Académico, os bancários do Norte não puderam pronunciar-se em definitivo sobre a participação (ou não) do seu sindicato no Congresso de Todos os Sindicatos, marcado para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro.

Já noite adiantada, a contestação feita por um grupo de sócios à aceitação, pelo presidente da mesa da assembleia geral, de um requerimento para votação nominal sobre a participação no Congresso obrigou a que o referido presidente da mesa suspendesse os trabalhos.

Esta assembleia interrompida — recorda-se — foi pedida por 220 sócios do sindicato que pretendem a desvinculação das Uniões Sindicais e se manifestam contra a participação no Congresso de Janeiro. Em anterior assembleia geral, os trabalhadores tinham decidido já por um «não» à denominada «Carta Aberta» e pelo «sim» ao Congresso. O modo como terminou a assembleia de ontem terá sido originado — segundo trabalhadores que ouvimos — pelo «desespero dos carta-abertistas, cada vez mais isolado por vontade dos trabalhadores».

Antes da assembleia de ontem, as tendências «B» «C» e «D» tornaram pública a sua posição ante o momento sindical que se atravessa.

A tendência «B» entende que «a unidade dos trabalhadores deve estar acima de todas as questões que neste momento são fraudulentamente exploradas» e defende que «democracia e socialismo são conceitos que se devem completar e não contradizer».

A tendência «C» aponta, por seu turno, para os perigos de divisão do Movimento Sindical, considerando que os defensores da «Carta Aberta» acabam, quer queiram ou não, por abrir o caminho a uma central sindical paralela. Citamos: «Toda esta orquestração tem um fim claro: dividir o movimento sindical unitário, levando, apesar de se gritar o contrário, ao pluralismo sindical. O método nem sequer é original. Foi executado com êxito em 1948 na França e na Itália e levou à proliferação de centrais sindicais. Os trabalhadores desses países sabem bem quanto lhes tem custado isso. Em 1948 também se manipularam os trabalhadores com os «slogans» de democracia e independência para criar a cisão».

Na sua tomada de posição, a tendência «D» dirige à direcção do sindicato a seguinte pergunta: «Porque será que a Direcção não nos diz claramente que se sente isolada no movimento sindical, servindo-se da «Carta Aberta» como alternativa imediata, mas cujos princípios não são coincidentes com o seu programa eleitoral?»

Governo afasta Movimento Sindical da Caixa do Comércio

. «Tudo leva a crer que se trata da primeira fase da ofensiva do Governo que visa facilitar o afastamento do Movimento Sindical da gestão efectiva das Caixas», afirma a Intersindical Nacional num comunicado sobre a exoneração recente dum representante do Mogimento na comissão administrativa da Caixa de Previdência do Comércio de Lisboa, pelo secretário de Estado da Segurança Social, eng.º Vítor Vasques.

A exoneração do representante do Movimento Sindical foi contestada pela Reunião Geral de Sindicatos que anteontem decorreu no Instituto Superior Técnico, defendendo os sindicalistas que «a substituição dos representantes do Movimento Sindical nas Caixas só pode fazer-se com o acordo de todos os sindicatos interessados, só no meio da União Sindical de Lisboa e não através do livre arbítrio de qualquer direcção isolada».

Prosseguindo na interpretação desta prepotência do eng.º Vítor Vasques, afirma ainda a Intersindical Nacional: «O Governo pretenderia institucionalizar esse afastamento do controlo dos dinheiros da Previdência com a publicação da lei orgânica da Segurança Social preparada sem a participação dos trabalhadores pela integração da Previdência no Estado criada pelo VI Governo de que, aliás, fez parte o actual secretário de Estado. Muitos trabalhadores se interrogam: será com esta política anti-sindical que o Governo pensa recuperar do patronato os 10 milhões de contos de dívidas que previu no orçamento para 1977?».

Delegação da Intersindical visitou a U.R.S.S.

A cooperação bilateral entre os sindicatos portugueses e soviéticos e o Movimento Sindical Europeu foram objecto de discussão entre a delegação da Intersindical Nacional que visitou a URSS de 15 a 23 do corrente e o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, organização que emitiu o convite para a visita.

Os componentes da delegação José Alves e Manuel Godinho, do Secretariado da Intersindical, João Castro, secretário da Federação dos Sindicatos do Mar e Augusto Silva, chefe do Departamento Internacional da Intersindical deslocaram-se a Moscovo, Kiev e Leninegrado, onde visitaram diversas empresas industriais, estabelecimentos oficiais e culturais e tomaram conhecimento com a vida e o povo soviético, actividades das organizações sindicais. Tiveram ainda vários encontros com trabalhadores e militantes sindicais. A delegação da Inter foi recebida pelo presidente do CCSS Chibaev A.I., Pimenov P. e V. Bogatikov, secretários do CCSS e Kanaev G., vice-director do Departamento Internacional do CCSS.

Os representantes do CCSS informaram os delegados da Intersindical da actividade dos sindicatos soviéticos sobre a realização do programa de desenvolvimento económico e social da sociedade soviética traçado pelo 25.º Congresso do PCUS e sobre a preparação do 16.º Congresso dos Sindicatos soviéticos. Os representantes da Intersindical por seu turno, informaram os sindicalistas soviéticos da actividade da sua organização em prol da unidade do movimento sindical do país e pela defesa dos interesses das massas trabalhadores.

Os sindicalistas portugueses e soviéticos destacaram a importância da conferência de Helsínquia sobre a segurança e cooperação europeia na diminuição da tensão internacional e o estabelecimento da cooperação entre os povos e referiram a melhoria da situação internacional como factor positivo para a evolução do movimento sindical internacional. Os participantes do encontro exprimiram a sua disposição de contribuir por todos os meios ao seu alcance para a preparação e realização com êxito da segunda conferência sindical europeia.

M.T. DECIDE
Autogestão prorrogada e consulta sobre legislação

O ministro do Trabalho decidiu, por despacho de ontem, prorrogar o prazo de validade das credenciais em vigor nas empresas autogeridas até ao dia 31 de Janeiro.

Este despacho fica a dever-se ao facto de expirar amanhã o prazo anteriormente concedido, prevendo no entanto o M.T. a aprovação para breve de legislação que permita regular por lei o sector referido.

No despacho, o ministro recorda aos interessados que a prorrogação cessará, se, porventura, «houver e logo que haja algum inconveniente por parte do Ministério do Trabalho ou do Ministério da Indústria e Tecnologia ou ainda se vierem a existir razões legais impeditivas».

Entretanto, no campo da legislação do trabalho, o mesmo Ministério divulgou uma nota oficiosa em que concede aos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores um prazo de 15 dias para se pronunciarem sobre os projectos de três diplomas legais em preparação e que incidem sobre critérios de transferência da posse útil com gestão, estatuto jurídico dessas empresas e criação do Instituto Nacional das Sociedades em Autogestão.

NOTA OFICIOSA

Do Ministério do Trabalho recebemos para publicação a seguinte nota oficiosa:

«Tem o Ministério do Trabalho em preparação um conjunto de medidas legislativas tendentes a fixar as bases legais da estruturação e funcionamento das empresas que pretenderem ficar afectas ao sector autogestionário, em cumprimento do disposto no Artigo 90 da Constituição que reconhece, como base do desenvolvimento da propriedade social, os bens e unidades de produção com posse útil e gestão colectiva dos trabalhadores.

Nesse sentido, e encontrando-se ainda em preparação a forma institucionalizada de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, dá-se cumprimento aos artigos 56 e 58 da Constituição proporcionando por este meio a participação das organizações representativas dos trabalhadores — sindicatos e comissões de trabalhadores — sobre a matéria de três diplomas legais versando, respectivamente:

1. Critérios de transferência da posse útil com gestão para o colectivo de trabalhadores nas empresas já por estes geridas fixando critérios definidores do abandono justificado ou injustificado pelas entidades patronais, a apreciar, posteriormente pelos tribunais.

2. Lei base que fixará o estatuto jurídico das empresas que se constituírem nos moldes do sistema de autogestão ou que por ele optarem.

3. Criação de Instituto Nacional das Sociedades em Autogestão que constituirá o organismo de apoio na formação e informação das empresas do sector e organizará o seu registo, garantindo a conversão das sociedades actualmente geridas por trabalhadores em sociedades autogestionárias.

Esta consulta considera-se encerrada decorridos quinze dias sobre a data desta publicação.»

Futuro preocupante em "A Vencedora"

. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto vai solicitar a intervenção da inspecção do M. T. na empresa «A Vencedora», da Praia da Granja, cuja entidade patronal, alegando incapacidade financeira, não cumpre o C. C. T. desde 1974, inclusivamente não pagando o décimo terceiro mês.

Em reunião no M. T., a gerência de «A Vencedora» evocou falta de matéria-prima para justificar a recusa de encomendas.

Dirigentes da Função Pública saúdam trabalhadores

. «A mobilização e espírito de luta demonstrados pelos trabalhadores da Função Pública nestes dois difíceis anos de renascer da vida sindical, nomeadamente a sua maciça participação na eleição dos seus primeiros corpos gerentes, demonstram bem a consciência da classe e a sua firme determinação na construção de um Sindicato Forte», afirmam os corpos gerentes recém-eleitos do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública em saudação dirigida aos sócios, ao entrarem em função.

Na sua mensagem, os dirigentes do Sindicato reafirmam que a unidade dos trabalhadores se constrói no dia-a-dia, na acção em defes dos seus interesses e que para desenvolver essa acção, contam não só com os 11 000 trabalhadores que votaram nos seus nomes, mas com a participação activa de toda a classe.

S.O.S. DA MARINHA GRANDE

Abandonada pelo "antigo regime" empresa de moldes quer sobreviver

Uma fábrica de moldes para a indústria plástica, a Aníbal H. Abrantes, de Marinha Grande, luta hoje com grandes dificuldades financeiras, em consequência, essencialmente, da conjugação de três factores políticos: a queda do dólar, a redução da guerra do Vietname, processada a partir de determinada altura pelos americanos, e os acontecimentos em Portugal, especialmente aqueles que estão relacionados com as datas de 25 de Abril e de 11 de Março.

De salientar que só a colaboração estreita com países do mundo que nos tinham estado vedados, a partir do 25 de Abril iniciada, permitiu que continuasse a laboração de uma fábrica particularmente bem apetrechada, e primeira do género em Portugal, que chegou a ser considerada a 3.ª no género em todo o mundo e que continua a assegurar 320 postos de trabalho.

E isto quando a viabilidade financeira da Aníbal H. Abrantes se encontra ameaçada, sendo certa a sua possibilidade económica.

De facto, enquanto o mercado americano deixou de absorver 80 por cento da produção, descendo para cerca de 30 por cento, o incremento com os países de Leste deu nova perspectiva à empresa, processando-se, hoje, as encomendas, a um nível francamente encorajador.

Se a descida do dólar e o fim da guerra do Vietname tiveram relação directa com a «quebra» na empresa de moldes a que nos referimos, o 25 de Abril e o 11 de Março também entraram seriamente na sua «vida». Nos primeiros casos, a indústria de guerra dos Estados Unidos teve de se reconverter numa pequena parte e os moldes para plásticos foram abrangidos; no segundo caso, basta atentar nos nomes que tinham subido à ribalta com a compra da Aníbal H. Abrantes por parte da Fábrica de Explosivos da Trafaria: Alpoim Calvão, Barbieri Cardoso, Venâncio Deslandes, Lobato de Faria Roncon, entre outros.

Curiosamente, enquanto decrescia a guerrra no Vietname, em Portugal os elementos da Fábrica de Explosivos da Trafaria acreditavam no esforço futuro de Portugal nas guerras coloniais, a ponto de comprarem diversas empresas do sector dos plásticos, que lhes poderiam servir no fabrico, em larga escala, de material de guerra...

E com toda esta história, a Sociedade Financeira Portuguesa, de cujos principais «cérebros» já escrevemos o nome, ia «inchando». Até que, com os acontecimentos no nosso País se chegou ao presente, em que a Aníbal H. Abrantes tem encargos dinanceiros diários (juros) no valor de 27 contos, enquanto de administradores nem dedo... Ou seja, há mais de um ano que desapareceram.

COMO SE FAZEM AS EMPRESAS

«Nascida» em 1946, a Aníbal H. Abrantes prosperou do «nada» até ao que é actualmente, bem apetrechada e com boas instalações, sempre proporcionando bons lucros ao patrão que lhe deu o nome. Vários factores se conjugavam favoravelmente... Mas, com o ano de 1971, quando se verifica a redução da guerra americana na Ásia e o dólar começa a enfrentar problemas, o patrão, que talvez já não sentisse a idade em seu apoio, resolveu-se pela venda.

Foi aí que, em concorrência com outros negociadores, apareceu a Fábrica de Explosivos da Trafaria, ainda em domínio colonial, a comprar esta empresa. O negócio foi fechado com a participação no capital do ex-proprietário, Aníbal Henriques Abrantes e a fuga de quadros técnicos que sentem a ameaça... Aliás, mercê de alguns negócios, o défice da A.H.A., que na altura da transacção era de 12 mil contos, é acrescido de 28 mil...

De acordo com o relato que nos foi feito pela comissão de trabalhadores da empresa, que como tantas outras tem assegurado a existência da empresa, os défices foram aumentando a par de novos financiamentos, até certa altura.

De facto, com o 25 de Abril e mais tarde o 11 de Março, a empresa deixa de ter interesse para os proprietários e com o aumento de encargos financeiros desaparece a gestão. Há a doença de um administrador, há a promessa, da parte da Sociedade Financeira, de um novo aumento de cahital...

E chega-se ao dia 31 de Outubro de 1975: os trabalhadores perguntam porque não vem o aumento de capital. os administradores são retidos nas instalações por algum tempo e finalmente resolvem abandonar a empresa. E começa assim um processo de consciencialização dos trabalhadores, que se apercebem de que o futuro desta fábrica está comprometido, por deixar de interessar aos capitalistas.

Essa data surge como ponto crucial na vida desta empresa que continua a lutar contra a maré: então é pedida a intervenção estatal que obtém uma contraproposta de moratória, numa altura em que a banca já não concedia empréstimos e os capitalistas recusavam os avales... Nasce o controlo operário e segue-se a criação de uma direcção comercial que, conjuntamente com o aumento sucessivo de vendas para o Leste, nomeadamente para a República Democrática Alemã, permite uma nova perspectiva do futuro.

Hoje, percorrer as bancas desta empresa, onde complicadas construções em aço vão avançando, é surpreendente, especialmente quando escutamos as palavras do elemento da comissão de trabalhadores que nos guia:

«E então, o general Pinto Resende, da Sociedade Financeira Portuguesa, disse-nos: «A culpa disto tudo é do 25 de Abril que acabou com a guerra...».

Estas palavras foram proferidas aquando das tentativas encetadas no sentido de recuperação da empresa...

E OS TRABALHADORES AVANÇAM

A intervenção do Ministério da Indústria e Tecnologia é no sentido de congelar a dívida da Aníbal H. Abrantes à banca, concedendo um empréstimo de nove mil contos para cobrir défices de tesouraria.

«Só depois irão resolver qual a fórmula a adoptar no nosso caso. Mas a verdade é que isto não pode durar porque a empresa está descapitalizada». — informa-nos um dos elementos da comissão de trabalhadores, que continua a assegurar a vida da empresa.

Com 60 mil contos, de encomendas em carteira, a Aníbal H. Abrantes, que continua a ser a maior fábrica e a mais bem apetrechada do género, no nosso País, continua a olhar o futuro como uma completa incógnita. E, para além de empregar na maioria, operários bastante especializados, esta empresa contribui por si só com 40 por cento das exportações do ramo, sem que exista concorrência. Antes pelo contrário, quando se trata de pequenas encomendas, estas são concedidas a empresas de menor dimensão, em regime de subempreitada...

A indústria de moldes, destinada na quase totalidade à exportação, proporciona-nos cerca de seis milhões de dólares anuais em divisas, mas perante estes números e o interesse que a indústria tem para o nosso País, os responsáveis ministeriais continuam a nutrir a mais completa indiferença por este caso.

O que pretendem os trabalhadores da Aníbal H. Abrantes, após terem conseguido, internamente, estabelecer um bom clima de relações humanas e se sacrificaram cumprindo horas extraordinárias mesmo sabendo que as não receberão?

«É simples», conta-nos o mesmo elemento da comissão de trabalhadores. «É preciso que o Governo assuma o seu papel no que respeita a facilidade de financiamento para investimentos, pois tem de se encarar a descapitalização e a necessidade de adquirir novos equipamentos».

Mas há mais: são as carências humanas, aquelas que resultam da falta de técnicos especializados, particularmente a nível médio e superior...

E, depois, há a tão solicitada intervenção estatal, que nunca obteve resposta.

Clientes

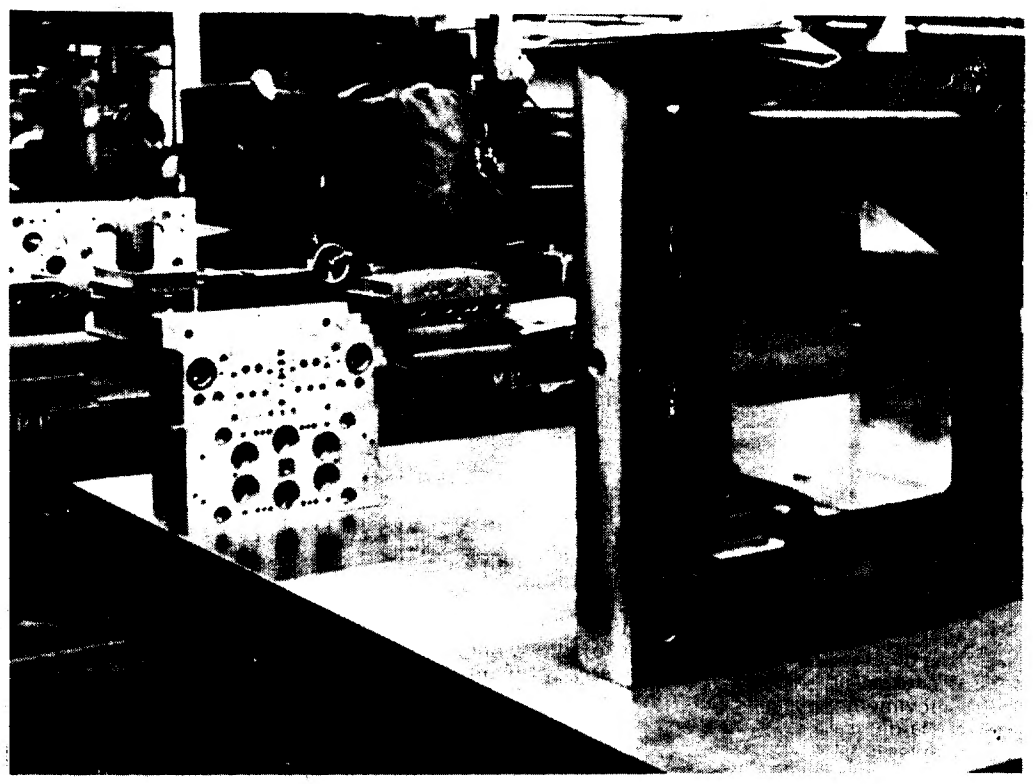
Até 1972, os norte-americanos compravam à Aníbal H. Abrantes 80 por cento da sua produção. Actualmente, as suas compras cifram-se nos 30 por cento. Consequências, como assinalámos, dos altos e baixos do dólar, da guerra no Vietname que monopolizava a indústria americana para o armamento.

E depois também houve o 25 de Abril. Com tudo isto, os principais clientes passaram a ser a República Democrática Alemã e outros países de Leste, com os quais é possível no futuro incrementar as nossas relações, na medida em que a sua economia é planificada e poderemos vir a beneficiar das actuais relações em próximos planos.

Contrariamente àquilo que poderia ser insinuado, trata-se de clientes que pagam a preços por vezes superiores aos americanos, e a pronto. Por questões de produção, da mesma peça nunca encomendam um só molde, o que ainda torna mais vantajosos os contratos.

No futuro, a URSS poderá tornar-se um dos maiores clientes da nossa indústria de moldes. Mas, segundo afirmou o general Pinto de Resende a elementos da C.T. que com ele contactaram, «se nós negociássemos só com os Estados Unidos, cada americano seria capaz de deixar de fumar um maço de cigarros para salvar a Aníbal H. Abrantes.

O trabalho é feito sobre aço, numa tarefa bastante complicada e morosa



A fabricação de moldes exige pessoal especializado e maquinaria de grande precisão. Na foto, trabalhadores executam algumas dessas tarefas, em horas extraordinárias, que não sabem se receberão algum dia...

LUSITANA
MÚSICA
volume II

— Uma nova colecção de gravações de música portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII.

— Obras de Rodrigues Coelho, António Carreira, F. Martins, Damião de Góis e de outros grandes mestres, interpretadas a partir dos manuscritos originais e segundo os métodos antigos.

— Uma edição conjunta de Valentim de Carvalho e da Direcção-Geral do Património Cultural que visa o Renascimento de toda uma tradição musical, que só recentemente foi subtraída ao esquecimento a que esteve votada durante anos e anos.

VALENTIM DE CARVALHO CI SARL

Estrangeiro

CHILE

D.I.N.A. - um Estado dentro do Estado

DAVID GARDNER

LONDRES, DEZEMBRO (IPS) — Muito se disse e especulou ultimamente sobre a recente libertação de 318 presos políticos chilenos por ordem da Junta Militar Chilena encabeçada pelo general Augusto Pinochet. Dois deles, Cristian Van Jurich e Luis Munoz — ambos militantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) — chegaram a Londres a semana passada. Outros viagaram rumo à Alemanha Ocidental, um país que já concedeu crédito financeiro à ditadura chilena enquanto a Grã-Bretanha se prepara, segundo parece, a votar no Banco Mundial a favor de um empréstimo de 60 milhões de dólares com igual destino.

Van Jurich foi preso em Julho de 1974 e selvaticamente torturado nas dependências da **DINA** — a polícia secreta da Junta — durante quatro meses. O seu irmão Edwin e a sua cunhada Bárbara foram capturados na mesma altura e desapareceram pouco depois. Sob pressão da Embaixada Britânica, a Junta reconheceu em Setembro a prisão do casal. No mês seguinte, porém, negou outra vez ter conhecimento da sua sorte.

Os nomes de Edwin e Bárbara apareceram mais tarde entre 119 «ministas» que a Junta deu por mortos na Argentina, mediante um acordo com as autoridades desse país. Tal informação foi divulgada por um «periódico» brasileiro de que se editou apenas um número, expressamente com essa finalidade. «Em distintas ocasiões conhecemos mais de 40 daqueles 119 em dependências da **DINA**», afirmou Van Jurich. Os dois «ministas» asseguram que a libertação dos 318 presos não foi mais que uma «medida táctica», já que muitos dos ex-detidos foram presos de novo, imediatamente depois.

Sustentam que a «liberalização» é também uma mostra das discrepâncias do regime chileno, já que alguns generais desejam corrigir os excessos mais visíveis da DINA.

«Há sectores preocupados com a imagem do CLhile no exterior, particularmente pela incerteza criada pela eleição de Jimmy Carter para presidente dos Estados Unidos», disse Van Jurich.

Acrescentou que a repressão, massiva e indiscriminada ao princípio, se tornou mais selectiva a partir dos fins de 1974. Episódios como o das balas que mataram pelas costas a esposa de Munoz frente a sua casa são mais improváveis agora.

Esta maior discrição tornou mais espesso o silêncio sobre a sorte dos presos. A DINA é o braço repressivo da Junta, com uns 16 mil agentes e outros tantos informadores em todo o país. Conta com meios ilimitados (além de permitir que o seu pessoal saqueie os bens das pessoas que prende), assim como equipas de especialistas em áreas que vão desde a psiquiatria até à política internacional.

Também tem ramificações que transcendem os limites da América Latina. Abundam as provas circunstanciais que associam a DINA aos assassinatos do general chileno Carlos Prats em Buenos Aires e do ex-ministro Orlando Letelier em Washington, e à tentativa de assassinar o dirigente democrata-cristão Bernardo Leigton em Roma. Dirige a DINA o coronel Contreras, o homem que prendeu e torturou os marinheiros de Santo António antes do golpe contra o Presidente Salvador Allende. Com a ajuda de outros oficiais, Contreras converteu a DINA na espinha dorsal do regime.

Quando Munoz foi preso em Dezembro de 1974, torturam-no durante três meses para o obrigar a revelar o paradeiro de um dirigente sindical. «Eu não o sabia então», disse, «mas a SIFA (Serviços de Inteligência da Força Aérea) tinha-o preso uns dias antes de a **DINA** me ter detido».

Van Jurich e Munoz asseguram que a **DINA**, ainda que teoricamente leal a Pinochet, goza virtualmente de autonomia. Disseram ter notícias de que o Presidente da Corte Suprema Chilena tinha sido instado com ameaça dos agentes da **DINA**, face próprio despacho do Pinochet, a não interferir nos assuntos da organização repressiva.

Disseram estar convencidos de que Pinochet recebeu ameaças contra membros da sua família — e contra o representante chileno na ONU, Carmelo Soria — quando o sector «legalista» do regime militar reclamou medidas para conter a **DINA**:

Ambos estavam então na prisão de «Quatro Álamos» e asseguram ter visto, por um buraco feito na parede, o automóvel de Soria, sem matrícula, conduzido pelo capitão Miguel Krasnoff Marchenko. Dois dias depois, Soria morreu num «acidente de viação».

Os dois «ministas» denunciam a «internacionalização do terror» e assinalam, entre outros casos, o de vários mineiros bolivianos que faziam trabalhos forçados no Sul do Chile. Recordam também Edgardo Enriquez (irmão do «leader mirista» Miguel Enriquez executado em Outubro de 1974), preso na Argentina e logo recambiado para a **DINA**. A Junta deu-o por morto num tiroteio com efectivos militares do país vizinho. Porém, Van Jurich assegura ter ouvido em «Quatro Álamos» em 11 de Abril passado, como Enriquez gritava o seu nome de uma cela vizinha para se identificar ante os demais presos.

«Este selvagismo coordenado está institucionalizado agora no Cone Sul da América Latina», disseram os dois miristas, que assinalaram a prática de colocar nos cadáveres aparecidos na Argentina nomes de presos políticos desaparecidos no Chile.

Van Jurich e Munoz afirmam que esta situação está «visivelmente unificando» as forças da resistência. Sublinhando a importância do Movimento de Solidariedade Internacional, reafirmando a necessidade de estendê-lo também à Argentina, Bolívia e Uruguai. Finalmente, insistiram na importância de manter o «bloqueio económico, militar, político e cultural» contra o regime de Pinochet.

A DINA, com a sua organização tipo Pide e Gestapo, veio substituir o exército de Pinochet na tarefa sinistra de fazer prisioneiros políticos. Na fase que a foto documenta, logo após o golpe, ainda era o exército quem se encarregava de aprisionar, e por vezes torturar, ate a morte, os chilenos que haviam apoiado o governo constitucional de Allende

Nas mãos da DINA, cidadãos chilenos caminham para as cadeias. Muitos são assim vistos pela última vez

A minoria "Chicana" entre duas civilizações

CLAUDINE SERRE

LOS ANGELES — **Por la raza!** Um «night-club» em Easte Los Angeles, um sábado à noite. O cantor que entrou numa canção **para a raça**. A resposta da sala, composta de chicanos, é breve e rápida. O cantor recebe duas garrafas de cerveja em pleno rosto. Está-se ali entre americanos... Tal como nessa **bôite**, muitos habitantes do bairro não apreciam que lhe seja lembrada uma origem mexicana muito pesada.

Desde o fim do século XIX, após a corrida ao ouro, eles foram trabalhar nas minas do Colorado. Entre 1940 e 1945, ainda mais numerosos, tomam o lugar dos operários americanos então na guerra. Ficaram depois da guerra e constituiram a importante minoria de língua espanhola nos Estados Unidos: 6 milhões e seiscentos mil habitantes. Depois da Cidade de México, Los Angeles é a segunda cidade mexicana do mundo, com 1 milhão de pessoas, isto é, 18 por cento da totalidade. Mas não vivem todos da mesma maneira e não têm a mesma consciência da sua origem.

Nos últimos anos não é fácil chamar **chicano** a alguém. A palavra adquiriu uma acepção nova, política. Ela identificou-se, antes de mais, com o movimento contra a guerra do Vietname — 20 por cento dos G.I. eram chicanos — depois através de uma acção desencadeada pelos estudantes liceais chicanos de Los Angeles, em 1968. Nesse ano a fim de protestar contra as discriminações, a educação medíocre e anglo-saxónica, os alunos das escolas secundárias — sobretudo nos liceus Lincoln e Gardfield, compostos por 90 por cento de chicanos — tinham inaugurado uma forma de protesto bastante original: o «Walk out», isto é, o passeio fora do liceu.

O movimento liceal ia tentar forjar uma doutrina política e definir uma identidade cultural, referindo os seus antepassados chicanos: na sua base, a língua, principal factor da educação. Não estava longe o tempo em que nos liceus os alunos surpeendidos a falar espanhol eram severamente castigados. A contestação desenvolvida em 1968 modificou, pelo menos teoricamente, este estado de coisas. Os cursos são agora feitos nas duas línguas e o professor principal — anglófono — tem, geralmente, um assistente intérprete. Mas estes assistentes são tão raros que quem se ocupa gratuitamente desse trabalho são em geral mães de família.

Para mais, diz-nos Raul Alleora, responsável pela comissão encarregda da educação dos mexicanos-americanos, **há uma reticência crescente por parte dos professores brancos em ensinar em liceus de grande densidade mexicana. Para tal, todos os meios servem: este ano 1500 professores «hispanizaram» o nome. Este subterfúgio permite-lhes beneficiar das leis anti-raciais e permite-lhes, portanto, um lugar numa escola da comunidade branca**. A vitória dos estudantes liceais é pois simplesmente aparente.

Quanto aos chicanos adultos, eles são numerosos, sobretudo nas aulas médias, e querem que lhes chamem mexicanos-americanos. Eles são apoiados pelos membros do **establisliment** que só reconhecem esse termo, mesmo em conversas privadas. Para eles, o chicano é aquele que recusa integrar-se na sociedade americana.

Mas a questão mexicana não se reduz à oposição entre «chicano» e «mexicano-americano». As desigualdades não são somente raciais e culturais, são sobretudo económicas. Isto é flagrante em East Los Angeles.

Os estúdios de Hollywood e as luxuosas vivendas de Berenty Hills não estão longe. O bairro paupérrimo de «East end» californiano só tem de comum com esses locais luxuosos, o sol, a poluição e as palmeiras. Mas aqui já não há relva nos canteiros. A paisagem parece-se muito com a dos «bidonvilles». No flanco das colinas de areia, o bairro mexicano estende-se na direcção do deserto entre duas auto-estradas. O ruído da circulação confunde-se com o dos helicópteros da polícia que, da aurora ao crepúsculo, sobrevoam esse «ghetto aberto» situado a 20 quilómetros das praias elegantes.

«AJUDANTES SOCIAIS» NOS BAIRROS BRANCOS

East Los Angeles — «East L.A», diziam os nativos», — é o bairro de uma miséria ainda mais aparente do que a do bairro negro de Watts. Aqui há algumas crianças descalças. A maior parte dos homens mal sabe ler escrever ou contar. Por isso quase todos exercem profissões não qualificadas. Só 5 por cento trabalham nas administrações. Os restantes são trabalhadores agrícolas.

As pessoas recordam Cesar Chavez e o seu movimento dos «farmworkers» celebrizado pelas suas campanhas a favor do boicote das uvas da Califórnia e da cadeia de lojas de alimentação Safeway, que teve de fechar uma dessas lojas em San Diego. Mas os farmworkers só representam 8,4 por cento dos trabalhadores chicanos. Restam os outros, os que nada dizem, os dockers do navais, os mergulhadores dos restaurantes da costa do Pacífico, e os trabalhadores manuais das indústrias aerospaciais, das fábricas de plástico e de alimentação.

Quanto às mulheres deles, o seu papel resume-se a **ajudantes** sociais nos bairros brancos. Todas as manhãs grandes carros vêm buscar a East L.A. grupos dessas mulheres a dias, a fim de as transportar a Beverly Hills, Santa Mónica ou Pacific Palisades. Elas ganham pouco em comparação com as colegas brancas ou até pretas. Muitas delas sonham com um trabalho de secretariado mas como consegui-lo sem qualificações?

Os chicanos aspiram ao conforto dos brancos, e toda e qualquer eventualidade de revolta parece hoje excluída. Eles não tê, como os pretos de uma certa época uma organização estruturada. Então à falta de alternativa, a única saída é tentar integrar-se na civilização americana, sem ter encontrado uma identidade de base.

C LE MONDE

Estrangeiro

ITALIA DECLARA GUERRA AO TERRORISMO POLITICO

Quem se esconde por trás dos atentados contra a Polícia?

SAVERIO MECCA

O Estado italiano tem-se mostrado firme frente a estes episódios de violência. E, por outro lado, todos os partidos políticos, todas as forças sociais e a opinião pública em geral têm isolado estes terroristas provocadores.

ROMA — (IPS) — «Uma guerra contra o Estado»: é este o título que um diário milanês inclui na sua primeira página, dedicada, como a de todos os diários italianos no mesmo dia, aos episódios de violência política recentemente ocorridos.

Um subchefe de polícia e um agente foram assassinados em Sesto San Giovani, coração industrial de Milão. No dia anterior tinha sido executado um agente em Roma e ferido um subchefe da polícia. Os dois golpes terroristas foram assestados por grupos que se proclamam de extrema-esquerda, mas que os sindicatos e os partidos de esquerda condenam com firmeza e desdém. Nos confrontos armados os terroristas perderam dois homens; o que caiu em Roma estava assinalado como activista de alto nível na intrincada rede da guerrilha.

A cor política destes episódios não oferece dúvidas. Foram reivindicados, por outro lado, durante uma tormentosa sessão do processo público que prossegue em Nápoles contra um bando de terroristas responsáveis por atentados e sequestros: os imputados leram uma declaração de «guerra» em que atribuíram à sua organização, conhecida como «Núcleos Armados Proletários» (NAP), a paternidade dos atentados. Uma mensagem delirante, mas recebida com aplausos de um pequeno grupo de jovens que assistiam ao processo.

Dever-se-á então deduzir que estes terroristas gozam de ampla solidariedade? Por que se estão a multiplicar estes episódios nas grandes cidades italianas, acompanhados actualmente por uma onda de violência juvenil que se expressa através de assaltos nas salas de teatro e de cinema? Estará a Itália assente sobre um vulcão? Estão realmente ameaçadas as suas estruturas pelos extremismos antidemocráticos? Tais são as interrogações que muitos se põem.

«Estão isolados», assegura o influente matutino milanês «Corriere della Sera», num editorial sobre estes grupos. E acrescenta: «A sociedade criou um deserto à sua volta. Não é apenas o sentido da lei que determina a condenação e o isolamento dos terroristas. Também influi neste sentido a ideia bem precisa de que, no fundo dos seus planos loucos, se projecta um processo de regressão para todos.»

O diário de Milão tem razão. Não há partido político nem organização ligada aos poderosos sindicatos que não tenha condenado estes actos.

«É necessário isolar na consciência civil do país e particularmente na das jovens gerações todo o estímulo subversivo, mesmo que apareça disfarçado», declarou o secretário-geral da Democracia Cristã, Benigno Zaccagnini.

E o secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinger, depois de render homenagem aos guardiões da ordem caídos nos atentados, afirmou que «os grupos subversivos que se intitulam de esquerda, tal como os de extrema-direita e os abertamente fascistas, são todos inimigos da democracia».

É precisamente este nexo, esta associação de factos entre a extrema-esquerda e a extrema-direita, o que se tornou evidente nos últimos tempos. E esta coincidência levou à convicção de que, para além da cor política dos diversos grupos subversivos, há uma hábil direcção italiana e internacional, que aponta para o derrubamento da democracia italiana.

As forças políticas e o povo da Itália sempre têm reagido contra estas provocações terroristas, cujas origens remontam a 1969, quando uma bomba causou a morte a 16 pessoas num banco de Milão. Foi então responsabilizado um anarquista, mas as investigações demonstraram pouco a pouco a sua inocência e foram lançando luz sobre as infiltrações de extrema-direita registadas tanto nos pequenos grupos de esquerda como nos serviços secretos da segurança do Estado, agora expurgados de tais elementos.

O acontecimento sangrento de Milão marcou o começo de uma cadeia de atentados — cometidos contra comboios, edifícios públicos, sedes de partidos — que se desencadeou até à véspera das eleições de Junho passado, e pôs, em evidência as graves responsabilidades da extrema-direita neofascista, que pagou a sua participação em tais actos com uma forte redução do seu caudal eleitoral.

O ressurgimento da violência política nas últimas semanas pode ser interpretado como uma reacção contra os esforços que todas as correntes políticas democráticas vêm a desenvolver solidariamente para fazer face à crise que o país atravessa. É precisamente nas dificuldades económicas que se estribam os que procuram derrubar o regime democrático, estimulando o descontentamento e as reacções populares em busca de uma ruptura entre os partidos e a população.

Duas organizações subversivas operam claramente com este objectivo. Trata-se dos chamados «Núcleos Armados Proletários (NAP), originários de Nápoles, e as Brigadas Vermelhas», que surgiram na industrializada Itália setentrional e se mantêm activas no triângulo Milão-Turim-Génova.

Enquanto as Brigadas Vermelhas foram quase completamente desmanteladas, ampliou-se, pelo contrário, o campo de acção dos NAP, protagonistas dos actuais atentados. Trata-se de grupos subversivos que contam com pouquíssimos aderentes, mas que se mostram decididos a tudo — à maneira de verdadeiros Kamikazes —, como se deduz das suas recentes operações contra a polícia em Roma e em Milão.

PUB.

FRENTE ELEITORAL

POVO UNIDO

Grande festa de fim de ano do Povo Unido do concelho de Loures, no refeitório do Centro Social da Covina em St.ª Iria de Azóia

BAILE, CONJUNTO, CINEMA
E MUITOS ARTISTAS POPULARES

TODOS À FESTA DA UNIDADE!

Pressões americanas explicam demissão do Governo de Tel-Aviv

HAROLD MC MURDY

NOVA IORQUE (IPS) Nos círculos judeus com influência política no parlamento norte-americano, dá-se como certo que a demissão do Governo «trabalhista-religioso» de Israel, encabeçado pelo general Isaac Rabin, tem origem nas pressões db Departamento de Estado tendentes a negociar um tipo de paz mais ou menos estável no Médio Oriente.

Rabin anunciou a demissão do Governo no passado dia 20 e comunicou-a no dia seguinte ao Parlamento israelita («Kneset»), que resolveu encarregá-lo da continuação da administração da coisa pública até à formação de um novo Governo, a seguir às eleições que se realizarão em Maio ou Junho próximos.

Entre os dias 16 e 17, Rabin separou-se de três ministros do Partido Nacional Religioso (ultra-direita), aceitou as demissões de dois ministros do Partido Liberal Independente (centro-direita) e preparou a demissão do Governo.

A operação privou o primeiro-ministro de 14 votos no parlamento — a partir de agora e até às próximas eleições, contará apenas com 53 deputados em 120 —, mas, em contrapartida, dadas as circunstâncias e as leis israelitas, ganhará espaço de manobra.

No Estado judeu, um gabinete de transição como o actual conserva todas as prerrogativas do Poder, mas não depende do apoio do parlamento, que não pode apresentar moções de censura ou destituí-lo.

Quer dizer que Rabin não tem agora dificuldade em fazer aprovar medidas antipopulares de «saneamento» da economia, afectada por inflação crónica, com sintomas de recessão.

Ao mesmo tempo terá espaço político interno para negociar uma regulamentação da paz com os Estados árabes, o que implica a necessidade para Israel de pagar um preço mínimo devolução dos territórios arrancados aos vizinhos árabes —, hipótese rejeitada pela direita «religiosa».

A demissão do Governo significa que terminou a «aliança histórica» entre o Partido Trabalhista e a ortodoxia religiosa, que vigorou durante os últimos 28 anos.

Deste modo Rabin não terá de suportar a hipoteca que impediria os trabalhistas de se oporem à colonização selvagem da Cisjordânia, que os clericais consideram parte integrante de «Eretz Israel» (a terra de Israel).

Agora, Rabin está em condições de negociar a restituição desses territórios, ocupados em Junho de 1967 durante a Guerra dos Seis Dias, quer à Jordânia quer à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em troca de uma «paz total».

Desde meados de Dezembro até Maio/Junho próximos, o primeiro-ministro tem tempo para sondar todas as possibilidades de um regulamento de paz.

Em Fevereiro ou Março próximos, o primeiro-ministro virá aos Estados Unidos, onde sondará Jimmy Carter — este assume o Poder a 20 de Janeiro —, que até ao momento se tem mostrado muito circunspecto sobre o conflito israelo-árabe.

A direita israelita ainda é a que organizou manifestações em Israel contra o secretário de Estado Kissinger, cujas propostas — devolução de alguns territórios aos seus donos árabes — considera «prováveis».

Ao terminar a sua administração, Kissinger, através da demissão do gabinete Rabin, parece ter encontrado a fórmula para voltar a reunir a Conferência de Genebra e apresentar propostas aceitáveis para os palestinianos.

setenave
Estaleiros Navais de Setúbal

ADMITE:

ENGENHEIRO CIVIL E/OU ENGENHEIRO TÉCNICO CIVIL E MINAS

EXIGE:

- 2 anos de experiência em actividade da especialidade (projecto e fiscalização de obras, medições e ensaios)

OFERECE:

1 — Vencimento de acordo com experiência e com normas em uso na Empresa
2 — 13.º mês no fim do ano ou parte proporcional ao número de meses de trabalho
3 — 1 mês de férias no ano civil imediato ao de admissão
4 — 100 % de subsídio de férias
5 — Comparticipação em transportes
6 — Refeições subsidiadas em refeitórios na Empresa

As respostas com currículum profissional deverão ser enviadas a ***SETENAVE, SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO*** *até ao próximo dia 7 de Janeiro — Rua [illegible] — Setúbal*

INATEL

TURISMO SOCIAL

A partir do dia 3 do próximo mês de Janeiro, os trabalhadores e seus familiares poderão reservar lugares para as excursões que o INATEL realizará durante o ano de 1977.

As respectivas inscrições deverão ser efectuadas nos Serviços de Turismo Social do INATEL — Calçada de Santana, 180, em Lisboa —, onde serão prestados também esclarecimentos e informações relacionados com esta actividade, ou pelo telefone 538871.

VAMOS AO CACAU

No TARRO em ALMADA
DAS 3 ÀS 9 DA MANHÃ

CACAU E FILHOSES

Para os mais foliões da noite de Fim de Ano

Estrangeiro

BALANÇO DO IV CONGRESSO DO P.T.V.

Vietname reafirma dedicação à causa da paz

ALEXANDRE LAVRENTIEV

O IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (agora Partido Comunista) do Vietnam, que encerrou recentemente os seus trabalhos em Hanói ocupará om toda a justiça, um lugar de relevo na vida do corajoso povo deste país. E não só porque esta assembleia reuniu os vencedores de uma luta de libertação de 30 anos, que assegurou a independência e a unidade nacional de um país com 50 milhões de habitantes, mas também porque as decisões tomadas no congresso do partido governamental marcam o início de uma nova etapa na história da luta dos comunistas vietnamitas e de todos os trabalhadores da jovem república para a edificação do socialismo.

O Partido dos Trabalhadores, agora Partido Comunista, do Vietname, no decurso de uma das suas reuniões que levaria à unidade nacional de 50 milhões de pessoas

O programa de desencolvimento económico traçado pelo Congresso impressiona a imaginação dos observadores pela sua envergadura e objectivos precisos. Implica não apenas um intenso trabalho de edificação do conjunto da população, mas também uma cooperação multiforme com os outros países e a luta por uma paz duradoura sobre a terra.

Como se sabe, o Vietnam socialista tem proclamado diversas vezes a sua dedicação à paz. Declarou-se repetidamente disposto a manter relações normais com todos os países na base dos cinco princípios da coexistência pacifica. É perfeitamente lógico que consagre a maior atenção ao estreitamento da amizade com os outros países socialistas, que lhe deram auxílio e apoio para rechaçar a agressão. Os esforços do Vietnam com vista a normalizar e alargar as relações com os seus vizinhos ocupam um lugar especial na sua politica externa.

Neste sentido têm sido tomadas medidas concretas. Em Julho e Agosto houve encontros entre os dirigentes do Vietnam e os dirigentes dos países membros da ASEAN que se concluiram pela compreensão mútua e donde saiu à elaboração dos princípios da cooperação que têm um carácter simultaneamente pacífico e anti-imperialista. Por exemplo, nos termos do acordo sobre o estabelecimento das relacões diplomáticas do Vietnam com as Filipinas e a Tailândia, as partes comprometem-se reciprocamente a não permitir que os estrangeiros utilizem os seus territórios nacionais para se ingerirem nos assuntos internos dos Estados vizinhos.

Os «falcões» americanos intensificam as suas pretensões neocolonialistas, o que encontrou nomeadamente a sua expressão na «nova doutrina do Pacífico», formulada há um ano. A política de paz e anti-imperialista do ietnam, e êxito da diplomacia de Hanói erguem um obstáculo à po,itica expansionista do imperialismo no Sueste Asiático.

A nova série de tentativas para dar corpo a esta doutrina começou com o golpe de Estado militar em Bangkok no qual facilmente se adivinha o estilo da C.I.A. A clique governamental da Tailândia vai até à provocação. Só assim pode classificar-se a recente declaração do ministro do Interior do regime militar, Sunthravef, segundo o qual o Vietnam se preparava para atacar a Tailândia.

As provocações tailandesas estão em contradição com os imperativos do nosso tempo.

A opinião pública vietnamita e o governo de Hanói condenaram severamente as elocubrações mal intencionadas dos pró-imperialistas tailandeses.

Também nas capitais do Sueste Asiático esta atitude foi mal vista. Lembremos que os governos desta região rejeitaram o apelo no sentido de transformar a ASEAN num bloco militar, declarando que isso seria contrário ao espírito e objectivvos da Associação.

A falsidade feita em torno da mítica «ameaça comunista» irradiando do Vietnam surge particularmente absurda em vista das decisões do IV Congresso do P.T.V., que orientou o país para o trabalho em prol da paz e do progresso. Porque, como declarou Le Duan, no discurso ao Congresso, a democracia e o socialismo são incompatíveis com os designios agressivos. Os objectivos humanistas salientou o secretário-geral do P.T.V. estão estreitamente ligados à tarefa estratégica da salvaguarda da paz e da garantia da segurança dos povos. Eis a razão por que o Congresso reafirmou o desejo de cooperação com todos os povos, independentemente do seu regime social, e nomeadamente com os povos vizinhos do Sueste Asiático. Ao mesmo tempo, os comunistas vietnamitas garantiram aos países da Ásia, África e América Latina que não deixarão de apoiar a luta contra o imperialismo e o racismo, pelo reforço da soberania e do progresso social. Declararam-se, além disso, solidários com os povos do Sueste Asiàtico que se pronunciam pela supressão de bases militares estrangeiras e por uma verdadeira neutralidade

Os povos da Ásia e todos os do mundo progressista acolhem com respeito as garantias do Vietnam, que, segundo a moção assinada pelos 86 dirigentes dos países não alinhados, reunidos em Agosto passado em Colombo, deu um poderoso contributo à luta comum dos povos contra o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo, pela paz, independência nacional, democracia e progresso social.

NATAL DE 1976 — Caminhos de Ferro Portugueses

SERVIÇO INTERNACIONAL

Horário dos comboios regulares e especiais

Sentido Portugal-França e vice-versa

A	B	315	305		C	D	E	F	G	H	306	I	J
20302/ /21201	21001			ESTAÇÕES	21010/ /20311	21012/ /20301	21002/ /20303	21202/ /21004/ /20305	21004/ /20305	21204/ /316/ /301		21006/ /20307	21008/ /20309
Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Sud-Express 1.ª cl.		Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl	Sud-Express 1.ª cl.	Internacional 2.ª cl.	Internacional 2.ª cl.
	13 00	14 20	15 30	P Lisboa (Santa Apolónia) C	1 55	4 23	8 02	10 50		11 55	11 20	15 12	16 52
	13 54	15 14	—	P Santarém C	0 58	3 24	6 31	9 51		10 58	—	14 07	15 53
	14 18	15 38	16 46	P Entroncamento C	0 32	2 58	6 05	9 15		10 35	10 01	13 29	15 28
	14 38	15 58	|	P Fatima C	0 12	2 38	5 45	8 52		10 15	10 00	13 09	15 09
	14 47	16 07	|	P Caxarias C	0 02	2 30	5 35	8 42		10 06	|	13 00	15 00
	14 59	16 19	|	P Albergaria dos Doze C	23 52	2 21	5 24	8 30		9 56	|	12 50	14 50
	15 10	16 29	|	P Vermóil C	23 41	2 10	5 12	8 17		9 45	|	12 38	14 38
	15 18	16 38	17 36	P Pombal C	23 32	2 02	5 03	8 05		9 36	9 13	12 29	14 30
	15 30	16 50	|	P Soure C	23 17	1 48	4 48	7 50		9 23	|	12 16	14 17
	15 41	17 01	|	P Alfarelos C	23 02	1 37	4 36	7 35		9 11	|	12 04	14 05
	16 00	17 16	18 11	P Coimbra-B C	22 44	1 21	4 19	7 15		8 55	8 37	11 47	13 48
	16 11	17 27	18 22	C Pampilhosa P	22 32	1 09	4 07	7 02		8 43	8 25	11 35	13 37
			a b								a b		
14 06		a 15 45	15 45 16 07	P Porto (Campanhã) C	23 47	2 58	6 10	8 49		10 30	10 30 11 11	13 25	15 25
14 15		15 53	15 53 16 17	P Gaia C	23 38	2 48	5 55	8 26		10 18	10 22 11 03	13 15	15 16
14 30		16 08	16 08 16 41	P Espinho C	23 23	2 31	5 39	8 07		10 02	10 04 10 38	12 58	15 00
14 44		16 22	16 22 17 03	P Ovar C	23 09	2 15	5 23	7 52		9 46	9 48 10 16	12 44	14 44
14 55		16 33	16 33 17 20	P Estarreja C	22 55	2 06	5 07	7 38		9 32	9 33 10 01	12 29	14 29
15 07		16 46	16 46 17 40	P Aveiro C	22 42	1 44	4 46	7 24		9 17	9 18 9 43	12 14	14 14
15 41		17 20	17 20 18 28	C Pampilhosa P	22 13	1 15	4 20	6 55		8 48	8 48 9 00	11 45	13 45
16 00	17 06	17 44	18 45	P Pampilhosa C	21 45	0 56	3 37	9 00	6 40	8 08	7 58	11 20	13 27
16 26	17 32	18 10	|	P Mortagua C	21 17	0 28	3 06	5 28	6 11	7 40	|	10 54	13 00
16 45	17 48	18 25	|	P Santa Comba Dão C	21 03	0 15	2 54	5 15	5 53	7 26	|	10 42	12 48
17 22	18 31	19 02	20 01	P Nelas C	20 26	23 42	2 27	4 42	5 25	6 55	6 38	10 17	12 22
17 35	18 45	19 13	20 12	P Mangualde C	20 13	23 27	2 09	4 21	5 12	6 44	6 26	10 06	12 11
17 53	19 03	19 28	|	P Gouveia C	19 48	23 08	1 50	4 03	4 54	6 26	|	9 48	11 53
18 16	19 31	19 51	|	P Celorico da Beira C	19 13	22 47	1 26	3 43	4 34	5 33	|	9 27	11 33
18 37	19 48	20 08	|	P Vila Franca das Naves C	19 00	22 33	1 09	3 30	4 20	5 20	|	9 13	11 20
19 16	20 17	20 37	21 26	C Guarda P	—	—	—	—	—	—	5 21	—	—
		Directo (2.ª cl.)						Regional			Regional	Semidirecto	
		c											
		16 35		P Castelo Branco C				8 15			10 45	15 31	
		18 24		P Fundão P				6 38			9 08	13 54	
		19 07		P Covilhã P				6 04			8 37	13 23	
		20 20		C Guarda P				4 55			7 30	12 10	
19 21	20 18	20 46	21 27	P Guarda C	18 32	22 10	0 44	3 08	3 53	4 58	5 11	8 46	10 58
19 42	20 36	21 04	—	P Cerdeira C	18 15	21 53	0 27	2 52	3 37	4 42	—	8 32	10 42
20 08	21 03	21 31	22 08	C Vilar Formoso P	17 53	21 31	0 05	2 30	3 15	4 20	4 35	8 10	10 20
20 27	21 32	22 02	22 32	P C	17 16	20 40	23 38	2 05	2 38	4 00	5 18	6 58	9 50
20 30	21 38	22 05	22 35	C Fuentes de Oñoro P		|	|	|	|	|	5 10	|	|
22 05 H.E.	0 55 H.E.	0 00 H.E.	0 00 H.E.	P C							4 51		
		10 18	10 18	C Irun P	7 00 H.E.	11 00 H.E.	13 30 H.E.	16 15 H.E.	16 30 H.E.	18 30 H.E.	18 40 H.E.	20 35 H.E.	23 20 H.E.
		10 50	10 25	P C						17 08	17 08		
8 45	12 07	10 55	10 30	C Hendaye P						17 03	17 03		
		11 45 H.F.	11 45 H.F	P C						16 48	16 48		
		19 10	19 10	C Paris-Austerlitz P						9 10 H.F	9 10 H.F		

A — Efectua-se nos dias 3, 4, 7, 14, 21 e 28 de Janeiro de 1977.
B — Efectua-se nos dias 3, 4, 7 e 14 de Janeiro de 1977.
C — Efectua-se nos dias 18 e 19 de Dezembro de 1976.
D — Efectua-se nos dias 19 e 23 de Dezembro de 1976.
E — Efectua-se nos dias 4, 5, 11, 12, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.
F — Efectua-se nos dias 11 e 18 de Dezembro de 1976.
G — Efectua-se nos dias 11, 17, 18 e 19 de Dezembro de 1976.
H — Efectua-se nos dias 4, 11, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.
I — Efectua-se no dia 18 de Dezembro de 1976.
J — Efectua-se nos dias 17, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.

a — Carruagens-beliches de 2.ª classe directas.
b — 1.ª classe com trasbordo em Pampilhosa.
c — Efectua-se as quintas, sextas-feiras e sábados de 6 de Janeiro a 26 de Fevereiro de 1977.

NOTA: Todos estes comboios estão sujeitos ao pagamento de suplemento, pela sua categoria de internacionais. Serão postos em circulação se o movimento de passageiros o justificar, à excepção dos comboios 305/306 e 315/316 que circulam diariamente.

PUB.

o diário

6.ª FEIRA, DIA 31

REVOLUÇÃO, ANO TRÊS

UM SUPLEMENTO

DE 16 PÁGINAS

Onde são analisados temas da vida portuguesa e internacional especialmente importantes no ano de 1976 numa perspectiva do futuro: institucionalização da democracia, Reforma Agrária, ensino, economia, abastecimento e preços, administração local, trabalho e vida sindical, desporto, saúde, artes e letras, etc..

COLABORAM, NESTE SUPLEMENTO, ENTRE OUTROS: Álvaro Pina, Anselmo Aníbal, António Galhordas, António Teodoro, Carlos Aboim Inglês, Carlos Carvalhas, Correia da Fonseca, Eugénio Rosa, Luiz Francisco Rebello, Manuel Augusto de Araujo, Melo de Carvalho, Villaverde Cabral, Vital Moreira, Vítor Louro

Um contributo de «o diário» para o esclarecimento, a análise e a crítica sobre um período determinante da vida política portuguesa.

SEXTA-FEIRA

MAIS UMA EDIÇÃO DE o diário

A NÃO PERDER

o diário

Distribuições CDL

Estrangeiro

Minorias do Canadá e da Grã-Bretanha exigem a sua independência

. . O separatismo, o desejo das minorias (relegadas sempre como têm sido, para segundo plano) a uma efectiva independência, são motivos de alarme para observadores políticos ianques. Já utilizam mesmo a fórmula de perigo de «fragmentação maciça».

Nos Estados Unidos da América são os índios que apresentam justas exigências para regressarem às terras que tradicionalmente habitavam. Mas é no Canadá, na Grã-Bretanha e na Espanha que neste momento o problema se põe com a maior acuidade.

No Canadá, com a vitória do partido de Quebec, que venceu as últimas eleições de Novembro, a questão separatista regressa à ribalta. O partido vencedor encontra-se totalmente devotado à independência política do território de língua francesa e o seu «leader», René Levesque, está confiante em que um referendo sobre a separação obtenha um «sim» concludente.

Diversos observadores crêem que os acontecimentos no Quebec possuem em si um potencial enorme para uma cisão na Federação Canadiana. E o alarme instala-se: desta cisão graves consequências económicas e políticas adviriam para os Estados Unidos...

Opiniões há, contudo, que afirmam ser a separação do Quebec pouco provável. Consideram, aliás, que os resultados das últimas eleições constituem mais um protesto contra o regime anterior do que uma firmação de independência. Sendo as suas raízes económicas, a questão do Quebec terá de transportar-se também até a uma tentativa de preservação da cultura e língua francesa. Mas a ideia de cisão ganha mais força à medida que o nível de educação dos habitantes é substancialmente melhorado e mais facilmente reconhecido o facto de, como habiantes de Quebec, serem sistemativamente afastados dos melhores lugares, da governação pública e do poder.

Além da preservação dos valores tradicionais de cada minoria, a mola real é sempre a questão económica. Caso flagrante: a depressão económica que sacode a Grã-Bretanha e que se apresenta como a questão fundamental para os movimentos independentista na Escócia e no País de Gales.

Sentindo que os seus interesses são ignorados em Londres pelo Parlamento, o Partido Nacional Escocês e o seu homólogo galês, o «Plaid Cymru», têm aumentado sistematicamente, nos últimos anos, a sua representação em Westminster.

Por outro lado, a descoberta de petróleo nas costas escocesas deu um novo impulso ao desejo separatista.

Sobre a questão, os dois partidos maiores ingleses, têm posições opostas. Assim, o Partido Conservador, presentemente na oposição, afirma que uma tal devolução de poderes, uma maior autonomia que poderá ir até ao auto-Governo, poderá conduzir à desagregação da Grã-Bretanha.

Dois casos que neste momento se revelam de maior oportunidade, eles vêm na sequência de tantos outros. Assim, por exemplo, em Ulster, há já sete anos que católicos e protestantes lutam entre si e tropas britânicas intervêm e tomam posição. No Líbano, com tréguas fugazes, os combates prosseguem, parecendo para alguns observadores inevitável uma cisão do país entre muçulmanos e católicos. A ilha de Chipre encontra-se dividida. Os guerrilheiros da Eritreia mantêm-se em luta pela sua independência em relação à Etiópia. Na Espanha, o País Basco continua a reivindicar e a lutar pela sua autonomia, pelo reconhecimento da sua nacionalidade. Recorda-se que no tempo da República Espanhola, o País Basco, tal como a Catalunha e a Galiza, gozavam de uma certa independência, que foi brutalmente cortada pela instauração do regime fascista de Franco.

DOCUMENTOS PROVAM

E.U.A. estiveram por trás do golpe militar no Brasil

. Uma força de choque da Armada norte-americana, constituída por porta-aviões «Forrestal» e por mais onze navios, preparava-se para alcançar águas brasileiras e apoiar a revolta dos militares contra o ex-presidente constitucional João Goulart, em 30 de Março de 1964 — indicam documentos dos Estados Unidos agora publicados pelo «Jornal do Brasil».

O Governo norte-americano estabelecera um plano secreto, intitulado em código «Brother Sam», para entregar 136 milhões de litros de gasolina às forças rebeldes, chefiadas pelo general Castello Branco, que assumiu o cargo após a deposição — explicam os antigos documentos secretos, agora colocados à disposição do público na biblioteca Lyndon Johnson, no Texas.

Além disso, a força de choque transportaria cento e dez toneladas de armas e munições para os revoltosos derrubarem o presidente brasileiro eleito, mas a sua utilização não chegou a ser necessária devido à rapidez com que as forças de Castello Branco dominaram a situação — conta-se ainda na reportagem agora publicada pelo «Jornal do Brasil».

Por outro lado, a Rádio Vaticano consagrou, ontem à noite, uma informação especial às recentes acusações contra a Igreja, feitas pelo ministro do Interior brasileiro, sem no entanto o citar. O ministro brasileiro acusou a Igreja de ter uma posição «feudal e retrógrada» sobre os índios da Amazónia.

A Rádio Vaticano considera que o Governo dos generais quer a integração dos índios na sociedade brasileira, o que os conduziria, segundo as autoridades eclesiásticas e os antropologistas, à sua desintegração.

Entretanto, em Brasília, o presidente Ernesto Geisel previu a perspectiva de rigorosos e difíceis sacrifícios económicos para o Brasil em 1977.

Na mensagem de fim de ano, transmitida ontem pela rádio e pela televisão, o general referiu-se ao velho argumento do aumento dos preços do petróleo e às continuadas dificuldades económicas dos principais países do Mundo, que inevitavelmente, disse, terão efeito adverso sobre o Brasil.

Salientou que os novos preços do petróleo foram «fixados a níveis excessivamente altos para nós», e acrescentou: «A previsão para 1977, não é prometedora.»

Está esclarecido o "caso De Broglie"

. O homem indicado pela Polícia como responsável pelo assassínio do ex-ministro Jean de Broglie, na véspera do Natal, deve ser hoje, segundo se espera, incriminado formalmente, no que revelaram fontes judiciais francesas.

As autoridades disseram que o assassínio fora organizado por um inspector da polícia a pedido de dois dos associados comerciais do príncipe De Broglie e cometido por um cadastrado notório no mundo do crime.

A Polícia prendeu seis suspeitos, e o ministro do Interior, Michel Poniatowski, declarou numa conferência de Imprensa ontem, à noite: «Está agora tudo esclarecido. Todos os implicados no crime foram detidos».

Os seis presos incluem o inspector da polícia Guy Simonet, Pierre de Varga e Patrick Allene De Ribermont, associados comerciais do príncipe, e Gerard Freche, indicado pelas autoridades como o assassino.

O príncipe de Broglie, de 55 anos, antigo secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, ajudou a negociar a independência da Argélia da França. Foi abatido a tiro fora do edifício de apartamentos onde viviam De Varga e De Ribemont.

Fontes afectas à Polícia disseram que um informador das autoridades ouvira, mais tarde, Freche a queixar-se de que apenas lhe foram pagos 30.000 francos (cerca de 190 contos) pelo assassínio em vez dos 50.000 francos (aproximadamente 330 contos) que lhe foram prometidos.

Poniatowski disse ainda que o móbil do crime estava num empréstimo de quatro milhões de francos (cerca de 27.500 contos) concedido pelo príncipe De Broglie para ajudar De Varga e De Ribemont a montarem um restaurante em Paris.

Acrescentou que o príncipe fizera um seguro de vida, com um banco como beneficiário, para garantir o empréstimo. Após a sua morte o pagamento da apólice seria efectuado ao banco, ficando, assim, liquidado o empréstimo.

Egipto e Síria concordam sobre Conferência de Genebra

. Os presidentes do Egipto e da Síria, Anwar Sadat e Hafez Assad, concordaram ontem em procurar o reatamento da Conferência de Genebra sobre o Médio Oriente, com a participação dos palestinianos, «o mais depressa possível», e rejeitar as tentativas israelitas de obstrução da reunião, segundo anunciou hoje no Cairo o ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros, Ismail Fahmi.

Informando o gabinete egípcio sobre os resultados da visita feita a semana passada por Assad ao Cairo, Fahmi declarou que os dois presidentes concordaram em pedir aos Estados Unidos e à União Soviética co-presidentes da Conferência de Genebra que apresentem a sua posição face à desejada solução de paz.

O ministro acrescentou que os dois presidentes decidiram «não aceitar as tentativas sionistas de obstrução e procrastinação» numa referência indirecta à crise governamental judaica.

O responsável egípcio dos Negócios Estrangeiros declarou também que «os dois presidentes consideram essencial a participação da Organização de Libertação da Palestina (OLP), em igualdade de condições com as outras partes».

Brejnev está receptivo a um encontro com Carter

. O secretário-geral do Partido Comunista Soviético Leonid Brejnev acaba de declarar-se disposto a encontrar-se com o presidente eleito norte-americano Jimmy Carter, acrescentando que a data para este novo encontro soviético-americano de alto nível «será fixada de comum acordo, em função dos progressos alcançados» pelos acordos «SALT» e pelas negociações sobre o desarmamento.

«SALT» e desarmamento constituem, aliás, os dois pontos mais postos em relevo pela Tass e pela TV soviética, ao noticiarem a entrevista concedida por Brejnev ao correspondente do jornal americano «Boston Herald».

«A prática e as relações soviético-americanas demonstram a utilidade e o carácter frutuoso destes encontros a alto nível» — declarou Brejnev, na entrevista, acrescentando defender «a continuidade de semelhante prática».

O secretário-geral do PCUS declarou-se partidário da «rápida» assinatura de novo acordo, afirmando tratar-se da mais importante iniciativa que os Estados Unidos e a URSS poderiam tomar em 1977. A URSS — salientou Brejnev — deseja «terminar o mais rapidamente possível os trabalhos referentes ao acordo soviético-americano sobre os «SALT» baseados na «entente» conseguida, em 1974, em Vladisvostok mas, demorando a assinatura do acordo, arriscamo-nos a dar origem a novas ameaças para a paz e segurança internacionais» — concluiu o dirigente soviético.

Recorde-se que foi o fracasso em alcançar um acordo formal baseado em compromissos sobre o «SALT» que levou ao cancelamento efectivo dos planos para Brejnev se deslocar aos Estados Unidos em 1975.

CHINA

Conflitos de Pao Ting atribuídos aos radicais

. Tropas têm estado a ajudar a sufocar conflitos armados e actos de pilhagem e de sabotagem na agitada cidade de Pao Ting, no norte da China. A crescente agitação política em Pao Ting, no princípio do ano, atingiu o ponto em que fábricas foram pelos ares, bancos assaltados e em que grupos rivais fizeram reféns. As chamadas fontes bem informadas dizem ainda haver casos de assassínio e de violação. Há dez dias, o «Diário do Povo», o jornal oficial, aludia a «espancamentos, devastações e saques», à destruição de equipamento militar, à interrupção dos transportes e ao roubo de fundos do Estado. Declarava que a violência em Pao Ting fora provocada por «agentes negros» de Chiang Ching, a viúva de Mao Tse-tung, e por outros radicais saneados recentemente.

Informa-se que a cúpula de Pequim dera instruções para esmagar os distúrbios e que as tropas receberam ordens para confiscar todas as armas, munições e explosivos.

Os radicais foram acusados de provocar agitação em várias regiões. No sul de Fukien, defronte da Formosa, tropas foram chamadas.

Há apenas cinco dias, Hua Kuo-feng, o presidente do Partido Comunista Chinês, afirmou num discurso que se o «Bando dos Quatro» tivesse ocupado o poder, haveria uma grande guerra civil na China.

Em 20 de Dezembro, o «Diário do Povo» publicou um relatório do delegado de Pao Ting a uma conferência sobre agricultura em Pequim. Aludia a recontros armados e acusava radicais de «injectarem camada após camada de agentes para usurparem o poder nas comissões do PCC, a todos os níveis».

O documento alegava ainda que o objectivo do «Bando dos Quatro» era criar a desordem em Pao Ting e na vizinha Hopeh e ameaçar, eventualmente, a segurança em Pequim.

Outro orador nessa conferência, o vice-primeiro-ministro Chen Yung-Kuwei, declarou que os radicais tinham prejudicado seriamente a agricultura em seis províncias do sul do país — Honan, Kweichou, Szechuan, Fukien, Chekiang e Kiangsi.

Descubra Portugal viajando de comboio

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Espectáculos

"Horas de Maria": Minuto um do cinema português em 77

Doze horas da vida de uma cega que as promessas e peregrinações a Fátima não curaram; 12 horas de Maria (de seu nome e graça) violada pelo padrasto conforme os jornais da época noticiam. Maria: entre Deus e o médico, o sagrado e o profano. Esta a longa metragem que nos promete António Macedo, realizada em 1976, a exibir em 1977.

«As Horas de Maria» têm uma história. Ou, se quiserem, duas histórias que confluem para a mesma, foz, a ideia-base que sustenta a obra: o indivíduo esmagado pelo Poder (seja político ou religioso, seja poder social, tecnocrático ou mesmo cultural).

Primeira história: em Outubro de 1975 a Cinequanon fez uma reportagem em e sobre Fátima, completada em Maio de 1976. Da reportagem surgiu a longa metragem «Fátima Story». Muito do material das «Horas de Maria» foi daqui retirado. Registe-se que os elementos técnicos, quase todos sócios da Cinequanon, são basicamente os mesmos das «Horas de Maria».

A segunda história — um facto real que alguns jornais relataram: a violação de uma

jovem pelo padrasto numa aldeia portuguesa e o subsequente choque que esse caso provocou, quer no ambiente familiar, quer naquela comunidade.

«Fátima Story» é um manancial de elementos: a realidade local de Fátima, os seus dramas humanos em contraste com os poderosos interesses que se ocultam e desenvolvem nos bastidores. E a constatação de um facto, brotar da corrente subterrânea que percorre o filme: E m Fátima, de todas as «graças» ou «milagres» que já tinham acontecido, havia um que jamais se verificara — a cura da cegueira.

Era possível a simbiose: Maria da história do jornal transforma-se numa rapariga cega, violada pelo padrasto na sua recôntida aldeia portuguesa.

AS 12 HORAS EM TRILEMA

Maria, afectada, por múltiplos traumatismos psicológicos é internada num sanatório de Lisboa para doenças psíquiras. Muito religiosa, procura a luz em Fátima. Mas cada ano de peregrinação transformou-se em mais um ano de cegueira.

Três, apenas três personagens, ocupam o espaço de Maria: a própria, o médico psiquiatra e a madre do sanatório. O filme está construído como se uma peça de teatro fosse. O diálogo é tenso até ao extremo. As personagens defrontam-se numa espécie de «jeu de massacre» — implacável criando crises e choques continuos à medida que são feitas revelações surpreendentes acerca das relações que entre si os personagens estabelecem, e das pesadas cargas que do seu passado transportam.

As 12 horas que Maria passa no hospital são 12 horas de tempo completo pelo rigor cinematográfico que determina o filme. No seu conjunto, representam os 12 passos iniciáticos da libertação de Maria — libertação essa que as «instituições» (simbolizadas pela freira) ou o «progressos cultural» (simbolizado no médico) se recusam a reconhecer ou simplesmente se limitam a ignorar.

SUBSÍDIO DO I.P.C.

Para além do valor intrínseco das «Horas de Maria», é de registar que é a primeira longa metragem de 1976, subsidiada pelo Instituto Português de Cinema, pronta a estrear-se. O filme é da Cinequanon e foi produzido já no âmbito do Pacto das Cooperativas de Cinema.

Da ficha técnica do filme, que é a cores, e tem a duração de uma hora e 40 minutos, constam, como realizador e autor do argumento e diálogos, o cineasta António Macedo; rector de fotografia, Elso Roque director de produção Leonel Brito e na montagem Manuela Moura.

Na ficha artística Cecília Guimarães, Eugénia Betencourt e João d'Ávila são os personagens freira, Maria e médico.

Três personagens ocupam totalmente as 12 «Horas de Maria»: a freira, o médico e a doente (Maria) que procura a libertação entre (contra) os dois. Os papéis respectivos são desempenhados por Cecília Guimarães (a freira), João d'Ávila (médico) e Eugénia Bettencourt (a jovem)

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"O ministro e eu" de Miguel M. Delgado

FICHA:

Título original: El ministro y yo
Realização: Miguel M. Delgado (México)
Argumento: Mario Moreno Reyes e Tito Davison
Diálogos: Carlos Leon
Fotografia (panavision/eastmancolor); Jorge Stahl Jr.
Música: Gustavo C. Carrion
Interpretação: Mario Moreno/Cantiflas, Celia Castro, Lucia Mendez, Angel Garasa, Manolita Saval, Alonso Castaño, etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner
Cinema: Monumental
Classificação: Para todos.

Um dos personagens mais populares junto do nosso público, é, indubitavelmente, Cantinflas. Hoje já na vertente descendente da sua carreira (como o demonstra este filme) é curioso constatar que nem por isso o público lhe vota uma menor atenção, como se pode comprovar pelas «boas casas» que uma sala comercialmente tão difícil como o Monumental está a fazer.

O que faz com que Cantinflas e os seus filmes sejam tão imediatamente acolhidos pelo público português?

O «segredo», se o ha, nao deve ser buscado numa pretensa originalidade dos filmes, sequer num humor frequentemente repetitivo e, não raro, pesado, mas antes numa simbiose, de carácter ideológico, entre o olhar do espectador sobre o mundo e a imagem que os filmes de Cantinflas dele lhe dão. Simbiose que é aquela mesma que as célebres comédias portuguesas dos anos 30/40 atingiam (diga-se que de um modo mais perfeito; Cantiflas não tem um terço do talento de António Silva ou Vasco Santana). Ideologia que é a de uma pequena burguesia estéril e acrítica, presa entre os ventos da grande burguesia, e do proletariado, sem compreender a sua própria situação periodicamente aliada das duas classes fundamentais em presença.

O carácter estéril e acrítico desta visão do mundo (e o consequente conservadorismo) vem antes do mais do facto de a sociedade nos ser apresentada como aplanada de quaisquer irredutíveis contradições de portanto os problemas terem apenas uma dimensão moralista e assim resolúveis através da congregação de boas-vontades e do apelo ao voluntarismo. Ou seja, a sociedade é uma soma de indivíduos e não uma estratificação dinâmica de classes sociais, donde a via apontada de colocar bons chefes em vez de maus chefes, donde essa possível amizade entre um ministro e um pobre homem, donde essa onda de sentimentalismo que tudo cobre e tudo resolve.

Cantinflas, em declínio, dentro do seu universo habitual: sentimentalão, moralista e conservador

O universo de Cantinflas sempre foi este. Dado com a força bastante, agora em declínio. Daí a invasão crescente que a lamechice faz sobre o lado humorístico do personagem, o carácter cada vez mais estático dos seus filmes, o pendor reaccionário a ultrapassar uma certa simpatia. **O ministro e eu** é, mau grado todos os descontos possíveis, um exemplo daquilo que durante meio século se tentou, em Portugal, apresentar como ordem natural do mundo.

TEATRO MONUMENTAL Telef. 555133
Nao acons. Menores 18 anos
DEPOIS DE:
"E PROIBIDO SUICIDAR-SE NA PRIMAVERA" De Casona
"A FERA AMANSADA" De Shakespeare
"A GATA EM TELHADO DE ZINCO QUENTE" De Tenesse Williams
"A IDIOTA" De Marcel Achard
"A MULHER DE ROUPÃO" De Teal Willis
Vasco Morgado apresenta AGORA:
LAURA ALVES NA PEÇA INGLESA DE JOE ORTON
UMA ESTRANHA FORMA DE AMAR...
ENCENAÇÃO Varela Silva
PAULO RENATO · Luis Filipe · Carlos Quintas
«RÉVEILLON» MONUMENTAL
SÓ NO TEATRO MONUMENTAL
2 SESSÕES — 20.30 e 23.30 h.
TEATRO E BAILE
PARA O PÚBLICO DAS 2 SESSÕES
— BILHETES À VENDA —

auto férias estadias em hoteis e apartamentos
AL GARVE · SESIMBRA · ESTORIL
desde 60 esc. por dia e por pessoa
Av. Liberdade 233 Tel. 536121 Lisboa 2 Europeia

MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40
UM ÊXITO!

SALVADOR em «O HOMEM DO TROMBONE»
● HOJE E TODOS OS DIAS ●
2 SESSÕES: ÀS 20.30 e 22.45 H.
SÁBADO e DOMINGO | «MATINÉES» às 16 h
2 SESSÕES: às 20,30 e 22.45 horas
ÀS 2.as FEIRAS: DESCANSO
A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA
Não ac. M/18 anos
O BOMBO DA FESTA!
A atracção japonesa ● YUKIE ●
com
IVONE SILVA e HENRIQUE SANTANA — LYGIA TELLES
À frente de um grande elenco e de um corpo de Baile Internacional
— BOAS FESTAS COM UMA BOA REVISTA —

Televisão

Canal da Crítica

RTP: LAVAGEM AO DOMICILIO

Por MÁRIO CASTRIM

A fita de grande metragem conta-nos de um processo diabólico de lavagem ao cérebro. Coisa em bom. Submetido à engrenagem, um fabiano esquece tudo, incluindo o seu ego. Após o que obedece a todas as ordens. Todas. Mandam-lhe espiar, ele espia. Mandam-lhe ser traidor aos interesses de Sua Real Majestade e ele verdadeiramente incrível, como se Sua Majestade a Cuíne tal merecesse! ele atraiçoa. Mandam-lhe desconfiar dos amigos e ele esgrila o olho. Mandam-lhe chamar nomes à tia e ele, tumba!

Perfeito. Vocês viram, claramente visto, escuso de contar como foi. Só não entendo onde está a esperteza. O quê? Gastarem-se centenas de milhares de libras num filme sobre máquina de lavar o cérebro, em termos de antecipação científica, para quê? Para quê, se essa máquina já existe?

Existe. Chama-se Televisão Portuguesa. A Televisão Portuguesa do Tomás (por acaso não estou a falar desse, estou a falar do Rosa) lava mais negro. Na RTP os ataques à Reforma Agrária não existem. Nem os «julgamentos» dos «pides». Nem os estranhos processos de recuperação capitalista. Nem a recuperação ideológica do imperialismo de que a RTP é um dos principais e mais dedicados promotores.

Por outro lado, os maus da fita são os países socialistas. Esfola-se e mata-se e aqui d'el-rei que sou infeliz e não tenho nenhuma liberdade, na Polónia, na R. D. A., na União Soviética. As potências capitalistas, essas, são coisa boa, vive-se bem e à francesa, champanhe, uísque, lagosta, ai nha mãe, nha mãe, como é bom viver no cidente!

. RTP, a máquina de lavar o cérebro, a máquina que obedece a um programa, máquina obediente...

NÃO É POR ACASO

Não. Não é por acaso que estas coisas acontecem.

Naquela célebre noite das eleições em que o C. D. S. ia à frente e em que o P. P. D. ganhara em Ourique (vão ver: ainda acabam por descobrir que a seta representa o montante de Afonso Henriques) ou seja, naquela noite em que o P. P. D. ganhara em Ourique e o C. D. S. ia à frente (sem contar, claro, com as outras alturas em que o C. D. S. ia à frente e que em Ourique quem ganhara fora o P. P. D.) pois nessa noite houve algumas variedades, para distrair. Madrugada quase manhã também Paulo de Carvalho cantou, e as suas canções constituiram a única nota de vida, de presença da realidade, o rosto mais humano das variedades.

Parte delas foram já repetidas no primeiro programa, como se sabe o de maior audiência. Disse-se na altura que a participação de Paulo de Carvalho viria em data a anunciar.

Cumpriram. Só que a presença de Paulo de Carvalho foi transferida para o segundo programa... Transferida, quer dizer, desterrada.

Um nojo, esta Televisão.

METRO, ISTO? NEM UM CENTÍMETRO!

Dentro da sua emissão de não deixar passar em claro as datas históricas, o *Telejornal* recordou os 17 anos do Metropolitano ou, se preferirem, do minimetro.

Tivémos algumas boas notícias, como por exemplo: a inauguração da linha Rotunda-Alcântara marcada para 1982. Alegremo-nos, irmãos! Por este andar, no ano três mil teremos um metropolitano a sério.

Infelizmente, além de incómodo e pouco operacional, o metropolitano alfacinha é o mais caro do Mundo. Chega a parecer incrível que uma viagem de ida e volta ali à Baixa custe dez escudos!

Não. Com este metropolitano, mal festejado ou bem festejado, as classes mais desfavorecidas continuam a ser as classes menos favorecidas. Porque só nos comboios é que há classes únicas. A sociedade, essa, continua dividida em classes.

RIDICULARÍSSIMO

Ligeiríssimo é um programa ridículo.

Podia-se dizer que é um programa pobre. A raiar o miserabilismo. Podia-se dizer que é um programa nefasto pelos trunfos que põe nas mãos da mediocridade. Podia-se dizer que é um programa tão mau, tão mau, que nem na própria Televisão teria cabimento.

Podia-se dizer tudo isso e ficar-se ainda muito aquém da verdade. Estaremos mais próximos da meta se dissermos: *Ligeiríssimo* é um programa ridículo.

Continua na pág. 18

Hoje

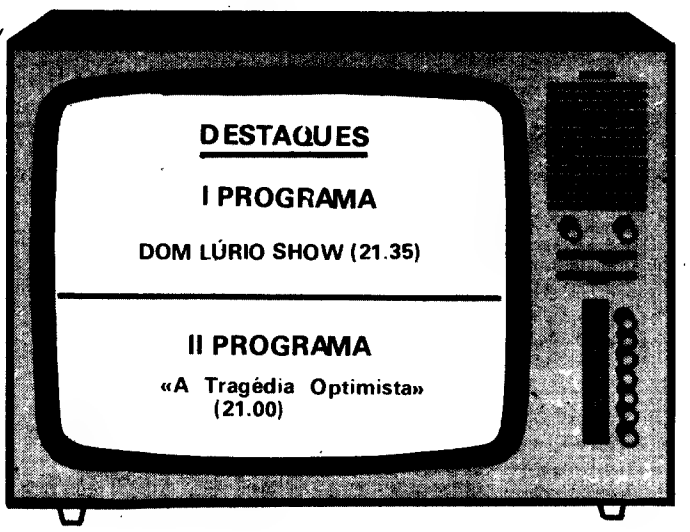
As trapalhadas de Robin dos Bosques

I PROGRAMA

18.30 Abertura e **Bonecos**. «Susana e Daniel» «Diário das Fábulas».
19.00 **Os Homens, os Livros e as Coisas**. Programa de Joaquim Manuel Magalhães.
19.35 **O Conde de Monte Cristo**. A obra de Alexandre Dumas numa série de animação especialmente dirigida ao público jovem. Produção e realização de Halas e Batchelor.
20.00 **A Ideia e a Imagem**. Um programa Literário aberto a todas as formas de cultura, da autoria de Álvaro Manuel Machado.
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição.
21.05 **As Trapalhadas do Robin dos Bosques**. As aventuras desta lendária figura na óptica de Mel Brookes.
21.35 **Dom Lúrio Show.**
22.15 **Um Programa da Direcção de Informação**
23.30 **Telejornal** — 2.ª edição.
23.45 Fecho.

II PROGRAMA

20.28 Abertura.
20.30 **Telejornal.**
21.00 **«A Tragédia Optimista». Intérpretes: Margarita Volodina, Boris Andrev, Vyacheslav Tikhonov. Realização: Sanson Samsosov. Ano de produção: 1968.**
23.25 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

18.30: Abertura e Abre-te Sésamo; 19.00: Tropicália — Arquitectura e Urbanismo no Brasil; 19.30: Revista Desportiva Internacional; 20.30: Telejornal 1.ª Edição; **21.05**: A bela Helena, Opereta em 3 actos de Jacques Offenbach; **23.00**: Hotel Arte. O show do Fim do Ano da RTP; **00.40**: Fecho.

Nota: Amanhã não há emissão do II Programa

ÚLTIMAS!
SÓ ATÉ DOMINGO
DEFINITIVAMENTE
HOJE
UMA SESSÃO, às 21.30
TERMINE O ANO RINDO... RINDO
Não acons. a m/18 anos
TEATRO ÁDOQUE
Largo Martim Moniz
Telef. 87 44 76

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diariamente às 21.30 h.
O Muro
Inspirado em
«AS AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO»
de José Gomes Ferreira
Domingo só «matinée» às 18 h.
2.as Feiras — Descanso da Companhia
PREÇO ÚNICO - 40$00
Condições especiais
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telefone 76 26 24

PUB
SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO
DELEGADOS SINDICAIS
CONVOCATÓRIA
A direcção do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro convoca todos os delegados sindicais para uma reunião geral a realizar na sede do Sindicato no próximo dia 4 Terça-Feira a partir das 15 horas do ano de 1977.
Com a seguinte ordem de trabalhos:
1.º — Programa de acção a desenvolver junto dos trabalhadores para a sua deslocação à Assembleia Geral.
2.º — Informações.
Coimbra, 29 de Dezembro de 1976.
A DIRECÇÃO

til
TEATRO INFANTIL DE LISBOA

MANECAS NA IDADE DA PEDRA
NO TEATRO ABC
HOJE E AMANHÃ ÀS 16 HORAS
SÁBADO E DOMINGO ÀS 11 HORAS
Subsidiado pelo S. E. C.
Bilhetes desde 15$00
GRÁTIS ATÉ 6 ANOS

teatro do bairro alto
R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Alta Austria
de
Franz-Xaver Kroetz
De 6 a 22 de Janeiro
Todas as noites, às 21.45
Domingos às 18 e às 21.45
M. 18 ANOS

2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

APRESENTAM
«Do Teatro ao Cais Sodré»
de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA
Encenação de FERNANDO HEITOR
HOJE e AMANHÃ às 21.45

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

ANDEBOL

Portugal bate o Luxemburgo

Os andebolistas portugueses, após um insucesso no Sarre, conseguiram, no seu segundo jogo da corrente digressão, um belo resultado: vitória perante a selecção do Luxemburgo (20-13) e exibição categórica, muito aplaudida (sobretudo) pelos portugueses que presenciaram o embate.

A turma nacional alinhou e marcou do modo seguinte: Carlos Silva; Adão (1), Hernâni (3), José Manuel (2), João Gonçalves, Vasco Vasconcelos (5), Morais (3), Ferreira, Jorge (2), João Manuel (4) e Sousa.

Recordemos o «sete» e os goleadores, frente ao Sarre: Carlos Silva (Diamantino); José Manuel (3), João Manuel (2), Ferreira, Hernâni (4), Jorge, Nuno Montenegro, Espadinha (1), Vasco Vasconcelos (1), João Gonçalves (3) e Morais (1).

A comitiva partiu para Paris, onde hoje e amanhã realiza mais dois jogos, desta feita com o Stella, campeão francês de andebol.

O Pai Natal ainda se mantém cá pela Terra. Segundo fontes fidedignas manter-se-á entre os homens de boa vontade até ao Dia de Reis. Aqui o vemos junto de Vladislav Tretyak, grande jogador soviético de hoquei sobre o gelo. «Treina e joga que jogarás» — disse o Pai ao desportista. Coisas da quadra... (Foto APN)

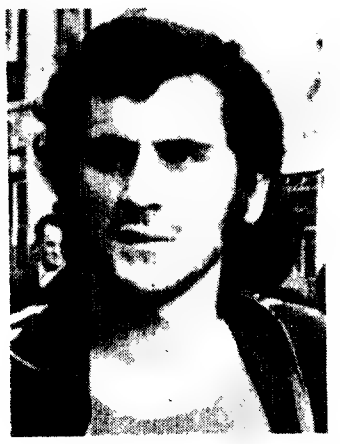
ATLETISMO NA MADEIRA

S. Silvestre chega hoje

A fim de participarem na corrida de «S. Silvestre de Madrid», partiram para a capital espanhola os atletas Aniceto Simões (Sporting) e Tavares da Silva (Benfica), primeiros classificados no «Grande Prémio do Natal», disputado em Lisboa. Os dois atletas são acompanhados por Carlos Santos, da Federação Portuguesa de Atletismo.

Por seu turno, o Clube de Caça e Pesca do Alto Douro organiza duas provas de atletismo, que denominou de «Corridas de S. Silvestre». As provas, para iniciados e juvenis (3.000 metros) e juniores e seniores (5.000), disputar-se-ão nas ruas da Régua, na última noite do ano, com início às 23 horas. Os atletas concentram-se no Largo da Ponte.

Também amanhã, pelas zero horas, terá início a «Corrida de S. Silvestre de Gondomar», pvova destinada a corredores filiados, populares, corporativos e escolares. A prova, que tem um percurso de 5.500 metros, é organizada pela Ala de Nun'Alvares, com a colaboração do F.C. de Ramalde e A.R. Aguiarense.



Tavares da Silva: Madrid é um teste

Na Madeira, também se assinala a presença de três corredores continentais, na «S.Silvestre» que é festa grande marcada para esta noite: o sportinguista Fernando Mamede e os benfiquistas Anacleto Pinto e Vasco Pereira, lá estarão, à partida, para um percurso que se alonga por 7500 metros.

PORTUGAL

ATLETISMO

Na noite de 8 de Janeiro (sábado), a Associação de Atletismo de Faro leva a efeito a 8.ª edição da prova pedestre internacional denominada «Grande Prémio dos Reis», em que participam atletas portugueses e espanhóis. A competição decorrerá nas ruas da capital algarvia (com início às 21 e 30) estando a meta instalada na Praça da Liberdade (vulgo «Pontinha»).

CELORICO DA BEIRA

Porque viu subitamente indeferido o seu pedido de erguer um pavilhão gimnodesportivo, o Celoricense (de Celorico da Beira) resolveu, em assembleia geral, entregar hoje, na edilidade local, as chaves da sede e a bandeira da colectividade...

CICLISMO

Boa nova para o ciclismo: o Sporting vai retornar às práticas oficiais da modalidade, após um período de paragem e reflexão. Fala-se (já) em nomes que iriam estruturar a secção **verde-branca**, que detém um dos melhores «palmarés» da colectividade: Fiel Farinha, Amílcar Cantarinha, Manuel Tiago e Mário Ferreira, todos com excelentes provas dadas ao serviço do ciclismo sportinguista.

HOQUEI

Divulgando o quadro de juízes-árbitros de patinagem artística. Na classe A: António Silva, José Andrade e José Lopes Dias. Classe B: Aníbal Guedes Costa, Dinah de Almeida Graça, Lídia Fernandes Costa Correia, Lucília Fernandes Costa e Helena M.ª S. Lopes Dias Carvalho.

Classe C: Maria Dulce Oliveira Mota, Maria Clara Amorim Louro, Ricardo Nuno C. Carvalho Silva, João Carlos C. Catalão Fernandes, Nuno Miguel R. O. Nogueira, Fernanda M.ª Lacerda Aguiar Martins, Maria Cristina Costa Correia, Eugénia Maria Costa Correia, Vanda Maria Coimbra Valadas e Maria Eugénia C. Mota Delgado.

Estagiários de 1.º grau: Fernando Santos, Maria Judite Costa Gomes, Olga Nascimento Ferreira L. Aguiar, Pedro Nuno Carvalho da Silva, Paula Cristina L.M. Santos, Maria Manuel P.S. F. Botelho, Eduardo de Sousa Azevedo, Isabel Maria Dias de Carvalho, Isaura D. C. Gomes Madeira Carlos Alberto T. Correia e Graça Maria Mendes Gandra. Estagiários de 2.º grau: Isabel Maria Roque Martins, Maria Teresa Cardoso Azevedo, Francisco J. C. Campos Oliveira, Maria Fernanda P. C. Valadas, Ana Maria Abreu Ribas, Marcelino de Jesus Nogueira e Manuel Vargas Carvalhal.

OBSERVAÇÃO

Mirandela da Costa (escolas de formação) e Afonso dos Santos (desporto escolar) deslocaram-se à URSS para, ao abrigo de um protocolo de intercâmbio entre técnicos desportivos, estudarem o desporto soviético.

PORTO

A Associação de Futebol do Porto atribuiu um subsídio de 1.000 contos ao F.C.do Porto. Segundo revela o semanário do clube, esta verba destina-se às obras de construção das Bancadas da Maratona, no Estádio das Antas.

O mesmo órgão acrescenta que, relativamente aos terrenos camarários adjacentes ao arruamento sul das Antas (e, em princípio, destinados ao complexo desportivo do Estrela e Vigorosa Sport) a Câmara Municipal do Porto acaba de dar um parecer favorável no sentido de serem vendidos ao F.C. do Porto, pelo mesmo preço que seria praticado para com o Vigorosa.

RÂGUEBI

Marcados para 14 e 21 de Março próximo dois jogos de râguebi, entre portugueses e romenos (jogadores com menos de 21 anos em acção).

TÉNIS

Derrota do ténis português perante o dos EUA: os juniores José Cordeiro e Manuel Sousa foram batidos (0-3) na jornada de abertura do Toneiro de Rabat (Marrocos).

NOMES DO ANO

Franz Beckenbauer, o fora de série do futebol alemão ocidental, foi o vencedor da «bola de ouro», conferido pela revosta «France Football» ao futebolista europeu do ano. O «capitão» do Bayern (de Munique) obteve 91 votos de 26 jornalistas que escrevem sobre futebol nos principais periódicos desportivos da Europa, seguido pelo holandês Rensenbrink (do Anderlecht), com 75 e do checoslovaco Viktor (do Dukla de Praga) com 52 votos.

Beckenbauer foi contemplado, pela primeira vez, com esse prémio em 1972 e ficou em 2.º lugar em 1974 e 1975. Desta feita, os jornalistas desportivos escolheram os seguintes jogadores: Beckenbauer (Bayern, de Munique, 91 votos; Rensenbrinck (Anderlecht), 75; Viktor (Dukla de Praga), 52; Keegan (Liverpool), 32; Platini (França), 19; Ondrus (Slovan, de Bratislava), 15; Cruijff (Barcelona), 12; Curkovic (St. Etienne, 12; Bonhof (Moenchengladbach)9; Masny (Slovan, de Bratislava), 9; Muller (Bayern, de Munique), 9;.

DISTINÇÃO

O atleta cubano Alberto Juantorena foi proclamado em Paris, «campeão dos campeões) pelo jornal desportivo «L'Équipe». A ginasta romena Nadia Comaneci e a nadadora leste-alemã Kornélia Ender ocupam os lugares de honra.

Juantorena, campeão loimpico dos 400 e 800 metros (em Montreal) e campeão mundial nesta última distância, sucede ao atleta neozelandês John Walker, distinguido em 1975.

É a seguinte a classificação do jornal «L'Équipe»: 1) Juantorena (Cuba) Atletismo, 149 pontos; 2) Nadia Comaneci (Rom.) Ginástica, 121; 3) Kornélia Ender (RDA) Natação, 107; 4) Bruce Jenner (EU) Atletismo, 74; 5) Lasse Viren (Fin.) Atletismo, 69; 6) Irena Szewinska (Pol.) Atletismo, 38; 7) Brian Goodell (EU) Natação, 34; Eric Tabarly (Fr.) Vela, 33; 9) John Naber (Eu.) Natação, 32; 10) Jonty Skinner (Áfr. Sul), Natação 31; 11) Montgomery (EU) Natação, 24; 12) Rosie Mittermaier (RFA), Esqui, 23; 13) Borg (Suécia), Ténis 21; 14) Hunt (Gr.) Automobilismo 16; Maertens (Bélg.) Ciclismo 16; 16) Kazankina (URSS) Atletisoo 15; 17) Andrianov (URSS) Ginástica 13; 18) Beckienbauer (RFA) Futebol 6.

Van Damme: última corrida

Faleceu ontem, em consequência de um desastre de viação, o atleta belga Ivo Van Damme (de 22 anos) que conquistou duas medalhas de prata nas Olimpiadas de Montreal. A Polícia anunciou que o automóvel que ele guiava ultrapassou uma barreira na auto-estrada Marselha-Orange, perto da cidade de Bollene (França), indo embater numa caravana que transportava um iate e era rebocada por uma viatura. Van Damme foi conduzido ao hospital mas faleceu algumas horas mais tarde. Decorrem já investigações para descobrir as causas do acidente.

Van Damme regressava de um campo de treino na região do Reno. O atleta era natural de Lovaina, e estava noivo da atleta sua compatriota Rita Thys.

Os bombeiros lutaram durante mais de uma hora para o libertar dos destroços do seu «Opel Kadett.» O seu pai, que é polícia, encontra-se a caminho de França para oficialmente identificar o corpo.

Nascido a 21 de Fevereiro de 1954, o loiro e barbudo atleta iniciou a sua carreira desportiva como amador do Racing White, ?clube de futebol de Bruxelas) que mais tarde se fundiu com outros clubes transformando-se no Racing White Daring Molenbeek.

Este mês, Van Damme recebeu o «Trophee National du Mérite Sportif», um dos mais altos, galardões desportivos belgas, pelo seu comportamento nos Jogos Olímpicos de Montreal.

Foi em Montreal que Van Damme surgiu como um dos principais especialistas de meia distância, no Mundo. Regressou ao seu país como novo «herói» do atletismo belga, na peugada do antigo campeão mundial dos 5.000 metros, Emile Puttemans. Van Damme foi uma das surpresas do programa de atletismo de Montreal. Depois de ter obtido o 2.º lugar nos 800 metros, (atrás do cubano Alberto Juantorema) repetiu a proeza nos 1.500 metros, prova em que foi batido apenas por um décimo de segundo pelo neozelandês Walker, recordista mundial da milha.

Depois daquela corrida, Walker previu que o belga seria o homem que bateria o seu máximo mundial. *No futuro imediato, penso que Van Damme vai ser o maior,* comentou Walker.

Amigos de Van Damme na Liga Real Belga de Atletismo, onde ele trabalhava, disseram que ele fora uma das suas mais populares «estrelas». *Apenas esta manhã, recebemos dele um postal, de Marselha, desejnado-nos um feliz ano novo* declarou um funcionário.

Ontem, o malogrado atleta seguia sozinho no seu carro, em direcção ao Norte, quando por alturas da portagem de Bollene o veículo se despistou, atravessando a placa divisória e indo embater de frente num «Peugeot 504» que rebocava um barco. Só ao cabo de uma hora é que a vítima pôde ser retirada do amálgama de ferros torcidos em que o carro ficou transformado. O campeão belga respirava ainda ao ser colocado na ambulância: porém no Hospital de Orange, os médicos limitaram-se a verificar o óbito. Desconhecem-se as causas do acidente: doença súbita do condutor ou avaria mecânica.

SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

AS EMPRESAS SÃO OBRIGADASA ENVIAR AOS SINDICATOS AS QUOTIZAÇÕES SINDICAIS

Para total esclarecimento dos trabalhadores e das empresas sobre as quotizações sindicais, transcrevemos:

CONTRATO DE 1972
DEVERES DAS ENTIDADES PATRONAIS
CLÁUSULA 36.ª. H): «Enviar aos Sindicatos o produto das quotizações sindicais, se possível em cheque ou vale de correio, acompanhadas dos respectivos mapas de quotização, devidamente preenchidos».

CONTRATO VERTICAL EM NEGOCIAÇÃO
DEVERES DAS ENTIDADES PATRONAIS

CLÁUSULA 20.ª. G) NEGOCIADA EM 14/4/76): «Enviar ao Sindicato, em numerário, cheque ou vale de correio, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita, o produto das quotizações, acompanhado dos respectivos mapas de quotização devidamente preenchidos».

OFÍCIO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO N.º 28562 DE 20/12/76, DIRIGIDO À COMISSÃO DE SINDICATOS (ELECTRICISTAS, CARPINTEIROS, GRÁFICOS E METALÚRGICOS) E USP.

«De acordo com o pedido formulado em 20 do corrente, informo V. Ex.ª de que, face às dúvidas levantadas pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 841-B/76, de 7/12/76, sobre o assunto em epígrafe (quotização sindical), os serviços centrais, informam que, muito embora a situação seja controvertida, este Ministério do Trabalho entende que as cláusulas das convenções colectivas de trabalho regulamentadoras desta matéria mantêm a sua vigência».

Nem a CIP, nem o Governo esmagarão os trabalhadores organizados.

A espinha do MOVIMENTO SINDICAL não será quebrada porque

UNIDOS VENCEREMOS
A LUTA CONTINUA

A DIRECÇÃO

TOTOBOLA

Jogue connosco

Concurso n.º 19 (9-1-77)

Portimonense-Leixões	1
Guimarães-Beira-Mar	1
Belenenses-Porto	x
Boavista-Atlético	1
Setúbal-Sporting	2
Académico-Braga	x
Varzim-Estoril	1
Espinho-Riopele	1
P. Ferreira-Fafe	x
U. Tomar-U. Coimbra	x
Caldas-Feirense	2
Olhanense-Marítimo	x
Lusitano-CUF	2

LÁ FORA

DROGAGEM

As auroridades da «Comissão Nacional de Educação Física», do Uruguai, confirmaram terem encontrado substancias estranhas estranhas nas amostras de urina dos jogadores que participaram nos ultimos jogos da «Liguilla» pré-Libertadores». Não foram divulgados os nomes dos jogadores envolvidos, o que só acontecerá depois de conhecidos os resultados, da contra-análise a realizar hoje.

Autoridades da Associação Uruguaia de FFutebol indicaram que o «doping» pode ter ocorrido na ultima jornada da «liguilla», na qual se disputaram as partidas Peñrol-Wanderers, Nacional-Huracan Buceo e Danubio-Defensor. Sabe-se que foram positivos os resultados de duas análises.

Nestes casos, os regulame tos estabelecem que as penas recaem sobre o jogador e não sobre os clubes que representam.

Desporto

"TAÇA" COM TODOS: UMA VERDADE

Académico de Coimbra pela borda fora

Mais um clube da 1.ª divisão nacional diz adeus à «Taça de Portugal»: batido (2-1) pelo Olhanense, o Académico de Coimbra (dirigido por Juca) é afastado da competição logo ao golpe inicial. Desta feita foram oito os emblemas «perturbados» na 1.ª divisão nacional: e saindo pela borda fora da «Taça», no teste inicial. O rol dos vencidos é curioso: Estoril, Portimonense, Atlético, Belenenses, Leixões, Académico de Coimbra, Beira Mar e Varzim. Quer dizer: metade dos maiorais foi ao ar...

Recordemos os desfechos de ontem: Viseu e Benfica, o-Farense, 1; Olhanense, 2-Académico de Coimbra, 1 e Nacional da Madeira, 3-União de Tomar, 1 (todos após prolongamentos); Desportivo de Bragança, 3-Salgueiros, 1; Almada, 1-Elvas, 0; Espinho, 4-Luso, 0; F. C. Porto, 8-Alba, 0 e Benfica, 1-Chaves, 0. Neste último embate, a sensação a um passo da tremenda «bronca»: só a 15 minutos do final do tempo regulamentar os benfiquistas (constelados de «vedetas») conseguiram levar de vencida os seus opositores, esgotados por uma grande viagem, e como se sabe, quase puramente amadores em matérias de proventos via-futebol. Tirando um ou outro caso (José Pedro) o Desportivo de Chaves é mesmo composto por chutadores em «part-time»: daí que seja de louvar a sua resistência frente a autênticos «milionários da bola».

As várias partidas efectuadas:

BENFICA: Zé Henrique; Bastos Lopes, Eurico, Alhinho, e Pietra; José Luís, Sheu e Chalana; Nelinho, Nené e Moinhos (Vítor Martins).

CHAVES: Maia; Duque II, Branco (Quim), Malano e Betinho; Manuel José, Malaia e Eduardo; Alves (Tito), Dudu e José Pedro.

Autogolo de Maia: Arbitragem de Raul Nazaré (Setúbal).

F. C. DO PORTO: Tibi; Murça (Teixeira II), Simões, Rudolfo e Gabriel; Oliveira, Ailton e Cubillas; Ademir, Duda (Júlio) e Gomes.

ALBA: Carlos Alberto (Vítor); Quintas (Carlos Leite), Bastos, Eduardo e Carlos Jorge; Amadeu, Jorge e Albano; José Carlos, Álvaro Jorge e Oliveira Leite.

Golos de Duda (2), Gomes (2), Cubillas, Ademir e Júlio (2). Arbitrou o leiriense Leitão Soares.

ALMADA: Luís Filipe; Marcelino; Cabrita, Domingos e Peixoto; Boiadas, Godinho e Zegre; Páscoa, Miguel e Falua (Henrique).

ELVAS: Mário (Alexandre); Diamantino, Fernando, Lomelino e Horta, Pina, Edmar e Calçador; Vilanova, Portela e Nascimento.

Dirigiu o lisboeta Jaime Moura. Tento por Miguel.

BRAGANÇA: Serrão; José Maria, Chico, Vicente e Rodrigues; João da Costa, Mateus e Manuel Fernandes, Adérito, Marcelo e Óscar.

SALGUEIROS: Jacinto João; Fernando Ferreira, Braga, Gapo e Nelito; Vieira Nunes, Wilson e Forneri (Adilson, depois Agostinho); Xavier, Reis e Mosca.

Golos de Marcelo (2), Reis e Óscar. O bracarense Azevedo Duarte foi o árbitro.

NACIONAL: Herculano; Correia; Freitas, Maurílio e Miguel; Gonçalves (Arlindo) Rafael e Gomes (Rui Sousa); Fernando, Emanuel e Inguila.

U. TOMAR: Mário (Reinaldo), Barrinha, Faustino, Alexandre e Rosa; Aleixo, Graça (Paulo) e Sarmento; Caetano, Camolas e Pinto.

Arbitragem de Santos Luís (Coimbra). Tentos por Camolas, Emanuel, Fernando e Rui de Sousa.

ESPINHO: Serrão I; Gomes, Pereirinha, Gonçalves I e Raul; Meireles, João Carlos e Vaqueiro (Gonçalves II); Serrão II (Canelas), Reis e Malagueta.

LUSO: Andrade; Júlio (Ludgero), Candeias, Manuel e Casanova; Octaviano, António João e Mendonça; Sérgio, Careca (Araújo) e Ruas.

Remates certeiros: Reis, João Carlos, Maragueta e Serrão II. Árbitro: Américo Borges (Porto).

VISEU BENFICA: Henrique; Malta da Silva (ex-Benfica); Amaro, Calado (ex-U. Tomar) e Jesus; César (João Manuel), Ferreira (Simões II) e Simões I (ex-Estoril); Valtinho, Guerreiro e Diogo.

FARENSE: José Armando Caneira, Cajuda, Chico-Zé, e Lampreia; Rogério, Pedro e Almeida; Farias (José Inácio, depois Eduardo), José Rafael, e Mário Jorge. Golo por José Rafael. Dirigiu a partida Dias da Silva (Coimbra).

OLHANENSE: João Luís; Filinto, Miguelito, Manuel Bom e Manuel Pedro; Caixinha (Rubério), Soares e Paulo; Sanina, Balecas (Morais) e Carlos Manuel.

ACADÉMICO: Marrafa; Brasfemes, José Freixo, Alhinho, e Araújo; Mário Campos (Rachão), Gervásio e Vala (Rogério); Joaquim Rocha, Manuel António e Costa.

Golos: Balecas, Gervásio e Paulo. Juiz: Ismael Baltasar (Setúbal).

ACIDENTE

Acidente nas cabinas do Sporting de Espinho, após um treino e quando os atletas se preparavam para tomar banho: uma explosão de gás feriu bastante o guarda-redes Melo (queimaduras na cara), Júlio (queimaduras nas costas) e Simões (queimaduras em vários pontos do tronco). O acidente foi consequência de uma fuga de gás na conduta de aquecimento aos balneários: os três futebolistas ficam impedidos de actuar durante algum tempo.

Chaves: um exemplo de tenacidade

ALBERGARIA

Um reforço ganho pelo Alba no Estoril Praia: o centro-avançado brasileito Eloy (que, em tempos recusara a nacionalização portuguesa para poder integrar uma selecção de juniores do nosso país, em torneio internacional) foi cedido pela colectividade, de Alfredo Farinha ao grupo de Albergaria, numa tentativa para debelar a falta de golos que tem avassalado o Alba. Eloy (22 anos) é rotulado de esperançoso «ponta de lança»: uma solução para o mau momento do Alba?

ALTERAÇÕES

A Federação de Futebol fez as seguintes alterações em relação aos jogos dos campeonatos nacionais, em face do feriado do próximo dia 1 de Janeiro:

Leixões-Guimarães, a contar para a 12.ª jornada do torneio da I Divisão, antecipado para o dia 1. Este jogo terá lugar no «Estádio do Mar», com início às 15h.

Portimonense-Varzim (1.ª Divisão) é adiado para o dia 5: o encontro terá lugar no estádio do Portimonense, com início às 15 horas.

Sporting-Académico de Coimbra, também no dia 5, no Estádio de Alvalade, com início às 21 e 30.

O jogo Beira-Mar-Benfica, marcado para o dia 2 de Janeiro (no «Mário Duarte»), terá de encontar nova data, susceptível de conciliar os interesses de clubes e jogadores, uma vez que a data inicialmente prevista ofende as directrizes sindicais.

O encontro Almada-Olhanense (14.ª jornada do nacional da 3.ª Divisão, zona Sul), foi adiado para o dia 5 de Janeiro, com início às 15 horas, em Almada.

Os jogos Lourosa-Lamas e Tirsense-Salgueiros (da 14.ª jornada do nacional da 2.ª Divisão, zona Norte) realizam-se no próximo domingo, sendo disputados, respectivamente no Campo da Avenida (em Espinho) e em Trofa.

Os homens do Desportivo de Chaves, mal batidos no duelo com os «colossos da Luz»; um golo (que, pelos vistos, só foi «topado» pelo fiscal de linha António Jorge) derrotou-os no cotejo com o Benfica. Daí naturais protestos: muitos «cartões amarelos», discussões espectaculares e certo «sururu», dificilmente contido

NACIONAL

Para o nacional do escalão superior, o Vitória de Setúbal venceu o Beira-Mar (5-3) em jogo que tornou certo o calendário federativo. As turmas em cotejo:

Setúbal: Vaz; Lino, Cardoso, Sabu e Rebelo (Diamantino, depois Lito); Jaime Graça, Tomé e Caíca; Formosinho, Mirobaldo e Jacinto João.

Beira Mar: Jesus; Guedes, Quaresma (Sousa), Soares e Poeira; Manecas (Sobral), Eusébio e Manuel José; Garcês, Abel e Rodrigo.

Autores dos golos: Jaime Graça, Abel, Formosinho, Eusébio, Mirobaldo (2), Tomé e Soares. O tento mais sensacional foi obra de Eusébio, na conversão de um «livre» explosivo e imparável.

Arbitrou o lisboeta Graça Oliva.

A tabela pontual do campeonato nacional da 1.ª divisão passa a estar assim ordenada: Sporting, 21 pontos; Benfica, 16; Porto, 14; Boavista e Vitória de Setúbal, 13; Estoril, Académico e Varzim, 12; Vitória de Guimaraes e Belenenses, 11; Sporting de Braga, 10; Leixões, 8; Beira Mar, 7; Atlético, 6; Portimonense e Montijo, 5.

PENALIZAÇÕES

A Federação continua castigar: e a multar, sempre que pode... Desta feita, num extenso e colorido rol de penalizados, avultam os castigos aos treinadores Manuel Oliveira (do Beira-Mar) e ao técnico portimonense Máric Nunes, ambos «contemplados» com multas de um conto e 30 dias de interdição de presença no «banco dos responsáveis».

REIVINDICAÇÃO

Muito justamente, os jogadores do Estoril Praia recusavam deslocar-se a Braga, na tarde de domingo próximo (para o encontro do nacional) sem serem indemnizados, nas condições do preceituado pela legislação do seu sindicato. Assim, o Sporting de Braga, (interessado em boa receita, no seu relvado) terá de pagar, aos artistas estorilenses, aquilo a que muito legitimamente têm direito. E o jogo será (mesmo) na tarde dominical deste Janeiro que já bate à porta.

VARZIM

Reforço da última hora, para o Varzim: guarda-redes sportinguita Pinhal, «preso» a Alvalade mas ainda não utilizado na corrente temporada) começou hoje a treinar sob as vistas de António Teixeira, o técnico que (momentaneamente e devido a lesão) não pode dispor de Fonseca.

VISEU

Cavém foi afastado do comando técnico do Viseu e Benfica. Na Luz, quem orientou a turma foi o dirigente António Ferreira. Fala-se na hipótese de Francisco Andrade ajudar o clube visiense, enquanto é concedido um «repouso» ao antigo «internacional» benfiquista.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNOSTICOS DOS ORGAOS DE INFORMAÇAO PARA O CONCURSO N.º 18, DE 2 DE JANEIRO DE 1977

Auto-Rádio, 121 xxx 2x1 xx11; Badaladas, xx1 21x 121 12x1; A Rabeca, x21 21x 2x2 x211; Boa Nova, 111 21x 122 2111; Cardeal Saraiva, 211 xx1 111 2121; Cavalgada do Ritmo, 121 21x x1x 111x; O Distrito de Setúbal. xxx 211 xx1 1211;

Rádio Totobola, xx1 x1x 111 x1x1; Correio do Douro, 2x1 x2x x22 1111; O Comércio de Leixões, 1x1 211 1x1 x11x; O Concelho de Estarreja, x11 x11 111 1111; Correio dos Açores, 2x1 212 12x 1211; Correio de Coimbra, 111 x11 111 1111; Objectivo, 2x1 211 x2x 21x1; Pajú Desportivo, x11 21x 2x1 x211; Correio do Vouga, x21 211 111 1112; A Defesa, 1x1 xx1 221 11xx; Diário de Coimbra, x2x x11 1x1 x11x; Diário de Lisboa, x21 x21 111 x21x; Ecos de Cacia, 121 x11 1x1 x111; Estrela da Manhã, x21 211 1x1 111x; Estúdio 64, xxx 21x x11 1111; Eu Sei Tudo, 221 x11 111 x112; Jornal de Gaia, 1x1 x21 121 211x; Folha do Domingo, 121 xx1 1x1 1111; Gazeta das Caldas, x11 x11 1xx 1111; O Jornal de Felgueiras, 111 x1x x11 1111; Litoral, 2x1 21x 112 x21x; Manchete Desportiva, x21 211 1x1 1111; Maria da Fonte, 2x1 2x2 x21 1112.

Mundo Desportivo, x21 21x 1xx x1x1; O Norte Desportivo, **111 21x 1x1 x111**; Notícias de Évora, **x11 x11 1x1 x1x1**; Notícias de Felgueiras, **xx1 21x 1x1 x111**; Notícias de Gouveia, **x21 2x1 121 x111**; Notícias das Caldas, x11 2xx 11x x1xx; A Ordem, 211 x11 111 x11x; Penalti, 111 21x 111 x111; Placard Desportivo, xx1 211 121 121x; Presença Coimbrã, x21 21x 121 x11x; Programa Sem Nome, 1x1 x11 111 12x1; Quadrante Desportivo, 211 x1x xx1 111x; Quadrante Norte, x11 11x 2x1 1x11; Panorama, xx1 211 x21 1211; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 121 11x x11 1111; Reconquista, x11 x1x 1x1 1112; Renovação, 211 212 121 1112; Repórter do Dia, x21 212 121 x11x; Resenha Desportiva, x2x 2xx 111 x111; Encontro Musical, xx1 211 111 1111; Dimensão 3, xx1 xxx 121 11x1; Primeiro Andamento, xx1 211 x2x x111; A Voz do Domingo, x21 2x1 121 1111; Voz de Lamego, x11 211 1x2 1111; Alvo Desportivo, 1x1 xx1 1x1 xx11; Boletim Desportivo, 21x 21x 111 1xx1; Jornal da Graça, x11 112 x11 1111; Jornal de Notícias, x2x x1x 1x1 1111; Miscelânea Musical. 111 111 111 1111; Montra do Êxito, **x1x 211 212 2111**; Música e Desporto, 211 x11 111 xx21; O Primeiro de Janeiro, xx1 2x1 xx1 21x1; Programa da Manhã, x11 11x 11x x2x1; Rádio Alvo, 2x1 xx1 1x1 xx11; Só-Rádio, 121 2xx x22 1xx1; A Voz dos Ridículos, 2x1 x1x 211 1111.

16ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. LEIXÕES-GUIMARÃES	18	35	14	3	6	3	
2. MONTIJO-BELENENSES	24	23	20	4	4	4	
3. PORTO-BOAVISTA	60	7	0	11	1	1	
4. ATLÉTICO-SETÚBAL	6	26	35	1	5	6	
5. LOUROSA-U.LAMAS	50	14	3	9	2	1	
6. TIRSENSE-SALGUEIROS	34	28	5	6	5	1	
7. RIOPELE-P.FERREIRA	46	14	7	8	3	1	
8. TORRES NOVAS-U.TOMAR	26	23	18	5	4	3	
9. U.SANTARÉM- MARINHENSE	52	8	7	10	1	1	
10. EST.PORTALEGRE-PORTALEGRENSE	35	26	6	6	5	1	
11. VASCO DA GAMA-BARREIRENSE	49	7	11	9	1	2	
12. JUVENTUDE-LUSITANO	52	13	2	9	2	1	
13. ORIENTAL-ALCOCHETENSE	48	13	6	9	2	1	

a) Nos termos do Artº. 13º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será: X11 211 111 1111

Geral

Vítimas do incêndio do Hospital de Santo António foram a sepultar

PORTO, 30 — No Instituto de Medicina Legal, foram esta manhã autopsiados os cadáveres das três vítimas, Justiniano Mendes Rodrigues de 72 anos, Joaquim Vaz Ferreira da Rocha e Silva, de 74 anos e António Manuel da Silva Fonseca, de 14 anos, que pereceram carbonizados no incêndio do Hospital de Santo António. Os seus funerais realizaram-se esta tarde para os cemitérios do Prado do Repouso, Arouca e Agramonte, respectivamente.

O dia de ontem vivido no Hospital de Santo António, pode considerar-se o mais longo da existência daquele estabelecimento hospitalar. Perdurarão ainda por muito tempo na memória dos que assistiram aos acontecimentos, os momentos de pânico, de pavor, de angústia e de desespero que tiveram durante o incêndio. Foram cenas impressionantes que ali se registaram durante a tragédia que poderia muito bem ter tomado maiores dimensões se não fora a abnegação, o espírito de sacrifício o sentido verdadeiramente humano de todos aqueles e muitos foram — que se empenharam no ataque às chamas e no salvamento das vidas dos doentes ali internados.

Apesar das alterações de emergência em determinados serviços do Hospital de Santo António, motivados pelo incêndio, tudo está, pode dizer-se a decorrer com certa normalidade. Isto mercê do esforço de todo o pessoal que ali trabalha e que possibilita atenuar muitas das carências daquele Hospital agora agravadas pelo sinistro.

Dos 103 doentes que haviam sido transferidos para o Hospital Militar D. Pedro V, às 10 horas, de hoje, segundo informações colhidas pelo «D. L.» apenas 30 ali continuavam internados. São todos homens, já que as mulheres regressaram ainda durante o dia de ontem ao Hospital de Santo António. O estado daqueles doentes, alguns dos quais operados recentemente, é satisfatório, segundo nos informaram. Alguns deles devem ser hoje transferidos para o hospital Rodrigues Semide.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

As palavras chochas são ridículas.

A solenidade conselheiral das palavras chochas é ridícula.

Ridícula aquela Televisão (ou aquela rádio sopeiral com imagens) que já não se usa.

Ridículas as poses dos intervenientes (aquele *tête-à-tête* na relva fica para antologia, não se esqueçam!).

Ridículas as interpretações, ridícula a atenção pacóvia que se lhes dá.

Ligeirissimo não se salvará por nenhuma razão. Sendo a maior de todas porque é ridículo.

M.D.M. protesta contra portaria das pensões

O Movimento Democrático das Mulheres enviou uma moção de protesto ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República, e a vários membros do Governo, na qual exige a imediata revogação da portaria que fixa as pensões das Casas do Povo, atribuindo às mulheres uma verba inferior á que foi fixada para os homens.

Conforme oportunamente noticiámos, a pensão foi fixada em 900$00 mensais para os homens, e 600$00 mensais para as mulheres,

O M. D. M. considera que esta discriminação de sexos é um retrocesso, «que se abate sobre a mulher pelo simples facto de ela ser mulher», e alerta para o facto de esta portaria ser inconstitucional, na medida em que ignora os direitos da mulher consignados na Constituição.

pub

RAPOSO

Na Herdade dos Fidalgos foi abatido 1 raposo no dia 26-12-76 com o peso de 17 quilos por Artur Manuel da Silva Nunes.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado ou encoberto e chovia ou chuviscava em várias regiões.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA
Máxima 16º

MONTALEGRE
Mínima 3,5º

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

COIMBRA	8º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	9º
FARO	15º
FUNCHAL	18º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
10.38	3,2 m	3.59	1,9 m
		16.30	1,8 m
Dia 31			
23.18	3,3 m	5.06	1,8 m
11.44	3,2 m	17.29	1,7 m
Dia 1			
2.46	4,2 m	8.32	0,8 m
15.14	4,0 m	20.45	0,9 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco; períodos de chuva; condições favoráveis à ocorrência de neblina ou nevoeiro durante a madrugada e manhã.

AMANHÃ

NASCER ÁS 7.55
OCASO ÁS 17.25

Dia 1 Dia 9 Dia 17 Dia 24

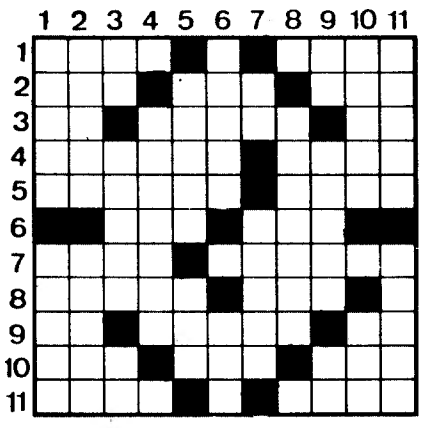
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11638

HORIZONTAIS:

1 Um dos estados do Brasil. Artigo definido. Hidrosfera.
2 Agora. Trezentos em romano. Agência Telegráfica de Imprensa.
3 Nota musical. Atraiçoas. Basta.
4 Medusas tubulares espalhadas nos mares da Europa. Formar as abas a.
5 Relativo a oásis. Educa.
6 Nome de letra. O sustento.
7 Pronome indefinido. Quebrava.
8 Freguesia do concelho de Guimarães. Esteiro.
9 Sufixo que designa estado. Densa. Cério (s.q.).
10 Osmio (s.q.). Agora. Senhorem inglês.
11 Tosto. Limpa com água.



VERTICAIS:

1 Cidade de Portugal. Tanto.
2 Limpa metais. Povoação do concelho de Torre de Moncorvo.
3 Batráquio. Guarnecido de asas. Sua Santidade.
4 O mesmo que apressado (Ant.).
5 Planta leguminosa. Mulher chinesa da classe baixa.
6 Sorte. Apelido.
7 Cento e um em romano. A morte.
8 Arrancaria.
9 Gálio (s.q.). Sái. Apelido.
10 Besuntai. Cento e quatro em romano.
11 Gemera. Afia.

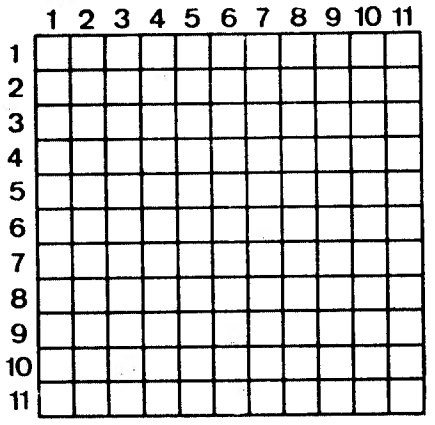
Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7698

HORIZONTAIS:

1 Freguesia do concelho de Esposende. Conjunção. Sadias.
2 Alteza Real. Pescador da índia (ant). Bário (s.q.).
3 Preposição e artigo definido (pl). Rio da Suiça.
4 Rosto. Limpa com água.
5 Princípio. Nome de planeta. Espaço de trinta dias.
6 Pronome demonstrativo. Íntimos.
7 Arpoares.
8 Pronome pessoal. Pequenos barco de recrelo (pl). Vê.
9 Vale espanhol nos Pirinéus. Comitiva.
10 Extremidade do braço. Coador.
11 Prolongaremos.



VERTICAIS:

1 Caruma. Mexerico. (fig).
2 Aparência. Rio de Portugal. Cidade da antiga Caldeia.
3 Freguesia do concelho de Guimarães. Governanta.
4 Triture. Gorjear.
5 Ruins. ofetada (pop). Rei de Basá que foi morto por ordem de Moisés.
6 Antes de Cristo. Pronome pessoal. Preposição.
7 Transpira. Serra de Portugal. Crómio (s.q.).
8 Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Regente.
9 Apelido. Víscera.
10 Prefixo que designa afastamento. Lês. Afasto.
11 Divisões de uma casa. Apelido.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7697

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 SETEMBRO.	1 MOLHADO. Sãs.
2 Ópera. Crime.	2 Paira. Meca.
3 Lama. Após.	3 Sem. Ina. Mui.
4 Hi. Mais.	4 Eram. Amaia.
5 Ari. Agá. Sór.	5 Ta. Aa. Ob. Ma.
6 Dana. Atua.	6 FIGO. Am.
7 Amo. Oca.	7 MC. Sá. Olavo.
8 Abalas.	8 Bra. Acabar.
9 Semi. Mab.	9 Ripostas. Ra.
10 Acuam. Varro.	10 Omo. Ou. Ri.
11 Sai. Atorai.	11 ESTRAGADO.

Provérbio: SETEMBRO MOLHADO, FIGO ESTRAGADO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11637

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Sabugal.	1 Massa. Gasta.
2 Afina. Aviva.	2 Forrar. Sór.
3 Soma. Isar.	3 Sim. Ciar. Ac.
4 Sr. Torna. Ga.	4 Anatar. Essa.
5 Arcar. Arpas.	5 Ba. Or. Asa.
6 Air. Aar.	6 Pr. Pop.
7 Grã. Aos. Tal.	7 Ga. Na. Sir.
8 Respira.	8 Aviara. Rema.
9 SS. Sa. Ré. Pg.	9 Lis. Pata. Or.
10 Toas. Moía.	10 Vagara. Pia.
11 Arcas. Parar.	11 Saras. Legar.

BARES · BOITES
RESTAURANTES
CASAS DE CHÁ
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261451/164526/264586/264621/264945

Caminhos de Ferro Portugueses

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO A NOVA COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO

AS LOTAÇÕES ESGOTADAS CONTINUAM, VENHA VER OS MAIORES ARTISTAS CIRCENSES, AO VOSSO CIRCO

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY

TODAS AS NOITES, ÀS 21.30 * HOJE, «MATINÉE» ÀS 16.30 HORAS

AMANHÃ — «MATINÉE» ÀS 16.30 HORAS — ÚNICO ESPECTÁCULO

SÁBADO e DOMINGO — 3 ESPECTÁCULOS, às 15, às 18 e às 21.30 horas

ATENÇÃO! AO NOSSO GRANDE E JÁ FAMOSO «REVEILLON» GRANDES ATRACÇÕES, FESTA E ALEGRIA COMO NUNCA VISTO UM GRANDE ESPECTÁCULO

VENHAM VER em TODOS os ESPECTÁCULOS a ALEGRIA das CRIANÇAS e ADULTOS

HEIDI, PEDRO, AVÔ ALP E YUKI

2 — PARELHAS DE PALHAÇOS — 2

«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»

Pela 1.ª vez em Portugal, vindos directamente de Inglaterra

«OS ELEFANTES BEBÉS»

farmácias de serviço

LISBOA

ANDRADE — Rua Alecrim, 125. Telefone 322328-323443.
ASCENSO — P.ª Norte, 11-A (B.º Encarnação) Tel. 311216-310172.
BENFILUZ — Estr. de Benfica, 444-A. Tel. 782606.
CORRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Tel. 842518.
CONCEIÇÃO — C.ª D. Gastão, 30-32. Tel. 381279.
DOURO — Alam. Linhas Torres, 93-A/B. Tel. 791131.
EDUARDO A. CÉSAR — R. Trinas, 102. Tel. 662631.
Estefânia — R. Pascoal de Melo, 90. Tel. 44438.
FRAZÃO — R. Portas de St.º Antão, 70. Tel. 328180.
GOMES, SUCR. — Rua Junqueira, 126. Tel. 638193.
INFANTE SANTO — Rua do Olival, 290. Tel. 661003.
MARLUZ — Calç. da Picheleira, 140-B/C. Tel. 720703-728395.
NOVA — Rua Campolide, 397-C. Tel. 687475.
NUNES — Rua Ângela Pinto, 32. Tel. 549756.
OLIVAIS (dos) — R. Alves Gouveia, 19. Tel. 311237.
PINHEIRO — Rua Campo Ourique, 131-133. Tel. 686640.
RIO DE JANEIRO — Av. Rio de Janeiro, 4-C. Tel. 721409.
RONIL — Rua Rodrigo da Fonseca, 153. Tel. 683438.
SÁ DA BANDEIRA — Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42. Tel. 54672.
SALUTAR — R. Conde de Redondo, 9-B. Tel. 533411.
SANTA MARIA — Av. 5 de Outubro, 283-A. Tel. 763016.
SANTO ANTÓNIO — Rua Leite Vasconcelos, 72-C. Tel. 862333.
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969.
UNIÃO — R. Saraiva de Carvalho, 145-F. Tel. 663643.
S. MAMEDE — Rua Escola Politécnica, 82-B. Tel. 660260.
VERA CRUZ — P. Afranio Peixoto, 2-B. Tel. 74941.
ZIL — Av.ª Igreja, 9-D/E. Tel. 891780.

Permanente

CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Tel. 842516.
CONCEIÇÃO — C.ª D. Gastão, 30-32. Tel. 381279.
DOURO — Alam. das Linhas de Torres, 93-A/B. Tel. 791131.
SÁ DA BANDEIRA — Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42. Tel. 54672.
UNIÃO — R. Saraiva de Carvalho, 145-F. Tel. 663643.
VERA CRUZ — P. Afrânio Peixoto, 2-B. Tel. 724941.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar — R. Ernesto Silva, 81 (telef. 2122048)
ALCABIDECHE
Carvalho — até às 21 horas
PORTO SALVO
Porto Salvo — até às 21 horas
CARCAVELOS
Central — até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29 -B (telef. 260085) até às 21 horas.
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás — R. Costa Pinto, 184 (telef. 2432034) ATÉ ÀS »» HORAS
OEIRAS
Central — R. Conde Ferreira, 29 (telef. 2430058) até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVAS OEIRAS
Leal — Até às 21 horas
PAREDE
Grincho — Av. da República, 87 (telef. 2471204) até às 21 horas
PAREDE
Junqueiro — Até às 21 horas e das 0 às 9 horas

MURTAL
Primavera — R. das Parreiras, 2 (telef. 2472278) até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira — (telefs. 2622313/267314) até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Lopes — R. Hangar, 3 (telef. 260008) até às 21 horas
CACAIS
Cascais — R. Conde de Monte Real — B.º Caixas (telef. 282407) até às 21 horas; Misericórdia — R. Regimento, 19,41 (telef. 280141) até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora — P. 28 de Maio, 3 — A (telef. 935518) toda a noite; Carmele — R. Elias Garcia, lote 28 (telef. 933303) até às 22 horas; Helénica — R. Elias Garcia, 2 (telef. 933613) até às 22 horas; S. Jorge — R. Pedro Del Negro, 5 — Reboleira (telef. 938703) até às 22 horas
DAMAIA
Lemos — R. de Goa, 21 -A (telef. 971121) até às 22 horas
QUELUZ
Correia — L. do Mercado, 3 (telef. 950906)
CACÉM
Araújo e Sá — Est. de Paço de Arcos, Lote 1 -B (telef. 2940781)
MEM MARTINS
Química — Est. Mem Martins 285 — (Telf. 29100.
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim — (telef. 980456).
SINTRA
Simões — Estefânia (tekef. 2930832)
COLARES
Abreja — (telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10 (telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão — R: Cândido dos Reis, 30 (telef. 204020)
ALMADA
Cristo Rei — Av. do Cristo Rei, 31 - A (telef. 2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança — Est. Nacional, 178 - B (telef. 2040302)
BARREIRO
Santa Marta — R. dr. Manuel Pacheco Nobre, 44 - B (telef. 2072141)
COVA DA PIEDADE
Morgado — R. Cabo da Boa Esperança, 25 — A (telef. 2767356)
MOITA
União Moitense — Av. dr. Teófilo Braga (telef. 239025)
MONTIJO
Montepio — R. Almirante Reis, 93 (telef. 2310035)
SESIMBRA
Leao — Av. da Liberdade, 13 (telef. 2233471)
SETÚBAL
Oliveira — L. da Misericórdia (telef. 22488); Louro R. António Frei Chagas, 24 — A (telef. 24491)
SEIXAL
Soromenho — R. Paiva Coelho, 38 (telef. 2218560)

PORTO

GONDARÉM — Rua do Gondarém, 360 — Foz; **CORREIA DE ARAÚJO** — Rua de Santa Catarina, 259 — Tel. 25644; **SILVA PEREIRA** — Rua de Costa Cabral, 293 — Tel. 480761; **ALVES** — Praça Exército Libertador, 62 — Tel. 60002; **BARROS** — Rua do Loureiro, 104 — Tel. 315075; **BOA HORA** — R. da Boa Hora, 80 — T. 28783; **GAMEIRO** — Rua do Heroísmo, 90 — Tel. 52583.

(De dia e toda a noite)

TERREIRO — Rua da Reboleira, 21 — Tel. 23576; **PINHEIRO MANSO** — Rua São João de Brito, 25 — Tel. 60692; **SANTA TERESA** — Praça Guilherme G. Fernandes, 100 — Tel. 315713; **NOVA AVENIDA** — Av.ª Fernão Magalhães, 692 — Tel. 52250.

COIMBRA

VILAÇA — Rua Ferreira Borges, 132 — Tel. 22043.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma Estranha Forma de Amar»
COLISEU:
21.30 (6 anos)
«O Circo do Natal»
S. LUIZ
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»
CIRCO MARIANO
Al. D. Afonso Henriques
21.30 (6 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«Do Teatro ao Cais do Sodré»
CIRCO BILLY SMART
21.30 (6 anos)
Parque Eduardo VII
TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«Circulo de Giz Caucasiano»
ADOQUE
21.30 (18 anos)
«A Grande Cegada»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»

LISBOA/Cinemas

ROYAL
21.15 (6 anos)
«As Francesas e as Gaivotas»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Vingança no Arizona»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Mr. Majestyk»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Machissimo»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Requintes de Amor»
EUROPA
21.15 (6 anos)
«Os 12 Trabalhos D'Ásterix»
MONUMENTAL
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»
JARDIM
21.15 (14 anos)
«Paixão Cigana»
PARIS
21.15 (10 anos)
«Lawrence da Arábia»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Os Bons e os Maus»
OLÍMPIA
«Os Teatros Eróticos de Paris» (18 anos)
CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»
VOX
21.15 (6 anos)
«O Soldado do Aventureiro»
RESTELO
21.15 (13 anos)
«Os Doze Indomáveis Patifes»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Na Pista da Droga»
PALÁCIO FOZ
21.00 (6 anos)
«A Culpa foi do Macaco»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (6 anos)
«20.000 Léguas Submarinas»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Mili»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Por Ordem de Mussolini»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«O Guarda Costas de Ferro»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia Almadense
21.30 (13 anos)
Teatro — «Grande Jogada»
ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Assassino de saias»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«A Bela Helena»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«Stavisky o grande jogador»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Golpe por golpe»
ESTORIL
Ralácio
21.15 (14 anos)
«40 Idade Perigosa»
ESTORIL
Casino
17 e 21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»
CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Ela tinha o Direito de Viver»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Abutres na Cidade»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«As coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.15 (4 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»
TRINDADE
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«Os Malucos em Hong-Kong»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Carambola»
CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Para que Servem os Amigos»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«Paulo o Quente»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Corrida de Malucos»
COLISEU
21.15 (6 anos)
«Circo»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«A Honra do Regimento»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»
ESTÚDIO 400
21.15 (14 anos)
«Acção Executiva»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«As Férias Grandes»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem Vamos Morrer»

cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

7.ª emana

HEIDI

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70

Tel. 76331914.00, 16.30, 19.00, 21.15

A fascinação irresistirei do mundo do CIRCO

«PARADE»

um filme de Jacques Tati
2.ª semana
Para todos

Hoje às 24 horas
Grupo D (18 anos)
O BOY FRIEND

AVIS

T.47163 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Com Les Charlots
2.ª Semana
OS MALUCOS EM HONG-KONG

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Falado em português

O grande espectáculo do Natal!

GENTE COMO EU E VOCÊ

2.ª Semana
Para todos

Um filme de James Uys

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

Um filme de Walt Disney
4.ª Semana
Falado em Português
PARA TODOS

CASINO ESTORIL

T.264996 264996 17.15 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O ÚLTIMO DOS DUROS

c/ Robert Mitchum e Charlotte Rampling

CASTIL

Tel 630194 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Les Charlots

OS MALUCOS EM HONG-KONG

Em 2.ª Semana

O «record» do riso para o NATAL e ANO NOVO! Color-Scope

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Para todos

A grande sensação da temporada

OS 12 TRABALHOS DE ASTÉRIX

EDEN

Tel. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Alain Delon em

ZORRO

2.ª Semana

Um filme de Duccio Tessari

Não acons. a menores de 13 ano

ESTÚDIO

Tel. 555134 21.15

Não acons. menores 13 anos
O PROCESSO DIMITROV
O Julgamento do Século!
Às 15/17/19 h.
UM MUNDO NOVO

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30,16.45,19.21.15

(Interdito a men. de 18 anos

FESTA PRIVADA
c/ Isle Damsgard
5.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.15

Malcolm McDowell e Christopher Plummer

O DUELO DAS ÁGUIAS

(Aces High)

Real. de Jack Gold

Não acons. a menores de 18 anos

2.ª Semana

LONDRES

Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

Pietro Germi

MUNDIAL

Tel. 538743 15,15, 18.30 e 21.15

Para todos

ONDE ESTÁ O ÓSCAR?

Com Louis de Funés

NIMAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Int. a men. de 18 anos
Clorido
ESQUADRÃO DO DRAGÃO
Com os grandes idolos das artes marciais

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. de 18 anos

A INICIAÇÃO DE FLOSSIE

Este filme pode ser considerado pornográfico

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15,16.30, 19.00 21.15

Para todos

O SOLDADO AVENTUREIRO
com Bud Spencer

RESTELO

T.610375 21.15 h

Não acons. a men. de 13 anos

OS DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

ROMA

Tel. 727778 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
OS MALUCOS EM HONG-KONG
com Les Charlots
Em 2.ª Semana

ROXY

Tel. 48560 14.00, 16.30,18.45, 21.15

O grande espectáculo de Natal!

GENTE COMO EU E VOCÊ

Falo em português

um filme de James Uys

2.ª Semana

Para todos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS
Em 2.ª emana
5 «Oscares»! Melhor Filme do Ano!

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência!

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

um filme de Walt Disney

Falado em Português

4.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402

Às 15, 19 e 21 h.
O INIMIGO PRINCIPAL
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)

Às 17 e às 21 h.

O ANO 01

um filme de Jacques Doillon

PARAQUEDAS

Cinema de Animação

A CULPA FOI DO MACACO
15.00, 18.00, 21.00
Esc. 5$00
Jerry Lewis (1961)
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural
Para maiores de 13 anos

BILLY SMART CIRCUS

No coração de Lisboa ao cimo do Parque Eduardo VII, frente à Penitenciária, esquina com a Rua Castilho. Diariamente matinées às 16 h. e soirées às 21,30 h. Domingos e feriados 2 matinées: às 14 e 45 e às 17 e 30 h. Espectáculo para todos
PARQUE GRÁTIS PARA 2000 CARROS

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 Às 21.15 h.

Não acons. men. 18 anos

VIRIDIANA

rádio

1.º Programa

16.00 Noticiário — Música variada; **17.00** Gira discos; **18.05** «O povo e a terra» — Música Portuguesa; **19.00** «A criança, «Programa do Emissor Regional de Coimbra; **19.30** Acção sindical; **20.30** «Jornal da noite» — boletim meteorológico; **20.30** Orquestras; **21.00** Sinal Horário; 3.º episódio do folhetim «As minas de S. Francisco», de Fernando Namora, numa adaptação de Jorge Ferreira da Silva; **21.16** «Contraponto»; **23.30** Polidesporto; **00.00** «Último Jornal»; **00.15** «Jazz»; **00.30** Música de filmes; **01.00** Repetição da 2.ª parte de um programa de variedades realizado no Teatro S. Luís; «Música na noite»;

2.º Programa

16.15 Variações sobre um tema de Haydn op. 56-B, de Brahms; **16.35** Música para o teatro, de Copland; **17.00** Música sinfónica: Concertino em fá maior, op. 110, de Kalliwoda; «Thamos, rei do Egipto» (música de cena), de Mozart; **18.00** Reveil des oiseaux para piano e orquestra, de Messiaen; **18.25** Sinfonia n.º 5 em mi bemol maior op. 82, de Sibelius; **19.00** O canto e os seus intérepretes, por Maria Helena de Freitas; **20.00** Conjuntos de câmara: Noneto em fá maior, op. 31 de Spohr; — Trio paviolino, violoncelo e piano, de Rochberg; **21.00** Música sinfónica; Concerto n.º 26 em ré maior, k. 537 «Coração», de Mozart; Sinfonia n.º 82, em dó maior «O Urso», de Haydn; **22.00** Conjuntos instrumentais: — Colaboram Vasco Barboza e Magdalena Van Zeller; Sonata em lá maior, BWV 1015, de Bach; **22.16** Quinteto em fá menor op. 34, de Brahms; **23.00** Intercâmbio musical: Festival de Salzburgo d e 1976 — gravações cedidas pela Radiodifusão Austríaca; Concerto pela Orquestra Filarmónica de Berlim; Sinfonia n.º 9, em ré menor, de Beethoven; **00.15** Quinteto op. 26 de Schönberg, pelo Quinteto de Sópro da Rádio Sudoeste da Alemanha em Baden-Baden; **01.00** Fecho.

3.º Programa — Nacional e Regional (290 m)

16.00 «Variante» (continuação); **16.10** Casos ao acaso; **16.20** Divulgação; **17.10** Prevenção e saúde; **18.00** «Contacto»; Antologia; Contacto jazz; Actualidade; Pesquiza; Contacto rua e Fórmula; **21.00** Música, só música; **21.30**; Quando o telefone toca»; **23.03** «Nocturno»; **24.00** «Nocturno» (continuação); **00.30** «Imprevisto»; **02.00** Fecho.

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

BOMBISTAS NA MADEIRA

Conhecida identidade de um dos detidos

FUNCHAL, 30 — Contactos estabelecidos nesta cidade, permitem-nos a divulgação da identidade de um dos dois presumíveis bombistas ultimamente detidos pela Polícia Judiciária Militar.

Trata-se de Basílio Rodrigues, um soldado que chegou a servir no AMI, a exinta unidade militar de intervenção, de onde saiu com o posto de cabo.

Figura habitual nas manifestações de direita, Basílio Rodrigues chegou a ser ferido numa orelha quando tentava, com um grupo, o assalto às instalações da UPM na R. do Castanheiro.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

Sindicato recusa processo actual por ser "compulsivo"

Problema dos vencimentos dos professores da Telescola, não pagamento do mês de Dezembro e do 13.º mês aos professores do Preparatório e Secundário ainda não colocados e o encerramento, por determinação do M. E. I. C., do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, foram os temas centrais da conferência de Imprensa convocada pelo Sindicato dos Professores para a manhã de hoje e realizada na respectiva sede à Rua das Gaivotas.

O M. E. I. C. determinou a notificação através de telegrama e com um prazo de 24 horas para resposta dos professores ainda não colocados: chamaram-lhe os responsáveis a última fase do processo de colocações. Chama-lhe o Sindicato dos Professores uma colocação compulsiva. Neste momento há três mil vagas e apenas 2500 professores por colocar. Ficam 500 vagas em aberto. Entretanto os professores não colocados continuam sem receber. Quanto aos professores da Telescola, só há dias receberam os vencimentos (com carácter de gratificação) que estavam suspensos desde Outubro. Ao contrário do que fora afirmado pelo M. E. I. C., não se verificou qualquer reestruturação da Telescola, agravando-se sim as condições de trabalho. Por outro lado, foi denunciada durante a conferência, a existência de professores primários a serem colocados compulsivamente na Telescola, enquanto no Ensino Primário se assiste a turmas com mais de 40 alunos e há ainda centenas de professores primários que continuam por colocar.

No que respeita ao I. S. C. S. P., o Sindicato dos Professores mostrou o seu repúdio por uma medida do M. E. I. C. levada a efeito sem prévio conhecimento dos lesados: professores, estudantes e trabalhadores.

Mas o problema de fundo, na opinião do presidente do sindicato, de todas as convulsões e recuos e medidas do M. E. I. C. contestadas pela generalidade dos sectores estudantis, tem sido a questão orçamental. Com efeito, a verba para a Educação é sensivelmente igual à do ano passado, enquanto a verba para as forças militares e militarizadas se aproxima dos orçamentos que eram concedidos às mesmas forças em plena guerra colonial. É um sistema de prioridade de verbas a distribuir que tem de ser definido, concluiu o presidente do sindicato.

Aumento de gasolina poderá ser decidido hoje

O aumento do preço da gasolina poderá ser decidido hoje na reunião do Conselho de Ministros admitiu o ministro Walter Rosa, à entrada do Palácio de S. Bento, esta manhã, quando ia dar-se início a mais uma reunião daquele Conselho.

Segundo o ministro da Indústria e Tecnologia, «as probabilidades são para o aumento da gasolina», mas não adiantou pormenores sobre o novo preço do combustível.

O Conselho, segundo Manuel Alegre, titular da S.E.C.S. deverá examinar a sua actividade desde que tomou posse em fins de Julho último.

Detido pela Judiciária antigo director dos aeroportos da Madeira

A Polícia Judiciária acaba de deter Falcão Costa, antigo director dos aeroportos da Madeira.

A detenção verificou-se por solicitação das autoridades madeirenses, na sequência de um inquérito movido pelo Ministério Público após sindicância requerida pela Direcção Geral de Aeronáutica.

O detido foi entretanto transportado para o Funchal, à guarda da P.J..

A acusação faz supor que Falcão Costa é o principal responsável por diferenças nas contas dos aeroportos que dirigia (antes do 25 de Abril) e que atingem vários milhares de contos.

Conselho da Revolução

Continuação da pág. 1

va do cargo de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei N.º 669/76 de 11 de Agosto, o Presidente da República ouviu o C. R. relativamente à nomeação de novo C. E. M. F. A.».

A única novidade é que pela primeira vez aparece a confirmação oficial do pedido de demissão de Morais e Silva. Esta tem sido acompanhada de uma grande movimentação conjugada das forças de direita, que pretendem ver também o general Vasco Lourenço afastado do cargo de comandante da Região Militar de Lisboa. Inicialmente essa campanha tomou uma forma dura. Tais forças diziam que Vasco Lourenço era contestado, que a sua demissão se impunha «para restabelecer a hierarquia», e avançavam outros argumentos do mesmo estilo. Perante a impassibilidade de Vasco Lourenço, que de resto já no próprio acto de posse tinha previsto os ataques de que viria a ser objecto, essas mesmas forças apelaram para o sentimental para a «ética militar» de Vasco Lourenço, que não aceitaria continuar a ser comandante da Região Militar após a demissão de Morais da Silva. Esta táctica tambem não resultou, já que a ingenuidade não é uma característica de Vasco Lourenço.

Ontem, em conversa com os jornalistas, o governador militar de Lisboa, pós ponto final na questão ao afirmar:

«Sobre isso já disse o que tinha a dizer. Se essas forças continuam a insistir é deixá-las insistir.»

Conclusão: Vasco Lourenço, não tem a mínima intenção de se demitir e o objectivo claro daqueles que sonham vê-ló afastado é remover um forte obstáculo á recuperação direitista dentro das Forças Armadas.

Ainda sobre a questão do novo chefe do Estado-Maior da Força Aérea o Presidente da República salientou ontem aos jornalistas que na reunião os oficiais-generais da Força Aérea estes o haviam aconselhado sobre a substituição do CEMFA. Mas absteve-se de citar qualquer nome. Nos círculos mais bem informados é dada como provável a nomeação do general Lemos Ferreira, aparecendo também como candidatos possíveis os generais Silva Cardoso e Ferreira Valente.

Em noticiário ontem distribuído, a Direcção-Geral de Informação forneceu as biografias destes três generais, embora com uma importante omissão: nelas não se refere qual a participação de cada um deles no 25 de Abril. É um dado importante porque o Estado de Direito a que o C.R. se refere é uma consequência do 25 de Abril e só pode ser defendido por homens do 25 de Abril ou homens que possuam, e apliquem nas acções práticas, o mesmo espírito.

Em toda esta movimentação não é citado o general Rangel de Lima, o mais antigo de todos e portanto o que melhor responderia ao princípio do restabelecimento das cadeias hierárquicas nem o general Barbeitos de Sousa.

Como decisões o C.R. aprovou o decreto-lei referente à reestruturação da carreira militar dos sargentos do Quadro Permanente, que de futuro podem ascender à classe de oficiais desde que frequentem os cursos e escolas respectivas, e são divididos pelos postos de furriel/sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento, sargento-ajudante, sargento-chefe e sargento-mor; autorizou o major Vítor Alves a aceitar um convite do Governo cubano para visitar proximamente aquele país; e, por proposta do Estado-Maior da Armada, decidiu promover ao posto de comodoro o capitão-de-mar-e-guerra engenheiro de construção naval Luís Vitorino Pinto Vilela e o médico naval Ruben Lopes Lavoura.

O «RELATÓRIO DAS SEVÍCIAS»

Nos últimos dias foi agitado novamente o caso do já conhecido «Relatório das Sivícias», que a direita aplaude na tentativa de eliminar diversos oficiais antifascistas.

De acordo com informações provenientes da PJM, neste momento não existem notas de culpa já formadas sobre os militares citados no relatório e, a serem feitas, não estarão prontas antes do final de Janeiro, já que é uma tarefa morosa. Entretanto o general Ramalho Eanes, respondendo aos jornalistas que lhe fizeram uma pergunta acerca do andamento do processo, disse que o caso «está entregue aos chefes dos Estados-Maiores dos ramos e eu não procuro saber em que pé é que as coisas se encontram porque tenho inteira confiança neles.»

Por sua vez o almirante Souto Cruz desmentiu que um requerimento dirigido pelo almirante Rosa Coutinho no sentido de ser submetido a julgamento tenha sido indeferido, declarando que tal requerimento «foi apresentado depois de uma decisão tomada superiormente e vai ser submetido ao Conselho Superior de Disciplina, conforme, de resto, tinha pedido. Por consequência não há um indeferimento.»

Carrillo vai ser libertado

Continuação da pág. 1

sociação ilegal». As cauções fixadas para sete dos detidos, membros do Comité Executivo do P. C. E. variam de 200 000 a 250 000 pesetas aproximadamente 90 000 e 108 000 escudos. O juiz Gomez Chaparro transmitiu a sua decisão aos advogados pouco depois das 11 horas locais, acrescentando que o «assunto Carrillo» teria uma resolução pouco depois. António Rato, um dos advogados dos comunistas presos anunciou que os sete membros do Comité Executivo do P. C. E. poderiam deixar a prisão de Carabanchel ainda hoje, à noite, ou amanhã. Um outro advogado, Joaquim Ruiz Jimenez, já havia afirmado que o seu constituinte «poderia sair ainda hoje», ao referir que o Conselho de Ministros que se realiza esta tarde poderia decidir a sorte do Tribunal da Ordem Pública, criado por Franco e considerado «de excepção». A caução a ser paga por Santiago Carrillo ainda não havia sido determinada até ao princípio da tarde, enquanto Camacho, o dirigente das Comissões Operárias, declarava que «a decisão do juiz constitui a primeira vitória da mobilização popular a favor da libertação de todos os presos», advertindo, entretanto, que «eles ainda não estão todos em liberdade e a luta deve prosseguir até que todos estejam soltos, sem caução».

Contudo, enquanto é anunciada a libertação dos membros do P. C. E. presos no dia 22, noticia-se que mais um membro do Comité Executivo do Partido Comunista Espanhol foi preso ontem à noite. Trata-se do ex-jesuita Francisco Garcia Salve, também dirigente das Comissões Operárias. Garcia Salve foi preso e recolhido à Dirección General de Seguridad, durante uma manifestação realizada em Madrid ontem à noite, na qual era exigida a amnistia e a libertação imediata de Santiago Carrillo. Nesta manifestação, a Polícia de choque interveio com balas de borracha, bombas de gás e cassetetes, obrigando os participantes e os transeuntes a refugiarem-se nos grandes armazéns e cafés.

Também ontem, indignada, regressou à Itália a delegação de deputados que se havia deslocado à Espanha para pedir a libertação dos dirigentes comunistas.

Entretanto, os raptores do presidente do Conselho de Estado, António Maria de Oriol y Urquijo, que pertencem ao G. R. A. P. O Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro, apresentaram um novo ultimato ao Governo de Suárez, numa nota ontem entregue ao jornal «El País». O G. R. A. P. O. exige uma amnistia geral para os 200 presos políticos espanhóis, em troca da vida de Oriol y Urquijo.

Até agora, depois de quase 20 dias, Suárez recusa-se a negociar.

Eanes convocou generais da F.A.

A hora de fecharmos esta edição decorria em Belém uma reunião do Presidente da República com oficiais-generais da Força Aérea cuja natureza não foi divulgada. Prevê-se que a reunião esteja relacionada com a designação do novo chefe do Estado-Maior daquele ramo das Forças Armadas, cujo nome poderá ser hoje anunciado pelo Presidente da República.

Maria Albertina "ressuscitada" para Festival da TV

Vários novos agrupamentos de cantores e a «ressurreição» do conjunto Maria Albertina são a notícia entre os nomes de intérpretes escolhidos para as sete canções do Festival da RTP de apuramento para o Concurso Europeu das cantigas.

Os autores das sete canções indicaram esta manhã os nomes dos intérpretes pretendidos (dois por cada canção, para interpretações diferentes). A lista é a seguinte:

Canção «Portugal no Coração», intérpretes «Os Amigos» e «Gemini»; «Canção Sem Grades», Teresa Silva Carvalho e José Freire; «A Flor e o Fruto», grupo «A Fantástica Aventura» e conjunto Maria Albertina: «O que Custan», «Green Windows» e Quarteto 1111; «Rita, Rita Limão»; «Green Windows» e Grupo Cara ou Coroa; «Férias», Grupo Férias e Paco Bandeira; «Fim de Estação», Vera e Carlos e Manuel José Soares.

Nome

O FRUTO MADURO

«Os frutos só se devem colher maduros e não é esta aestação mais propícia à sua colheita, não convindo forçar a própria natureza das coisas e da política» — escreve o comantador do diário da manhã «O Dia», referindo-se à abstenção do C. D. S. em relação ao Plano. Depois de acentuar que o C. D. S. não estava interessado, neste momento, na queda do Governo, insinua que isso deverá acontecer «para quando o fruto estiver maduro».

«Estão verdes», dizia a raposa da fábula.

O QUE É UM TRABALHADOR?

Queixa-se Sérvulo Correia (P. S. D./P. P. D.), a propósito da aprovação do Plano do Governo: «Segundo alteração introduzida à última hora, as desanexações e a concessão de reservas na zona da Reforma Agrária ficam dependentes ao acordo dos «trabalhadores interessados», o que, na prática, significa dos sindicatos agrícolas dominados pelo P. C. P.» Quer dizer, para o sr. Sérvulo Correia os trabalhadores, se são comunistas ou pertencem a um sindicato de orientação comunista (admitamos) deixam de ser trabalhadores.

Para Sérvulo Correia, trabalhador do Alentejo não existe, porque não é P. P. D.! Bonita teoria!

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 45 382

cooperativa teatro popular
Apresenta na
ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 — Almada

A GRANDE JOGADA!
uma divertida comédia musicada de JOSÉ VIANA
que a interpreta ao lado de
ROGÉRIO PAULO
DORA LEAL
E
MARIA DULCE que conta a história de fio a pavio
à frente de um grande elenco
3.as-4.as e 5.as — 21.30
6.as e sábados — 20.30-23.00
Domingos — 16.00-21.30
Excepcionalmente 6.ª-feira, 31 apenas uma sessão às 21.30
Sábado — dia de Ano Novo Matinée às 16.00 e uma sessão às 21.30
Direcção Musical do maestro Victor Bonjour
Maquetas com a colaboração de ROGÉRIO RIBEIRO
Cenografia de Hernâni e Rui Martins
No acons. men. 13 anos